

C •

FCTUC FACULDADE DE CIÊNCIAS
E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Da Segregação à Integração

Estratégia de Reabilitação: O Centro em Sines

Luís Guilherme Ferreira

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura

Orientada pelo Professor Doutor Adelino Gonçalves

Coimbra, Fevereiro de 2017

Da Segregação à Integração
Estratégia de Reabilitação: O Centro em Sines

“Either it’s family, towns, religion... once divided, there’s nothing left to subtract”.

Eddie Vedder

Agradecimentos

Ao professor Adelino Gonçalves, pela orientação, disponibilidade e dedicação ao longo de todo o processo que culminou na presente dissertação.

Ao Sr. Macário, por fazer germinar o juízo necessário quando tal se afigurava, senão impossível, improvável.

Ao Bruno, que não só ouviu os meus queixumes delirantes como ainda se demonstrou, sem excepção, tão ou mais indignado do que eu perante os incidentes que foram surgindo ao longo desta jornada.

À Salete, sem a qual nunca teria sequer começado o primeiro dos cinco anos de Arquitectura – motivo pelo qual, em boa verdade, não sei se lhe deva estar grato ou antes desejar-lhe sofrimentos semelhantes; o tempo o dirá.

Antecipadamente, e de forma especial, à Maria, em quem espero um dia encontrar o sentido para tudo isto.

Resumo

A presente dissertação desenvolve-se dentro do universo da reabilitação urbana, com especial incidência nos denominados “centros históricos”. O seu objectivo é a definição de princípios de actuação e de metodologias de acção apoiadas na gestão e no planeamento integrado das áreas urbanas a reabilitar, defendendo que é da integração destas áreas na visão de desenvolvimento da cidade que deverá resultar a sua reabilitação e o reforço da coesão urbana. Assim, consideraram-se questões de fundo relativas às problemáticas dos “centros históricos”, às formas de gestão e planeamento urbanas, à salvaguarda e valorização do património e ao seu papel contemporâneo no contexto urbano.

O planeamento estratégico como meio de articulação disciplinar entre a salvaguarda patrimonial e a reabilitação urbana é ensaiado na componente prática desta dissertação, através de uma estratégia de integração urbana estabelecida para o “centro histórico” de Sines, visando a sua reabilitação.

Abstract

The present thesis was developed under the urban rehabilitation universe, with special focus on the so called “historic centers”. Its main purpose is the definition of actuation principles and action methodologies supported by the integrated planning and management of the urban areas which the rehabilitation is necessary, defending that the success of the rehabilitation process, as much as the reinforcement of the urban cohesion, must be a result of the integration of these areas on the city development vision. Therefore, the thesis considers fundamental matters related to the “historic centers” problematics, the urban management and planning, the safeguard and valorization of heritage and its contemporary role in the urban context.

The strategic planning as a way of disciplinary articulation between the heritage safeguard and the urban rehabilitation is approached on the practical component of this dissertation through an integration strategy established for Sine’s “historic center”, aiming its rehabilitation.

- 19 | **Introdução**

- 39 | **Pertinência**

- Parte I: Áreas Urbanas em Crise: De Volta À Cidade

- 49 | **Processo Distensivo: Património**

- 55 | **Além de Memória, Bem-Activo**

- 63 | **Gestão e Planeamento Integrado**

- 65 | **Planeamento Participativo**

- Parte II: O Centro em Sines: Estratégia de Integração Urbana

- 77 | **Contextualização Histórica**

- 87 | **Contexto Urbano**

- 99 | **Análise Crítica do Lugar**

- 105 | **Síntese de Diagnóstico**

- 107 | **Estratégia Global: O Centro em Sines**

- 121 | **Coroa Envolvente: Paisagem Integrada**

- 131 | **Avenida Produtiva**

- 143 | **Centro de Mobilidade**

- 157 | **Parque Turístico-Cultural**

- 167 | **Polo de Investigação das Ciências Marítimas**

- 177 | **Frente Marítima**

- 185 | **Plataforma Articuladora**

- 193 | **Conclusão**

Acrónimos

APS – Administração do Porto de Sines

ÁRU – Área de Reabilitação Urbana

CTT – Correios e Telecomunicações Terrestres

EDP – Electricidade de Portugal

GAS – Gabinete da Área de Sines

GNR – Guarda Nacional Republica

GTL – Gabinete Técnico Local

IGT – Instrumentos de Gestão Territorial

IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

INE – Instituto Nacional de Estatística

ONU – Organização das Nações Unidas

PDM – Plano Director Municipal

PEOT – Planos Especiais de Ordenamento do Território

PIMOT – Planos Intermunicipais de Ordenamento do Território

PMOT – Planos Municipais de Ordenamento do Território

PNPOT – Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território

POAAP – Plano de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas

POAP – Planos de Ordenamentos de Áreas Protegidas

POE – Planos de Ordenamento dos Estuários

POOC – Planos de Ordenamento da Orla Costeira

PP – Plano de Pormenor

PROCOM – Programa de Apoio à Modernização do Comércio

PPRU – Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana

PPZENCs – Plano de Pormenor da Zona de Expansão Norte da Cidade de Sines

PRID – Programa de Recuperação de Imóveis Degradados

PROT – Programas Regionais de Ordenamento do Território

PRU – Programa de Reabilitação Urbana

PU – Plano de Urbanização

RECRIA – Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados

RECRIPH – Regime Especial de Participação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal

REHABITA – Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas

RJIGT – Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial

RJRU – Regime Jurídico da Reabilitação Urbana

SOLARH – Sistema de Solidariedade de Apoio à Reabilitação de Habitação

SWOT – *Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats*

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

URBCOM – Sistema de Incentivos a Projectos de Urbanismo Comercial

URBAN – Programas de Reabilitação Urbana

Introdução

As áreas urbanas antigas estão em crise. A gestão urbana, o planeamento e as políticas de salvaguarda do património têm sido ineficazes e deficitárias na resposta às necessidades e problemas das áreas urbanas antigas. Estas foram excluídas das políticas de desenvolvimento urbano, encontram-se segregadas da restante cidade e enfrentando um claro declínio, caracterizado por vários aspectos negativos:

- Primeiro, pela degradação do seu edificado e dos seus espaços públicos.
- Segundo, pelo quadro social que frequentemente apresentam, constituído por uma população maioritariamente idosa, com baixos índices de escolaridade e em situações profissionais precárias.
- Por fim, pela sua incapacidade de competir por oportunidades (no momento) de atrair serviços, comércio ou novos moradores.

Todos estes aspectos, que caracterizam áreas urbanas antigas, surgem como consequência de um problema maior: as áreas urbanas antigas estão segregadas da restante cidade.

Ao longo do tempo, foi-se instalando a ideia de que estas áreas são uma realidade à parte da restante cidade, uma espécie de núcleo cuja salvaguarda no sentido estrito se tornou imperativa devido ao património histórico que constitui como um todo ou por conter a maioria dos bens do património arquitectónico. Isto é, foi-se desenvolvendo a ideia de que a única forma de proteger o património histórico das áreas urbanas antigas é garantindo que estas não se alteram fisicamente. A intervenção sobre o património histórico é frequentemente entendida como o desvirtuar ou como uma “perda” do mesmo. Por outro lado, esta necessidade de sacralização não se aplica à restante cidade. Assim, a perspectiva predominante é que os denominados “centros históricos” são uma realidade distinta, com valor por si só.

O próprio termo “centro histórico”, habitualmente utilizado para designar estas áreas, é elucidativo da prevalência desta percepção fragmentária da cidade. Além disso,

como Nuno Portas apontava já em 1981¹, esta é, no mínimo, uma terminologia discutível. Os denominados “centros históricos”, não raras vezes, pouco ou nada têm de centrais em relação à cidade, quer do ponto de vista espacial, quer do ponto de vista funcional². Juntamente com esta denominação surgem outras como, por exemplo, “zona histórica” ou “núcleo histórico”, que apesar de evitarem a incorrecção da falsa centralidade, também contribuem para que se perpetue a noção de que a história de uma cidade está limitada a uma área específica. É conveniente compreender que o tempo se encarrega, contínua e irremediavelmente, de tornar tudo antigo e histórico. Trata-se apenas de uma questão de tempo até que toda a cidade adquira um carácter histórico. Assim, além de representarem perspectivas ambíguas, estas denominações alimentam a ideia de que as áreas urbanas antigas são uma área à parte da restante cidade, contribuindo para a sua segregação.

Recentemente, no contexto nacional e sobretudo a partir de 2009, foram desenvolvidas políticas com o objectivo de promover o desenvolvimento integrado das áreas urbanas antigas. De forma a implementar e operacionalizar a reabilitação urbana enquanto política pública, foi criado, em 2009, o Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), cujos dois primeiros objectivos primordiais são a articulação do dever de reabilitação dos edifícios que incumbe aos privados, com a responsabilidade pública de qualificar e modernizar as áreas urbanas a reabilitar; e garantir a complementaridade e coordenação entre os diversos actores da reabilitação, concentrando recursos em operações que o próprio RJRU define como integradas. No mesmo sentido, foram criados instrumentos políticos e financeiros, alguns deles previstos no RJRU, como, por

¹ Num artigo publicado no nº6 dos Cadernos Municipais (Fundação Antero de Quental), em Maio de 1981, Nuno Portas abordou esta questão nos seguintes termos: “Convém precisar as palavras que se usam ao falar de políticas para áreas antigas das nossas cidades, vilas ou aldeias. Escrevi áreas (“antigas” e não “históricas” porque o que nos interessa é encarar os problemas das zonas já existentes e consolidadas, incluindo construídas já neste século e não apenas aquelas partes a que se atribui um valor histórico ou monumental especial. E escrevi “áreas” e não “centros” porque, em geral, quando falamos em “centro”, referimos apenas a área central onde se concentram os principais comércios e edifícios públicos, quando nos interessa tratar também de bairros residenciais mais ou menos antigos, de maior ou menor valor arquitectónico, que podem não constituir uma área central”.

² São exemplo disso, entre inúmeros outros, os “centros históricos” do Porto e de Lisboa, cuja centralidade espacial ou funcional em relação à cidade na sua totalidade não se verifica.

exemplo, os incentivos fiscais³ e financeiros à reabilitação urbana que visam os particulares que a promovam e a exclusão da reabilitação urbana dos limites do endividamento municipal.

Porém, a implementação das políticas nacionais nem sempre se verifica a nível local. Existe uma desconexão de políticas que se expressa, também, no planeamento e no próprio quadro jurídico da gestão territorial. Primeiro, porque o próprio RJRU delimita o seu objecto às ÁRU.⁴, incumbindo a delimitação destas áreas a cada município⁵. Seguidamente, pela desarticulação entre os planos que visam operacionalizar os Instrumentos de Gestão Territorial (IGT)⁶. Por fim, pela própria natureza das intervenções de reabilitação urbana, que visam sobretudo a salvaguarda do património das áreas a reabilitar e que consideram essencialmente apenas a reabilitação do seu património arquitectónico.

Relativamente ao primeiro destes três pontos, a desconexão de políticas reside, justamente, no paradoxo que se estabelece com a limitação da aplicação do RJRU a uma área urbana, isoladamente. Por um lado, determina-se como objectivo a promoção de intervenções e planeamentos integrados. Por outro, implementa-se a obrigação de se restringir a intervenção a uma área específica, impossibilitando-se assim que esta seja realizada de forma integrada. Isto é, se uma intervenção integrada exige que se considere tanto a área urbana a reabilitar quanto a cidade em que se integra, a intervenção não pode ficar restringida à área cuja reabilitação se almeja. Porém, esta restrição é estabelecida pelo próprio RJRU, pois limita o seu objecto apenas às áreas

³ Conforme está publicado no Portal da Habitação (www.portaldahabitacao.pt), são exemplo dos incentivos fiscais à reabilitação, entre outros, a cobrança do IVA a 6% sobre a reabilitação do património, ao invés da cobrança de uma taxa de 23%, e as isenções do IMI, por um período de três anos, dos prédios urbanos que sejam objecto de reabilitação, consoante estabelece o 45º artigo do EBF.

⁴ Acrónimo de Áreas Urbanas a Reabilitar.

⁵ A delimitação das áreas urbanas a reabilitar é responsabilidade de cada município, podendo ser feita através de instrumento próprio, precedida de parecer do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P., ou com recurso a um plano de pormenor de reabilitação urbana que corresponda à respectiva área de intervenção.

⁶ Os Instrumentos de Gestão Territorial são um conjunto de documentos aprovados pelo Decreto-Lei nº 380/99 de 22 de Setembro, cujos objectivos são o estabelecimento do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (RJGT). Estes documentos são organizados segundo vários níveis de diferentes escalas e pormenor, que vão desde o nível nacional (PNPOT, PEOT) até ao nível local (PP), passando pelos níveis regionais (PROT) e municipais (PIMOT, PMOT, PDM) e incluindo planos especiais (POOC, POAP, POAAP, POE).

urbanas a reabilitar. Seria preferível que a jurisdição do RJRU fosse transversal a qualquer intervenção da qual resulte a reabilitação urbana.

Os planos que visam a operacionalização dos IGT, por seu lado, também contribuem para a desconexão de políticas devido à desarticulação entre diferentes escalas. Apesar de, em 2009, terem sido corrigidas as insuficiências da primeira geração de Planos Directores Municipais⁷ (PDM), continua a ser necessário repensar o modo de operacionalização deste instrumento quando se visa a reabilitação e/ou o planeamento integrado de áreas urbanas antigas. Quer isto dizer que, à semelhança do RJRU, a operacionalização dos PDM nestas áreas se faz por intermédio de Planos de Pormenor que se encontram restringidos a uma área específica do território municipal. Isto é, apesar de a nível nacional se estabelecer o planeamento e o desenvolvimento integrado das áreas urbanas antigas como um objectivo, a sua aplicação a nível local é feita de forma fragmentada. Se um plano de desenvolvimento está restringido a uma área específica do município, não existem condições para a promoção do planeamento integrado. Seria benéfica a existência de alguma flexibilidade na operacionalização dos Planos de Pormenor, nomeadamente permitindo-se que estes considerem a rede de interações da área a que se destinam.

Por fim, a desarticulação de políticas expressa-se também pela natureza das intervenções de reabilitação urbana predominantes. Por um lado, porque apesar de a nível nacional se expressar a obrigação de se salvaguardar e valorizar o património cultural, desde logo através da Constituição da República Portuguesa⁸, o que se verifica frequentemente é que apenas é garantida a salvaguarda. Seguidamente, porque não se faz verificar a obrigação expressa pelo RJRU quando é afirmado que também os aspectos

⁷ A primeira geração dos Planos Directores Municipais, que data de 1990, já delimitava as áreas urbanas antigas e promovia a sua salvaguarda. Porém, relativamente ao planeamento das áreas urbanas antigas, apenas estabelecia a necessidade de se desenvolverem planos para estas áreas sem que, no entanto, algum tenha chegado a ser realizado. Assim, até às alterações que se produziram em 2009, garantiu-se a salvaguarda do património e não a sua reabilitação. Para este facto, concorre também a Lei do Património nº 107, publicada em 2001, que estabelece como zona de protecção um perímetro de 50 metros em torno dos imóveis classificados ou em vias de classificação patrimonial. Dado que, frequentemente, as áreas urbanas antigas contêm imóveis classificados em elevado número, é comum a sobreposição de zonas de protecção, da qual resulta uma grande dificuldade de intervir nestas áreas.

⁸ O artigo 9º da Constituição da República Portuguesa estabelece as tarefas fundamentais do Estado, especificando, na alínea e), que é seu dever “Proteger e valorizar o património cultural do povo português [...] e assegurar um correcto ordenamento do território”.

sociais devem ser considerados. É comum verificar-se que uma intervenção de reabilitação urbana visa sobretudo o património edificado e que não considera as questões sociais da área de reabilitação urbana.

Aliás, o próprio quadro jurídico da gestão territorial, apesar de ter sofrido alterações significativas nas últimas décadas, promove a já referida sacralização destas áreas. Isto porque, mais do que promover a valorização, o desenvolvimento, o planeamento integrado e o uso contemporâneo do património arquitectónico, aquilo que garante é sobretudo a sua salvaguarda em termos estritos. É verdade que, por um lado, a salvaguarda do património histórico das áreas urbanas antigas tem sido conseguida, mas há a necessidade de se desenvolverem novas metodologias que sejam mais eficientes na reabilitação destas áreas a nível económico, social e cultural, ou seja, que as devolvam à cidade. Quando se considera a dimensão urbana do património, é justo afirmar-se que tanto é necessária uma estrutura física que sustente a vida urbana, quanto é a vida urbana que justifica a existência dessa estrutura física, conferindo-lhe assim sentido. Em suma, como referiu Nuno Portas, “de pouco serve salvar as pedras se perdermos as pessoas” (Portas, 2005:160).

O valor cultural do património histórico constitui parte do potencial das áreas urbanas antigas, mas não todo. Do mesmo modo, também a salvaguarda e a valorização do património histórico são duas das preocupações a ter com as áreas urbanas antigas, no entanto não são as únicas. Ainda que estas áreas urbanas tenham a presença do património histórico como denominador comum, são os problemas que enfrentam que melhor as caracterizam e que mais urge controlar. Afinal, em última análise, a reversão dos seus problemas é essencial para que se possa dar a valorização do seu património.

No meu entendimento, o controlo dos problemas das áreas urbanas antigas começa pela alteração do modo como estas são abordadas por quem planeia a sua

reabilitação: devem sê-lo no âmbito das áreas urbanas em crise⁹. Esta alteração é fulcral para combater, de três formas distintas, o dogma em que foram caindo as áreas urbanas antigas:

- primeiro, por contribuir para uma perspectiva holística da cidade;
- segundo, por tirar o foco do património arquitectónico alargando o espectro das preocupações a ter com estas áreas;
- por fim, e como consequência do ponto anterior, por passar a considerar também as questões sociais sem que se desconsidere o património destas áreas.

O contributo para uma perspectiva holística da cidade dá-se por se deflectir o entendimento que a sociedade tem destas áreas urbanas, que se traduz pelo uso de denominações que são predominantes – centro histórico, núcleo histórico, zona histórica – e contribuem para a perpetuação de perspectivas fragmentárias da cidade. Afinal, o património é uma construção social, pelo que a sensibilização da sociedade para esta questão é importante para que se estabeleça uma visão mais coesa da cidade. O desuso das denominações acima referidas é positivo por dois aspectos: quer porque estas denominações alimentam a segregação em que caíram as áreas urbanas antigas ao contribuírem para o perenizar de perspectivas fragmentárias da cidade; quer porque transmitem incorrectamente a ideia de que o potencial e os problemas destas áreas urbanas se esgotam no seu património.

A segunda forma é consequente de se substituírem denominações – como, por exemplo, áreas urbanas antigas – que, apesar de não estarem erradas e de não alimentarem a sua segregação, remetem apenas para a sua antiguidade. Quando se fala da antiguidade destas áreas urbanas, o objecto abordado é meramente o património

⁹ O termo Áreas Urbanas em Crise foi primeiramente utilizado no âmbito dos Programas Urban, 1997, porém existe uma diferença capital no uso desta terminologia. Nos Programas Urban, os autores diferenciam Áreas Urbanas em Crise dos denominados “centros históricos”, mesmo que estes se encontrem em crise. Nesta dissertação, o que se propõe é justamente o oposto: que os “centros históricos” sejam considerados e abordados no âmbito das Áreas Urbanas em Crise sempre que seja necessária a sua reabilitação. Conforme se alude brevemente neste parágrafo e se expõe mais aprofundadamente num momento posterior desta dissertação, é justamente nesta diferença que residem os principais benefícios de se utilizar esta terminologia.

material, sobretudo o arquitectónico. Consequentemente, desconsidera-se o património imaterial (a memória colectiva, a cultura local, as relações e os usos), o que é negativo para a própria cidade: se se desvalorizam parte dos seus constituintes, desvaloriza-se toda a urbe. O conceito das áreas urbanas em crise, por seu lado, não limita apenas à realidade material do património. Quando se aborda a crise das áreas urbanas, são englobados e valorizados os dois universos de que é palco a urbe (o material e o imaterial). Isto é, a importância é dada à crise, independentemente de ser relativa ao património arquitectónico ou não.

Por fim, porque o alargar do espectro de preocupações permite que se considerem os problemas na sua origem e não apenas as suas consequências no património arquitectónico, dado que se sublinha a crise destas áreas antes da sua antiguidade. Assim, as problemáticas sociais, ambientais, culturais e económicas passam a ser consideradas ao mesmo nível que o património arquitectónico destas áreas, sem que este seja negligenciado. Afinal, a valorização das áreas em que o património se insere acaba por resultar, também, na sua valorização.

São passíveis de serem consideradas áreas urbanas em crise todas as áreas urbanas que apresentem uma ou mais das seguintes características:

- degradação significativa do seu edificado e espaços;
- elevados índices de criminalidade;
- taxas de desemprego acima da média nacional;
- acentuado declínio económico, cultural e/ou social;
- acumulação de fenómenos de exclusão social e despovoamento;
- população significativamente envelhecida e cultural, social e etnicamente homogénea;
- quadro social composto sobretudo por uma população em situações profissionais precárias, com baixos índices de escolaridade e/ou cuja permanência se deva à impossibilidade de mudar de área urbana;
- inexistência de oferta de qualidades atractivas para serviços, comércio ou novos moradores.

Ainda que a presença de uma ou mais destas características não signifique sempre que se está perante uma área urbana em clara perda de significado, é importante que se lhes preste atenção visto que são muitas vezes os motores para um declínio efectivo. Afinal, o início ou o agravamento da crise de uma área urbana não se deve a qualquer desvantagem natural ou a acasos, deriva antes do conjunto dos factores desqualificantes e segregadores. É difícil definir se estes factores são uma causa da sua crise ou uma consequência do seu declínio, dada a complexidade das cidades. Também por isso, é imprudente analisar uma área urbana sem que se considerem as suas relações com a restante cidade, o que torna necessária a análise de cada caso de forma individual.

De um modo mais abrangente, entende-se por área urbana em crise um espaço ou área urbana cujos problemas diminuem significativamente a sua capacidade de atrair e, sobretudo, reter quer a sua população, quer as actividades que dão respostas às necessidades correntes da sociedade urbana. Aliás, uma área urbana cuja permanência da população e funções se deve apenas à impossibilidade de se fixarem noutra área, é uma área urbana em crise.

Destes dois problemas (a incapacidade de reter a população e a perda de serviços), é a perda de população aquele cujas consequências têm um impacto mais severo, por condenar a área à perda dos seus serviços. A este problema acresce o facto de os edifícios habitacionais representarem um elemento fulcral das cidades, quer pelo seu significado em termos de qualidade de vida das populações, quer pelo seu papel social. Se é verdade que uma comunidade se revê na imagem do seu espaço público, é também verdade que cada um dos seus membros se revê na qualidade das suas habitações. É fundamental que esta se assegure como mais do que um espaço de abrigo.

Para o controlo dos problemas relativos à habitação, é indispensável a noção de que as necessidades habitacionais das populações não são estáticas. Alteram-se de acordo com as mudanças quer das dinâmicas familiares quer do número de membros dos agregados familiares. De forma a que seja possível o ajustamento progressivo das populações às suas necessidades habitacionais, é necessária uma boa gestão das políticas de arrendamento. As rendas são decisivas para os padrões de procura de

habitação. Se forem excessivamente altas podem constituir um impedimento ao progressivo ajustamento das populações às suas necessidades habitacionais. Por outro lado, o congelamento de rendas resulta na perda de capacidade financeira dos proprietários, o que torna vulnerável a vasta maioria do património residencial (Baptista & Martinho, 1997:65-6). Assim, também a gestão das rendas é fundamental para que se garanta quer a qualidade de vida das populações, quer o bom estado de uma grande parte do edificado das áreas urbanas.

Além disso, naturalmente, as cidades são maioritariamente constituídas por habitação, pelo que a sua degradação significa, também, a degradação de grande parte do edificado urbano. Ainda que este possa não ser um dos primeiros problemas a combater, a importância da manutenção do edificado é inegável, também pelo impacto que o espaço público e a sua imagem têm para os seus utentes e pelo seu significado em termos de atractividade da zona. A importância do espaço público prende-se, naturalmente, com o facto de ser este o palco em que se desenrola a vida colectiva urbana e pelo facto de pertencer a todos. O valor da imagem do espaço público é importante por três motivos distintos. Em primeiro lugar, deve-se ao facto de ser nesta que os habitantes se podem rever. Segundo, por desempenhar um papel fundamental no que à atractividade de potenciais utentes diz respeito. “Nesta medida, a qualidade do espaço público condiciona a autoestima dos residentes, o estigma social de se alimenta a exclusão e a atractividade do território para actividades mais qualificadoras (Baptista & Martinho, 1997:16). Por fim, se se considerar o conceito de perfil da cidade ou de paisagem urbana, a imagem do espaço público adquire um valor relativo a um domínio diferente, tornando-se, por si só, num vector activo do desenvolvimento da cidade.

Concluindo, verifica-se que, de facto, as áreas urbanas antigas reúnem várias das condições acima enumeradas. Além disso, se é verdade que as áreas urbanas antigas apresentam características únicas que requerem considerações especiais, associadas sobretudo à sua antiguidade, não é menos verdade que todas as áreas das cidades têm características únicas.

Assim, a presente dissertação aborda o planeamento estratégico como meio de articulação disciplinar entre a salvaguarda patrimonial e a reabilitação urbana - sem que

uma peça a outra, funcionando antes de modo simbiótico. A abordagem é ensaiada através de uma estratégia global para a reabilitação da área urbana antiga de Sines. Este exercício, apresentado na Parte II, não constitui apenas a ponte entre o conteúdo teórico desenvolvido nesta dissertação e a sua implementação na prática, teve também um sentido pedagógico, funcionando como ferramenta de investigação.

A escolha de Sines como caso de estudo para o desenvolvimento da vertente prática foi feita em alinhamento com a Trienal de Arquitectura de Lisboa 2016, de forma a possibilitar a participação nesta. Uma vez que a participação na Trienal estava limitada a um grupo por turma de Atelier de Projecto, e dado o reduzido número de alunos por turma, determinou-se que a participação seria feita com um projecto desenvolvido por toda a turma de Atelier de Projecto III (2015/2016), da qual fui membro integrante. Conforme será devidamente explicado adiante, definiu-se uma estratégia de reabilitação para Sines constituída por vários sectores, sendo que cada sector foi atribuído a um grupo de dois a três alunos. É essa estratégia, que posteriormente desenvolvi como parte do trabalho da presente dissertação, que será apresentada na Parte II.

A gestão urbana e o planeamento têm sido incapazes de dar resposta às necessidades e problemas das áreas urbanas antigas. Porém, se o declínio destas áreas urbanas se vai perpetuando, não é pela falta de tentativas de o controlar. A verdade é que apesar dos esforços que visam a reabilitação das áreas urbanas antigas e do investimento (técnico e económico) feito para esse efeito ao longo das últimas décadas, os problemas destas áreas urbanas perduram, o que reforça a necessidade de se procurarem outras metodologias. Desde a década de 1970 que existem instrumentos de acção e têm sido apoiados por múltiplos programas de subvenções à reabilitação urbana¹⁰.

É, portanto, necessário indagar quais são os motivos que têm tornado ineficazes os esforços tomados no sentido de reabilitar as áreas urbanas antigas. Ainda que a resposta a estas questões varie de caso para caso e que não seja possível resolver estes problemas com uma solução genérica, há vários factores que são transversais à grande maioria das áreas urbanas antigas e à forma de actuar sobre estas. Os factores comuns a estas áreas são aqueles que, justamente, as remetem para o âmbito das áreas urbanas em crise.

O facto de as áreas urbanas antigas terem sido excluídas das políticas de desenvolvimento urbano resultou tanto no agudizar dos seus problemas como, em boa verdade, resultou numa das causas dos problemas que afectam estas áreas urbanas. São, de facto, as questões relativas à segregação e exclusão em que caíram as áreas urbanas em crise as que mais urge problematizar e controlar, visto que a degradação destas áreas urbanas é mais uma consequência resultante desta segregação do que a sua causa. O sucesso da reabilitação destas áreas depende de uma reorientação de políticas que concebam a cidade de forma holística, integrada e em constante

¹⁰ São exemplo disso os programas PRID (1976), PRU (1985), RECRIA (1988), PROCOM (1994), REHABITA (1996), RECRIPH (1996), URBAN (1997), SOLARH (1999) e URBACOM (2000). Os programas foram referidos de acordo com os seus acrónimos, podendo o seu nome pode ser consultado nas páginas 15 e 17 desta dissertação.

transformação e sejam implementadas de forma pró-activa, em articulação com diferentes actores públicos, privados e da sociedade civil.

Assim, torna-se pertinente abordar o planeamento estratégico como meio de articulação disciplinar entre a salvaguarda patrimonial e a reabilitação urbana, sem que uma impeça a outra, funcionando antes de modo simbiótico. Primeiro, pela necessidade de se procurarem novas metodologias mais capazes de controlar os problemas que afectam as áreas urbanas antigas. Depois pela necessidade de se garantir a sustentabilidade das cidades e uma maior coesão social nos espaços urbanos.

A nível internacional, a discussão do património e da reabilitação e sustentabilidade urbanas tem marcado quer a agenda de instituições mundiais como a UNESCO e a ONU, quer as políticas urbanas da União Europeia. O contributo da UNESCO destaca-se sobretudo pela salvaguarda do património e pelo desenvolvimento no campo teórico, nomeadamente com a publicação da Recomendação para a Paisagem Urbana Histórica (2011)¹¹. O contributo desta publicação deve-se, sobretudo, à definição do conceito-acção Paisagem Urbana Histórica, cujo mérito e objectivo são “respeitar e celebrar a diversidade – dos recursos patrimoniais e das tradições culturais – através da sugestão de um *processo* crítico (não um modelo) de identificação e análise, como meio para a tomada de decisões informadas relativas às políticas e ferramentas que visam garantir a conservação e gestão urbana sustentável” (Bandarin & van Oers, 2015:13)¹². A ONU, por seu lado, tem promovido o debate da sustentabilidade à escala mundial e a criação de consensos e compromissos no sentido de se alcançar o desenvolvimento urbano sustentável. As conferências HABITAT, promovidas pela ONU, chegaram em 2016 à sua terceira edição. Desta, resulta a Nova Agenda Urbana, adoptada por vários parceiros mundiais, que reafirma o compromisso global para com o desenvolvimento urbano sustentável como passo crítico para um desenvolvimento sustentável, integrado e coordenado a nível global, regional, nacional e local.

¹¹ Título original: *Recommendation on the Historic Urban Landscape*.

¹² Francesco Bandarin e Ron van Oers são também autores de *The Historic Urban Landscape*, publicado em 2012.

No contexto da União Europeia, destaca-se a implementação dos programas Smart Cities e a estratégia Europa 2020. As denominadas Smart Cities são uma das prioridades das políticas Europeias e visam sobretudo a reindustrialização apoiada na especialização qualificada. A Europa 2020 é a designação da estratégia de crescimento da União Europeia estabelecida para a década 2010-2020, cujo objectivo primordial é o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo e que culmina com a atribuição de apoios financeiros a projectos dos seus estados-membro que visem estes objectivos. Estes incentivos à reabilitação urbana têm vindo a produzir resultados que se traduzem, nomeadamente, na concentração da economia relativa à construção civil europeia na área da reabilitação urbana, que representa já 27,5% do total desta economia¹³.

A nível nacional, a reabilitação urbana é marcada quer pela implementação da estratégia europeia, quer pela realidade urbana portuguesa. Em 2013, foi criada a rede Smart Cities Portugal, cujos objectivos são a promoção do desenvolvimento e produção de soluções urbanas de forma integrada; potenciar a participação de empresas e cidades portuguesas no mercado das cidades inteligentes; e a afirmação de Portugal como espaço de concepção e experimentação de produtos e serviços para cidades inteligentes. No âmbito da estratégia Europa 2020, foi aprovada em 2015 a Estratégia Cidades Sustentáveis 2020, cuja operacionalização é feita com base em vários documentos estratégicos de aplicação a escalas que vão desde a nacional à local. Os objectivos da estratégia são o controlo das debilidades das estruturas urbanas nacionais e a consolidação do desenvolvimento urbano sustentável partilhado entre os agentes do território, promovendo-se assim a coesão nacional.

Em linha com a implementação da agenda da União Europeia, o contexto nacional justifica a necessidade de se promover a reabilitação urbana e o desenvolvimento integrado. Primeiro, pela alteração que se deu em Portugal com a

¹³ Conforme publicado pela UNESCO, no âmbito do programa Habitat III, no *Issue Paper Number 4: Urban Culture and Heritage*, disponível em www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/pdf/ISSUE-Paper-En.pdf.

passagem da tendência de uma política expansionista das cidades, para a necessidade de se intervir na cidade existente. Esta alteração era inevitável, dada a desequilibrada proporção que se verifica entre a realidade demográfica portuguesa e a quantidade de equipamentos instalados no território nacional. Além de existir um excesso destes últimos, houve uma significativa diminuição da população residente em Portugal, que conta com a perda de 232.000 habitantes entre 2010 e 2015, pelo que não se justifica a expansão do território urbano.

O novo paradigma fez-se também acompanhar por uma clara reorientação de política, que passaram a focar-se na intervenção na cidade existente e que produziu alterações a nível da legislação vigente¹⁴. Esta reorientação está plasmada em vários instrumentos e diplomas, que promovem e reforçam, de forma inequívoca, a reabilitação urbana e o seu planeamento integrado, desde logo, no Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), nos Programas Regionais de Ordenamento do Território (PROT), no Programa da Política de Ordenamento do Território (2007), no Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (2009), na nova Lei de Bases da Política dos Solos, do Ordenamento do Território e do Urbanismo (2014) e na Estratégia Cidades Sustentáveis 2020 (2015). Estes instrumentos e diplomas promovem e reforçam a reabilitação urbana e o seu planeamento integrado.

Este é, portanto, um tema actual cuja discussão deverá ser de interesse geral e só poderá sair enriquecida de uma participação abrangente e inclusiva.

¹⁴ A reorientação de políticas traduz-se, nomeadamente, nos incentivos fiscais à reabilitação urbana e nas alterações da legislação nacional. Exemplo disso são o RJRU, publicado em 2009, e a nova Lei de Bases da Política dos Solos, do Ordenamento do Território e do Urbanismo, publicada em 2014.

Parte I
Áreas Urbanas em Crise: De Volta à Cidade

Património: Processo Distensivo

A noção de património arquitectónico passou, ao longo do tempo, por um processo distensivo que se inicia com a Revolução Francesa e a conservação dos monumentos (Bandarin & van Oers, 2012). Como referem Françoise Choay (1992) e Hobsbawm (1983), a necessidade de definição de identidades nacionais, que caracterizou o século XIX na Europa, encontrou no monumento histórico o objecto ideal como meio de exaltação da história de cada nação. Consequentemente, surgiu então, nesta época, o conceito de valorização patrimonial (ainda) limitado aos monumentos individuais.

A compreensão das áreas urbanas antigas como património só surgiu após a perspectiva da cidade como um histórico contínuo, avançada por Sitte (1889). O conceito de valorização patrimonial estendeu-se, assim, até às áreas urbanas completas ou mesmo de cidades inteiras, as designadas cidades históricas. Isto é, os limites do conceito distenderam-se para lá da dimensão arquitectónica do património, passando a abarcar, também, a sua dimensão urbana.

Do mesmo modo, a evolução do conceito resultou ainda na distinção entre património material e imaterial após um processo que se inicia no princípio do século XX, com o contributo do biólogo Patrick Geddes. O seu contributo prendeu-se, sobretudo, com a sua perspectiva de que a cidade deve ser compreendida como um organismo em constante evolução, com os seus componentes físicos e sociais a interagirem entre si através de uma complexa rede de relações. A valorização dos componentes sociais resultou, inevitavelmente, na referida distinção entre património material e imaterial.

Porém, quando se considera a dimensão urbana do património e as acções que almejam a sua reabilitação, torna-se evidente que é necessário referir que têm igual importância os seus componentes materiais e imateriais. Ainda que, teoricamente, haja o reconhecimento do valor do património imaterial verifica-se, não raras vezes, a sua desconsideração. Isto é, no momento de planear a reabilitação de uma área urbana

antiga, é comum que as acções visem sobretudo o património arquitectónico, sem que sejam devidamente tidos em conta os modos de vida das suas populações. Quando se considera o património urbano, é necessária a compreensão de que “urbano se refere a tudo quanto diga respeito à cidade, nomeadamente às relações que cada um dos seus entes estabelece com os demais entes dessa comunidade e com o ambiente que o rodeia...” (Rossa, 2013:15). É, em suma, tão importante o espaço urbano como o modo como este é vivido e as relações que encerra. Afinal, os universos materiais e imateriais da dimensão urbana do património são indissociáveis e, em última análise, justificam mutuamente as suas existências: a vida urbana necessita do espaço urbano e, simultaneamente, confere-lhe assim sentido e torna-o necessário.

Assim, os processos de reabilitação de áreas urbanas antigas devem incluir tanto o edificado e o espaço físico destas áreas quanto os seus utentes e usos. É necessário equilibrar as intervenções do domínio físico com a promoção de políticas que visem a resolução dos problemas destas áreas que também são de natureza económica e social. A manutenção do edificado e do espaço físico é indispensável, porém de pouco vale combater as consequências dos problemas se não se procuram soluções para resolver as suas causas.

A percepção de que é tão importante o espaço físico quanto a vida que este alberga resulta, ainda, numa última consideração. As áreas urbanas (e, assim, a cidade) não são uma realidade estática: estão em constante mutação e evoluem ao longo do tempo. Assim, conclui-se que a noção de património urbano não fica completa sem que se considerem as sucessivas gerações que habitaram o espaço urbano e as contribuições por estas efectuadas. Foram elas quem o foram habitando, planeando e alterando ao longo do tempo. Isto é, também as alterações, adições e subtrações de estruturas e funções que vão acontecendo ao longo do tempo num espaço urbano, para responder às necessidades de cada geração que o habita, são relevantes: são a sua história. O valor cultural do património assenta, também, no seu desenvolvimento ao longo do tempo.

Em última análise, a noção de património urbano é insuficiente para traduzir esta noção de evolução no tempo. Conforme defende Walter Rossa¹⁵, o termo “património urbanístico” faz mais justiça ao que realmente se ambiciona abarcar quando se quer considerar como património todas as realidades de uma (determinada) área ou núcleo urbano. Património urbanístico é um conceito-acção que conjuga a noção de identidade com a ideia de que a cidade é um organismo complexo em perpétua transformação, juntado ainda ao conceito do património urbano a valorização de tudo o que esteja relacionado com o planeamento e a gestão do espaço urbano ao longo do tempo.

¹⁵ Nomeadamente, no sumário pormenorizado da lição “Património urbanístico: (re)fazer cidade parcela a parcela”, de Fevereiro de 2012, referente às provas de agregação em arquitectura, disponível em estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/21480/1/Patrim%C3%B3nio%20Urban%C3%ADstico.pdf

Além de Memória, Bem-Activo

O património é o único meio que permite ao Homem contornar a limitação temporal que é imposta à sua existência. Etimologicamente, a palavra património resulta da aglutinação dos vocábulos greco-latinos *pater* e *monium*, cuja tradução literal seria “receber do pai”. Porém, património é um conceito que encerra uma extensão temporal mais vasta: não se limita ao que uma geração herda, trata também daquilo que esta irá deixar para as próximas herdarem; nem se limita à herança da geração que a antecede, mas antes à de toda a história.

O domínio do conceito comporta duas noções. Por um lado, a noção de que tudo quanto é passível de ser herdado é, necessariamente, património. Claro está que existem vários tipos de património (como, por exemplo, o pessoal, o partilhado, o histórico, o urbano) e diferentes valores associados a cada um, sendo necessário um olhar crítico sobre o património para se proceder à sua gestão. Por outro lado, a noção de que o património é um bem-activo. Isto é, como afirmou Viollet-le-Duc¹⁶, o património tem uma função a cumprir no presente e é susceptível de sofrer alterações de forma a servir melhor a sua função num determinado momento, independentemente de ter sido herdado de uma geração anterior ou de ser um bem recente que poderá ser herdado por gerações futuras.

Se se considerarem as áreas urbanas antigas de acordo com o conceito de património acima enunciado, torna-se ainda mais evidente a necessidade de uma perspectiva que não foque meramente a salvaguarda do seu património arquitectónico no sentido de se garantir a sua estrita preservação. Mais ainda, este património é apenas um entre vários. Obviamente, não se deve procurar o demérito ou a depreciação do valor histórico do património. Pelo contrário, deve pretender-se o seu enquadramento

¹⁶ Como referiu Viollet-le-Duc, “Restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo. É restabelecê-lo num estado completo que pode nunca ter existido...” e, ainda no mesmo âmbito, “... a melhor maneira de conservar um edifício é dar-lhe uso e satisfazer todos os requisitos funcionais desse uso de tal modo que não sejam necessárias alterações” (Viollet-le-Duc, 1875:31-2)



Imagem 1: Teatro de Orange



Imagem 2: Coliseu de Roma



Imagem 4: Ponte D. Luís



Imagem 3: Assembleia da República Portuguesa

numa perspectiva mais abrangente e menos limitadora das suas funções no presente. Tal como foi “...a sua qualidade a justificar a sua permanência no tempo, não deve agora ser apenas a sua antiguidade a conferir-lhe qualidade” (Quintais, 1933:18). A vertente histórica do património arquitectónico pode e deve ser respeitada e valorizada, mas é certamente conciliável com mais funções do que servir de memória. Isto é, os edifícios com valor patrimonial têm também o potencial de receber usos contemporâneos sem que, com isso, se desvalorizem. São inúmeros os exemplos desta atitude, nomeadamente nos seguintes casos:

- Teatro Romano de Orange (França), que serve de infraestrutura para, entre outros eventos, o Festival de Música de Orange;
- O Coliseu de Roma (Itália), um dos monumentos mais emblemáticos e palco de inúmeros concertos;
- A Ponte D. Luís, da qual o Metro do Porto faz uso para a travessia do Rio Douro na sua ligação a Vila Nova de Gaia;
- O antigo Mosteiro de S. Bento da Saúde, cuja origem remonta ao século XVI, que é, actualmente, o local da Assembleia da República Portuguesa.

À escala urbana, também a título de exemplo (entre vários possíveis), é importante referir o processo de reabilitação da área urbana antiga de Guimarães, que antes se encontrava em grave declínio, conduzido pelo Gabinete Técnico Local¹⁷ (GTL). A estratégia promovida pautou-se pela:

- reabilitação para e pelas pessoas e contra a gentrificação;
- conservação dos valores identitários e de autenticidade locais;
- e, por fim, pela integração da área urbana antiga na restante cidade.

¹⁷ O Gabinete Técnico Local corresponde ao antigo Gabinete (Municipal) do Centro Histórico, cuja criação foi proposta à Câmara Municipal de Guimarães por Fernando Távora, em 1981, com o objectivo de se alcançar uma gestão urbana mais eficaz da área urbana antiga da cidade. No mesmo ano, a arquitecta Alexandra Giesta é destacada pela Câmara Municipal para dirigir o Gabinete e convida Fernando Távora para assessor.



Imagem 5: Casario típico da Área Urbana Antiga de Guimarães



Imagem 6: Praça da Oliveira, Guimarães

A operacionalização da estratégia delineada iniciou-se com a progressiva adaptação da área urbana antiga aos usos contemporâneos em simultâneo com a conservação da identidade local. Assim, foram definidos equipamentos, infraestruturas e espaços públicos estratégicos, cuja reabilitação seria indutora do interesse privado. O GTL propôs, ainda, a área urbana antiga da cidade como centro de referência urbana, dada a qualidade da sua arquitectura, espaços urbanos e da sua capacidade para acolher actividades que propiciam o convívio. Progressivamente, e após alguns sucessos alcançados pela estratégia de reabilitação¹⁸, o Município passou a administração desta área para o GTL que, após um processo de aprendizagem *in-loco* e junto das populações, promoveu sempre uma abordagem lote a lote e foi estabelecendo critérios para a aprovação de obras cada vez mais objectivos. Dos critérios que se foram apurando, sobressaem a promoção de técnicas ancestrais no restauro e o respeito pelo projecto original, impedindo-se as re-estruturações de fundo ou, como as considerava o GTL, excessivas.

O modo de actuação do Gabinete e especialmente a sua proximidade e cuidado com a população local, resultaram no entusiasmo dos próprios moradores, que espontaneamente começaram a colaborar com o projecto, trocando, por exemplo, as caixilharias de alumínio pelas originais de madeira. O caso vimaranense é hoje reconhecido internacionalmente e amplamente estudado e referenciado, dado o sucesso que alcançou: a área urbana antiga está integrada na restante cidade, valorizada e a sua crise foi completamente revertida. Actualmente, esta área representa o centro urbano da cidade e o seu património arquitectónico encontra-se reabilitado e em utilização, associado às funções de habitação, comércio e restauração.

Concluindo, todo o património tem o potencial para desempenhar um papel activo no presente. A sua antiguidade não o deve limitar, deve sim, pelo contrário, ser uma razão para valorizá-lo. Do mesmo modo, também as áreas urbanas antigas são,

¹⁸ A qualidade da reabilitação do património arquitectónico promovida pelo GTL na área urbana antiga vimaranense foi reconhecida inúmeras vezes, quer através de prémios como, por exemplo, o Prémio Nacional de Arquitectura em 1993, atribuído pela primeira vez a uma equipa colectiva, quer através de convites para a partilha da sua experiência em várias conferências.

antes de mais, áreas urbanas. Isto é, mais do que a parte antiga de uma cidade ou mais do que uma parte da cidade, são em primeiro lugar, também elas, cidade. Como tal, devem estar integradas na estrutura urbana do mesmo modo que qualquer outra área urbana. A sua antiguidade é apenas uma especificidade, uma parte de um todo cujos problemas e potencial não se esgotam nesta característica. Aliás, esta deve funcionar como uma força motriz do desenvolvimento e nunca como uma limitação.

Gestão e Planeamento Integrado

A reintegração das áreas urbanas em crise na cidade só pode ser alcançada por meio de uma gestão integrada. Se o problema cujo combate é prioritário é o da segregação destas áreas urbanas, é necessária a noção de que a cidade é um sistema complexo e que a reversão dos fenómenos de exclusão depende da intervenção na rede de relações de uma área. Sucintamente, pode colocar-se a questão do seguinte modo: se os problemas têm origem fora das áreas urbanas em crise, de que vale intervir exclusivamente nestas? É preciso que se combata o problema na sua origem e não apenas as suas consequências.

Quando se visa a reabilitação de uma área urbana, é também necessário que se tenha em conta não só a sua integração na restante cidade como, igualmente, a sua integração nas políticas e planos de desenvolvimento urbano. De outro modo, a resolução dos problemas de uma área urbana antiga dificilmente poderá ser duradoura. O planeamento integrado das áreas urbanas em crise significa, portanto, tanto a inclusão destas na realidade actual da restante cidade como a sua integração nos planos de desenvolvimento urbano. Às dimensões do plano deve acrescer uma outra: o tempo.

A necessidade de uma abordagem integrada justifica-se ainda mais pela crescente mobilidade que se faz verificar na vida urbana. A cidade caracteriza-se pelas relações de interdependência das suas múltiplas zonas: ainda que nenhuma área urbana se deva restringir a uma única função, é natural que cada uma tenha uma função predominante. Raros são os casos em que o cotidiano de um habitante esteja confinado a uma só zona. Assim, deve, sempre que possível, tirar-se partido das sinergias existentes ou, caso necessário, procurar a criação de novas que promovam a inclusão da área urbana a reabilitar na restante cidade. Do sucesso deste processo resulta a concretização da principal ambição de qualquer exercício de gestão da cidade: o reforço da coesão urbana.

Planeamento Participativo

A reabilitação das áreas urbanas em crise deve contar com a participação dos seus habitantes no seu planeamento. A condução da reabilitação destas áreas urbanas de forma participada e inclusiva garante, à partida, que se reúnam condições benéficas para as populações das áreas urbanas a reabilitar. Primeiro, porque se aumentam as probabilidades de o projecto corresponder às expectativas das populações directamente afectadas. Afinal, são certamente estas quem melhor consegue identificar os problemas que as afectam. Além disso, o sucesso da reabilitação de uma área urbana depende, em larga escala, da sua aceitação por parte das populações afectas. Mais ainda, como refere Manuel Salgado, mesmo que seja frequente que os cidadãos não saibam concretamente quais são as soluções que querem para os problemas que os afectam, sabem sempre, pelo menos, aquilo que não querem (Salgado, 2015:200).

Seguidamente, a condução do processo de forma participativa tem importância do ponto de vista social. A realidade destas áreas urbanas caracteriza-se por problemas como a exclusão de camadas das suas populações. Os processos participativos constituem uma metodologia para combater esta exclusão a partir do momento em que se inicia o planeamento, dado que inclui as populações afectadas e lhes confere uma voz. Assim, além de ser mais provável que se alcance um projecto que dê as respostas esperadas pelos habitantes das áreas urbanas em crise, consegue-se ainda o empenho das populações num projecto que se torna também seu. O maior obstáculo a uma metodologia participativa nas áreas urbanas em crise é a dificuldade de se estabelecer um espaço de diálogo entre todos os interessados. Relativamente a este obstáculo, importa referir uma potencial solução em especial. A elevada concentração de problemas de cariz social nas áreas urbanas em crise resulta, entre outras coisas, num elevado número de associações presentes neste território urbano, cujo objectivo é combater os problemas mais urgentes das populações e promover a sua integração social. Estas associações são, sempre que se verifique a sua existência, um meio a considerar para se iniciar o diálogo com as populações que possam estar interessadas

no plano a desenvolver, dado o seu potencial de mobilização das populações locais, que é muito significativo.

Uma gestão que assegure uma metodologia participativa torna-se ainda mais pertinente devido à fragilidade da franja mais jovem das populações das áreas urbanas em crise. O frequente abandono escolar prematuro deste grupo assume particular gravidade, uma vez que a escola representa tanto o meio mais convencional para o acesso a empregos com melhores condições e maiores remunerações, como o primeiro espaço capaz de proporcionar o relacionamento de pessoas de realidades sociais, culturais e económicas diferentes. Assim, de forma a combater a exclusão social, enquanto não se combate eficazmente o abandono escolar, a participação das populações jovens num planeamento participativo pode representar o primeiro passo a dar no sentido da sua integração. Isto é, o espaço de diálogo criado pelo planeamento participativo tem também a capacidade de possibilitar, ou até promover, o contacto entre populações de realidades diferentes. Porém, este não poderá ser o único passo a dar.

A inércia gerada pelo planeamento participativo deve fazer-se acompanhar pelo estabelecimento de uma rede de interações que encontre suporte em associações como as acima referidas, em gabinetes municipais e noutros gabinetes pluridisciplinares que já existam ou cuja criação se justifique. As populações devem continuar a ser e a sentirem-se representadas durante o processo de reabilitação da área urbana em crise.

No entanto, infelizmente, são raros os casos em que se verifica a existência de um planeamento participativo. Ignorar as populações locais resulta não só na perda dos benefícios antes referidos, como também em projectos que não representam as populações que deveriam servir. Lembre-se Jane Jacobs que, a este respeito, em *The Death and Life of The American Cities*, apresenta um episódio ocorrido em East Harlem, Nova Iorque, que ilustra a necessidade de, pelo menos, se contactarem as populações das áreas a intervir antes de serem tomadas decisões quanto à forma da intervenção. Conforme relata Jacobs, durante o processo de reabilitação de East Harlem, demoliram-se os blocos de habitação até então existentes e construiu-se um novo conjunto habitacional associado a um relvado de consideráveis proporções. Curiosamente, estes

tornaram-se alvo da ira dos moradores locais. Um dos moradores explicou a uma assistente social o porquê do desagrado dos moradores: “Ninguém se interessou em saber o que queríamos quando construíram este lugar. Demoliram as nossas casas, puseram-nos a nós aqui e aos nossos amigos noutra lugar. Perto daqui não há um único lugar para tomar um café, ou comprar um jornal, ou pedir uns trocos emprestados. Ninguém se importou com o que precisávamos” (Jacobs, 1961:15).

No sentido contrário, no contexto nacional, surge como exemplo o projecto de incentivo ao planeamento participativo desenvolvido pela Câmara Municipal de Lisboa. De forma a promover a participação activa da população lisboeta no planeamento da cidade, definiram-se verbas para serem atribuídas a projectos seleccionados pela população no âmbito dos Orçamentos Participativos¹⁹. Importa referir que dentro deste programa, foram estabelecidas metodologias diferentes quer quanto ao modo de implementação dos projectos desenvolvidos quer quanto ao modo de incentivar a participação das populações, sendo que cada metodologia foi adaptada ao desafio a que se procurava dar resposta. Porém, mantiveram-se sempre como objectivos comuns:

- a participação activa das populações no planeamento através dos Orçamentos Participativos;
- a capacidade de criar um impacto real na vida dos cidadãos;
- a promoção da coesão social na cidade;
- fornecer apoio a projectos e parecerias locais;
- desenvolver redes com base nos locais da intervenção;
- reconciliar a visão dos dirigentes com a dos cidadãos e encorajar os dirigentes a aprender com os cidadãos que representam.

Entre os vários projectos desenvolvidos no âmbito dos Orçamentos Participativos, destacam-se a reabilitação do bairro da Mouraria e do Intendente, duas

¹⁹ O Orçamento Participativo é uma metodologia de planeamento que promove a “mobilização dos cidadãos e das suas organizações para que estes formulem propostas, escolham alternativas e estabeleçam prioridades e, em alguns casos, executem as suas propostas” (Salgado, 2015:201). Esta metodologia tem sido promovida em Lisboa desde 2008, ano em que se aprovou a Carta de Princípios do seu Orçamento Participativo. O município comprometeu-se, assim, a “envolver progressivamente os seus cidadãos na aplicação desta metodologia na resolução de problemas através de um processo de co-criação e co-produção entre o município e os cidadãos” (Salgado, 2015:201).

zonas adjacentes que se enquadravam nas áreas urbanas em crise antes das acções de reabilitação de que foram alvo. A reabilitação do Intendente representa um caso emblemático de uma área urbana reabilitada dentro do contexto nacional, o que é facilmente explicável tendo em conta que esta era uma das áreas urbanas com maior concentração de problemas sociais. É, assim, um caso de estudo especialmente útil para demonstrar o alcance potencial do planeamento participativo. Aliás, a reabilitação do Intendente sem que se tenha recorrido à gentrificação só se tornou possível justamente devido à metodologia pela qual foi gerida. A raiz dos problemas desta área urbana era, sobretudo, do foro social e uma intervenção guiada pelos princípios estabelecidos pelos Orçamentos Participativos garantiu que as acções de reabilitação iriam também incidir sobre estes. Isto porque, além de garantirem aos cidadãos a possibilidade de serem ouvidos e de participarem no desenvolvimento do projecto, as metodologias participativas promovem a aproximação entre os agentes que tomam as decisões da gestão urbana e as populações das áreas a que se destinam estas decisões.

O planeamento participativo deve basear-se, ainda, numa garantia fundamental: o equilíbrio entre os interesses dos moradores e dos investidores, uma vez que, durante o desenvolvimento do planeamento, são considerados tanto os primeiros quanto os segundos. Esta é uma garantia tanto mais importante quanto mais real é a globalização e especialmente pertinente quando se consideram as áreas urbanas antigas. Afinal, estas áreas urbanas são especialmente permeáveis aos fenómenos que resultam em processos de gentrificação.

O primeiro factor de fragilização destas áreas urbanas prende-se com as características desqualificadoras que as caracterizam. Os processos de declínio económico, social e cultural e a degradação do edificado destas áreas tendem a resultar na sua desvalorização económica. Desta forma, estas áreas urbanas ficam especialmente expostas à especulação imobiliária assim que surjam motivações para que nelas se façam investimentos.

Seguidamente, é o património histórico das áreas urbanas antigas que as torna especialmente susceptíveis dos processos que geram gentrificação, devido ao potencial turístico que encerram. São várias as cidades que conseguiram resolver os problemas

económicos das suas áreas urbanas antigas através da exploração turística ou as que, não tendo problemas económicos de maior, tiram proveito económico deste sector, porém, não sem que se criasse um problema igualmente preocupante: a expulsão da sua população residente pelas populações temporárias. Isto porque, como consequência do aumento de espaços de restauração e de alojamento local de que se faz acompanhar o aumento do turismo, se dá um aumento dos preços quer dos espaços associados ao lazer quer das rendas dos imóveis disponíveis para arrendamento, preços esses que as populações locais podem não ser capazes de comportar.

Obviamente, o turismo deve ser explorado e o intercâmbio cultural promovido, de forma a que criem processos positivos como, por exemplo, a criação de postos de trabalho e o crescimento da economia local. A questão prende-se com o modo como é gerido o turismo: é necessário um equilíbrio entre os interesses das populações efectivas e os turísticos, sendo os da primeira prioritários. Este equilíbrio é, de resto, do interesse de ambas as partes. Afinal, a expulsão das populações efectivas resulta quer na perda da cultura local que gerou o interesse turístico, quer em fenómenos *kitsch* cujo valor é, no mínimo, duvidoso.

Por tudo quanto se foi referindo ao longo deste capítulo, deve sempre iniciar-se qualquer processo de reabilitação urbana com o seu planeamento de forma participada. De outro modo, além de se perderem os ganhos potenciais que esta metodologia possibilita, corre-se o risco de se implementar um projecto que não só não resolve os problemas da área urbana a reabilitar, como ainda os pode agravar. É importante que se aproximem as ferramentas de gestão urbana das populações de forma a que se promovam a construção de consensos e a articulação de interesses. Afinal, as populações urbanas são cada vez mais culturalmente diversas e os seus interesses tornam-se facilmente divergentes, quando não contrastantes. A garantia de que a cidade é um espaço democrático capaz de albergar e articular interesses diferentes depende, em larga escala, da participação daqueles que são, em última análise, os verdadeiros interessados em que isso se verifique: os seus habitantes.

Parte II

O Centro em Sines: Estratégia de Integração Urbana

Contextualização Histórica

Sines está intrinsecamente ligada ao mar. É essa a sua principal fonte de recursos e foi este o motivo primordial para a fixação do Homem neste território, ainda durante a Pré-História²⁰. Especula-se que Sines tenha sido ocupada por Celtas²¹ e Fenícios²² e sabe-se, por vestígios antigos encontrados na região, como o Tesouro do Gaio, que este território foi ocupado por Púnicos. O que torna estas ocupações importantes para a presente dissertação, é a forte conotação marítima associada às civilizações que se instalaram em Sines e que evidenciam, assim, a lógica da sua vocação atlântica.

Após a conquista da Península Ibérica pelos Romanos, o território sineense assumiu pela primeira vez as funções portuárias e industriais que o iriam caracterizar até à actualidade. O seu porto, que servia a cidade de Miróbriga, foi instalado neste ponto geográfico, aproveitando o facto de a baía de Sines estar virada a sul e, assim, protegida dos ventos do norte, o que a torna um dos raros abrigos do litoral alentejano. Durante a ocupação Romana, o povoamento fixou-se na área do castelo, onde existem vestígios de um centro de produção de salga de peixe.

Durante o período compreendido entre o fim da ocupação romana e o século XIII, pouco se sabe sobre a história sineense. O facto de terem sido encontrados poucos vestígios de ocupação árabe em Sines, sugere o seu abandono durante esta época.

No século XIII, D. Afonso III reconquista este território para Portugal. Um século mais tarde, em meados do século XIV, D. Pedro I concede a carta de elevação a Sines, dado o interesse defensivo que a vila detinha e a importância do seu papel para a

²⁰ Há vestígios de populações em Sines - associados, sobretudo, ao Neolítico e à Idade do Bronze – que podem ser visitados a Sul do concelho, nos pontos arqueológicos de Palmeirinha, da Quitéria e do Pessegueiro.

²¹ O historiador Arnaldo Soledade disserta sobre a possibilidade de Sines ter sido ocupada por Celtas em “Sines Terra de Vasco da Gama”.

²² Na obra de Joaquina Soares “A Jangada de São Torpes”, Vítor Torres Mendonça associa a origem das jangadas de canas encontradas em Sines aos comerciantes do mediterrâneo que fundaram colónias a sul do cabo de Sines: os gregos, fenícios e púnicos.

segurança da costa nacional. Durante os dois séculos seguintes, Sines foi adquirindo maior expressão comercial no contexto da economia nacional, devido às suas funções portuárias. No final do século XVI, devido ao aumento de ataques corsários à costa, o território sineense foi fortificado, sendo o Forte do Revelim e o Forte da falésia da Ilha do Pessegueiro construções deste período. A história de Sines continua a ser dominada pelas funções marítimas da vila até ao século XX.

As últimas décadas do século XX fazem-se acompanhar de um dos episódios mais marcantes da história da cidade. Em 1970, o governo de Marcello Caetano decidiu implementar um grande complexo portuário-industrial em Portugal, com o objectivo de se garantir autonomia nacional nos sectores energéticos e logísticos. Sines foi escolhida para a concretização deste projecto, sobretudo devido às suas características geoestratégicas, ao seu potencial como porto de águas-profundas, à grande quantidade de área disponível para a construção de infraestruturas industriais e por questões ambientais²³. Além da construção de um porto de águas profundas, o projecto contemplava ainda uma área de 20.000 hectares para a construção de parques industriais de suporte.

Em 1971, foi formado o Gabinete da Área de Sines (GAS), um organismo com autonomia administrativa e financeira cuja função era instalar e desenvolver o complexo acima referido. O projecto era constituído por uma zona de grande concentração de indústrias base, infraestruturas portuárias, de transporte e urbanas, uma nova cidade a ser construída de raiz e um complexo industrial e urbano. Durante os seis anos seguintes, a administração de todo o território sineense foi adjudicada ao GAS.

A nova cidade, cuja construção estava prevista no projecto do novo complexo industrial e urbano, foi planeada para que fosse capaz de albergar 100.000 habitantes. Assim, construiu-se Vila Nova de Santo André, uma cidade dormitório que deveria servir o complexo industrial de Sines e libertá-la da sua população, para que o complexo

²³ Em 1971, foi realizado um estudo de poluição ambiental que demonstrou que Sines era a localidade menos poluída entre as várias passíveis de receberem o complexo portuário-industrial. Além disso, Sines reunia também as melhores condições geográficas para a dispersão da poluição atmosférica que, inevitavelmente, iria resultar das indústrias a instalar.

portuário-industrial pudesse crescer sem constrangimentos. Em 1973, adjudicou-se a primeira fase de obras de construção do porto, que arrancam de imediato, a par de centenas de empreitadas relativas ao complexo industrial e urbano, financiadas por investimento público.

Porém, nunca se alcançaram os objectivos industriais estabelecidos no projecto para a área de Sines. A alteração das conjunturas político-económicas, internas e externas, marcadas sobretudo pela crise do petróleo de 1973, e a destruição do molhe oeste, atingido por uma tempestade em 1979, levaram ao término do projecto e resultaram na falha da afirmação do porto no contexto internacional. Em 1977, considerou-se que o GAS não reunia aptidões suficientes para o exercício administrativo que lhe competia e cessaram-se, de imediato, a sua exploração e gestão do porto de Sines. No ano seguinte, o porto foi terminado, entrando em exploração de imediato e, para a sua gestão, foi criada a Administração do Porto de Sines, S.A. (APS), à qual também se atribuiu a gestão do território portuário da cidade. Foi também em 1978 que ficaram terminadas as construções do Terminal Petrolero e do Terminal da Petroquímica. Depois de várias reformulações do GAS, realizadas por motivos jurídicos, burocráticos ou estratégicos, este organismo acabou mesmo por ser extinto em 1988, sendo a sua extinção efectuada pelo Decreto de Lei nº 228/89, de 17 de Julho.

Este período da história sineense é particularmente relevante para a realidade urbana sineense actual. Em primeiro lugar, pela criação da Vila Nova de Santo André, que ainda hoje alberga uma parte significativa da população activa de Sines, resultando desta relação movimentos pendulares muito significativos. Em segundo lugar, porque a adjudicação à APS dos mais de dois mil hectares de território resultaram numa gestão territorial que serviu prioritariamente os interesses do porto e não os interesses de Sines e, assim, dos sineenses. A administração territorial desta área só voltou a ser competência do município em 1989.

A partir da década de 90, o complexo voltaria a ser alvo de investimentos que se mantêm na actualidade, nos seus sectores industrial e portuário. A nível industrial, destacam-se a melhoria tecnológica das refinarias e a construção do oleoduto, que entrou em funcionamento em 1997, ligando o Terminal Petrolero à Companhia

Logística de Combustíveis de Aveiras e que abastece todo o centro-sul. Os investimentos na evolução tecnológica foram-se sucedendo ao longo dos anos até muito recentemente, tendo o Terminal Petrolífero, por exemplo, dado início à produção líquida de gasóleo a partir de 2013, com recurso à nova tecnologia *hydrocracking*.

Da relação entre Sines e o seu porto resultaram quer consequências positivas, quer negativas. Relativamente às primeiras, aprez referir que o porto representa o maior motor económico da cidade tendo, aliás, uma expressão muito significativa a nível nacional: é responsável por mais de metade do tráfego portuário nacional. Além disso, o porto de Sines é indirectamente responsável por outros motores económicos da região, como o centro logístico e as indústrias associadas ao sector eléctrico. Dados os investimentos feitos no sentido do crescimento do porto de Sines e o alargamento do canal do Panamá, é espectável que a economia sineense passe ainda mais pelo seu porto, cujo crescimento está sobretudo dependente da construção de uma ligação ferroviária adequada a Espanha. Isto porque, actualmente, os transportes de mercadorias são feitos quase totalmente por meios ferroviários, sem que, no entanto, as infraestruturas actuais sejam as adequadas: é importante reduzir o tempo de deslocação entre Sines e Espanha. A ligação que hoje existe não é directa, obrigando a grandes desvios que resultam em tempos de percurso excessivamente longos. Assim, em 2003 aprovaram-se as obras de modernização desta linha, tendo as obras arrancado em 2014 e estando previsto o seu término, no máximo, até 2021. Os grandes objectivos estratégicos da nova ligação são: a redução da distância em 140 quilómetros; a redução do tempo de percurso em 3 horas; a viabilização de circulação com tracção eléctrica em todo o percurso e de comboios com 750 metros de comprimento; o aumento da capacidade de carga rebocada para 1400 toneladas, através de tracção eléctrica simples; e, por fim, a dotação de condições de interoperabilidade ferroviária a nível nacional, ibérico e europeu. A redução do tempo do percurso e da sua distância são garantidas através de uma nova ligação directa entre Sines e Évora, que progride depois para Caia-Badajoz, ao invés da alternativa actual que obriga à passagem por Setúbal.

As principais consequências negativas do porto de Sines prendem-se com o prejuízo dos pescadores e dos proprietários agrícolas, com questões ambientais e com a adjudicação de parte do território à APS. Sobre as primeiras, importa referir que, se

por um lado o nível médio de rendimentos da população da cidade cresceu significativamente desde o início das operações portuárias, por outro, prejudicaram-se os proprietários agrícolas com a expropriação de mais de 42.000 hectares de terrenos de exploração agrícola e os pescadores, pela pressão ambiental sobre os recursos marinhos. A nível ambiental, salienta-se que a poluição conseqüente da exploração industrial associada ao porto resultaram em vários episódios de mobilização da população, tendo o mais célebre ocorrido em 1982, quando se realizou em Sines a primeira “greve verde” feita em Portugal, na sequência de descargas de efluentes na costa norte da cidade. A adjudicação de parte do território a APS resultou em conseqüências negativas, sobretudo, porque o único objecto de preocupação deste órgão administrativo era o porto e não a cidade. Isto é, a parcela territorial que lhe compete é gerida de forma a servir os interesses do porto, independentemente de resultarem desse exercício conseqüências indesejadas para a cidade. A presença do porto de Sines resultou, ainda, na desvalorização da frente marítima da cidade em termos balneares e paisagísticos.

Concluindo, é importante garantir a articulação e o equilíbrio dos interesses do porto com os da cidade e dos sineenses, conseguindo que se diminuam os efeitos negativos do primeiro e garantindo que este seja também benéfico para a cidade.

Contexto Urbano

Para a formulação da estratégia ensaiada nesta dissertação, foi desenvolvida a análise crítica da cidade, apoiada em diversas escalas, perspectivas e elementos técnicos que fundamentam e legitimam as propostas de intervenção delineadas e, conseqüentemente, as opções tomadas. As escalas consideradas dizem respeito ao papel nacional e regional sineense e às suas realidades locais, especialmente à realidade da sua área urbana antiga. A análise crítica da escala local, devido à sua extensão, é abordada em espaço próprio no capítulo seguinte.

A nível nacional, Sines destaca-se pelas suas funções portuárias e industriais que, como já se referiu, são relevantes no contexto da economia nacional e constituem o principal motor económico da cidade. O forte carácter industrial de Sines traduz-se na sua valência logística e pela localização, no concelho, da refinaria de petróleo e das indústrias da petroquímica, de construção de polímeros, de metalomecânica e de produção de vagões. O seu porto é ainda hoje alvo de investimentos no sentido da sua expansão e modernização tecnológica, pelo que o seu papel económico deverá tornar-se ainda mais relevante a nível nacional, regional e local. Além disso, potencia o surgimento de novas indústrias, além daquelas cuja permanência em Sines já justifica, e constitui o único porto de recreio entre Sesimbra e Lagos, o que significa que tem, também, potencial para funcionar como atractivo turístico.

A nível regional, como consequência das suas actividades portuárias e industriais, Sines representa o principal motor económico do Alentejo Litoral. Ao contrário da tendência nacional e regional, a evolução demográfica sineense regista uma evolução positiva, tendo o seu número de habitantes aumentado de 14.238 para 18.298 entre 2011 e 2015. Destaca-se, ainda, a sua estreita relação com os municípios de Vila Nova de Santo André e de Santiago do Cacém, com os quais a sua população estabelece movimentos pendulares diários relevantes.

Relativamente às perspectivas averiguadas sobre a cidade, foram tidas em conta nesta análise as dos utentes da cidade, dos seus habitantes, dos comerciantes da área

urbana antiga e da Câmara Municipal de Sines. A informação foi apurada através do diálogo informal com os primeiros, do inquérito censitário realizado em 2009 pela equipa responsável pelo ante-Plano de Pormenor de Salvaguarda da Zona Histórica de Sines, aplicado apenas na área urbana antiga da cidade²⁴, e, por fim, do contacto directo com representantes municipais, numa reunião com o arquitecto Ricardo Pereira e o engenheiro Pedro Martins, ambos técnicos da câmara municipal. A percepção crítica diz respeito à realidade urbana sineense actual, aos problemas identificados, às vontades e interesses da população, e, por último, às intenções municipais e aos projectos a desenvolver a médio-prazo na cidade. Destes últimos, são particularmente relevantes as intenções municipais de:

- Explorar a vocação marítima da cidade através de um centro de investigação das ciências marítimas e de um polo museológico.
- Responder de forma eficiente aos movimentos pendulares da população sineense e promover a mobilidade inter-regional como meio de incentivo ao turismo através de um centro mobilidade, cujo financiamento deverá ser feito por via dos quadros comunitários, aos quais concorreu.
- Urbanizar, com recurso à habitação, a área nordeste da cidade, compreendida entre a Avenida General Humberto Delgado, a Escola Secundária, o oleoduto da Petrogal e o Pavilhão Multiusos. Esta intenção está, de resto, presente do Plano Director Municipal e no PPZENCs²⁵.
- Promover o repovoamento da área urbana antiga de Sines, a reabilitação do seu edificado e o regresso do comércio local a esta zona, nomeadamente, através de incentivos fiscais (já existentes) à reabilitação promovida por privados e ao arrendamento.

²⁴ O inquérito censitário de 2009 foi realizado apenas na área urbana antiga sineense e diz respeito a 482 alojamentos que resultaram em 329 inquéritos válidos (68,2%). Os restantes não foram aplicados por o inquirido não residir permanentemente na área (23,86%) ou por recusa de resposta ou impossibilidade de contacto (7,88%).

²⁵ Plano de Pormenor da Zona de Expansão Norte da Cidade de Sines.

A informação recolhida por via do inquérito censitário de 2009 permitiu quer apurar a perspectiva da população da área urbana antiga quanto à realidade actual da cidade e quanto às melhorias que gostariam de ver realizadas em Sines, quer recolher elementos caracterizadores de vários residentes, nomeadamente:

- Nacionalidade e naturalidade: a nacionalidade predominante é, naturalmente, a portuguesa (88,1%). No entanto, é relevante que 11,9% da população seja estrangeira, podendo este facto encontrar explicação nos preços mais reduzidos do arrendamento praticado nesta área. A população inquirida é constituída por 110 indivíduos naturais do concelho, 26 de Lisboa, 15 de Odemira, 11 de Setúbal e 44 de Santiago do Cacém, verificando-se assim a influência da estreita relação que Sines mantém com este último município.
- Faixa etária: a predominância diz respeito aos 108 indivíduos com mais de 64 anos (32,8%). O segundo grupo etário mais representado é constituído pela franja populacional mais jovem (idades compreendidas entre os 15 e os 34 anos), contando com 85 indivíduos (25,8%). A restante estrutura etária (41,4%) é equitativamente composta por indivíduos com idades entre os 35 e os 64 anos.
- Nível de instrução: embora 24% da população só tenha concluído o 1º ciclo do ensino básico, o nível de instrução é equilibrado.
- Situação profissional: o grupo mais representado diz respeito à população empregada (43,2%), seguido da população reformada (25,8%) e desempregada (10,6%). A percentagem da população desempregada não apresenta grandes desvios relativamente à região Alentejana, que à data da realização deste inquérito contava com 10,2% da sua população em situação de desemprego, e situa-se um valor percentual acima da média nacional de desempregados do mesmo ano (10,6%)²⁶. Relativamente ao rendimento médio mensal da população inquirida, destaca-se o facto de 13,37% dos inquiridos não ter qualquer fonte de rendimento e de 23,10% afirmar ter um rendimento entre os 201€ e os 450€ (inferior ou igual ao salário mínimo nacional de 2009). Sobre o local de trabalho dos inquiridos, importa referir que 12,7% trabalha na área

²⁶ Informação publicada pelo INE a 15 de Maio de 2009 e disponível quer no site da mesma entidade (www.ine.pt), quer no site da PORDATA (www.pordata.pt).

urbana antiga sineense; 22,2% trabalha na cidade, mas fora desta zona; e, por fim, 15,8% trabalha fora de Sines. Para a compreensão do fluxo do tráfego automóvel desta área, é útil conhecer que 49,7% dos inquiridos se deslocam por veículo próprio ou de terceiros e que apenas 4,9% faz uso do sistema de transportes públicos.

- Tempo de residência: verificou-se que, por um lado, 33% da população reside na área urbana antiga de Sines há mais de 30 anos e, por outro, os habitantes com 3 ou menos anos de residência na zona constituem 23% dos inquiridos. A este respeito, o relatório provisório sobre o inquérito sociológico refere que o número significativo de residentes recentes na área poderá estar associado a uma renovação da atractividade desta zona.
- Associativismo e/ou colectivismo: durante o levantamento de dados para a elaboração do Plano de Pormenor de Salvaguarda, constatou-se a existência de diversas associações e colectividades locais. Assim, no sentido de se tirar partido do potencial mobilizador destas entidades, questionaram-se os inquiridos sobre a possibilidade de serem sócios e sobre a frequência dos espaços de alguma das associações ou colectividades. Apurou-se que 15,2% dos inquiridos era sócio de alguma das entidades e que 29,5% fazia uso de uma ou mais das suas instalações.

Quanto às perspectivas, vontades e apreciação da população inquirida, apuraram-se dados relativos a seis questões diferentes:

- Motivação e avaliação da residência na área: as principais motivações apresentadas pela população para a sua residência na zona relacionam-se com o facto de terem familiares já residentes na área (27,1%), a localização central desta área (15,2%), a proximidade do local de trabalho ou de estudo (14%), a herança da casa familiar (10,9%), os preços de arrendamento mais acessíveis (8,8%) e a beleza do local (8,5%). A avaliação geral da residência na área urbana antiga sineense é muito positiva, tendo 79% dos inquiridos afirmado gostar ou gostar muito de lá viver.

- Identidade urbana: de acordo com os inquiridos, as imagens que melhor traduzem a identidade urbana sineense são as de cidade industrial (45,3%), cidade portuária (20,7%), cidade balnear (10%) e, por fim, cidade histórica (9,7%).
- Apreciação do comércio local: o funcionamento do comércio de proximidade é positivo, de acordo com a população local. Destacam-se os consumos pessoais (56,5% dos inquiridos recorre sempre a cabeleireiros/barbeiros da zona) e de uso quotidiano (30,1% faz as compras de mercearia sempre na zona e 25,2% fá-lo frequentemente).
- Serviços ou equipamentos mais necessários: 18,2% dos inquiridos identificou os Correios como sendo o serviço que mais falta faz na área urbana antiga da cidade, 10,3% considera prioritário garantir maior número e maior diversidade de comércio e 10% dá primazia a outros serviços públicos (EDP, loja do cidadão, polícia, escolas e infantários). Sobre o facto da estação dos CTT ser o elemento mais referido pela população, convém lembrar que, à data do inquérito, era recente o fecho deste equipamento.
- Medidas mais importantes para a dinamização da zona: foram identificadas como as medidas mais importantes a tomar a recuperação das casas para habitação (66,6%) e o arranjo do espaço público (11,2%). Estes dados são especialmente elucidativos se se considerar que o inquérito não limitava a possibilidade de resposta a opções pré-definidas.
- Aspectos cuja melhoria na área é desejada: a recuperação das casas para habitação surgiu, novamente, como o aspecto mais referido (35%), seguido da melhoria do sistema de circulação e estacionamento automóvel (13,1%) e da melhoria dos pavimentos (12,5%). É, ainda, expressivo que 9,7% dos inquiridos tenha identificado como desejável a melhoria da limpeza e aspecto geral das ruas.

Do contacto informal com a população e com os utentes da cidade, resultou informação concordante com os dados do inquérito. Destaca-se que, sobre as alterações de que necessita a área urbana antiga de Sines, a opinião predominante é de que é necessário melhorar os pavimentos da zona e garantir o regresso do comércio a esta

área. A estes dados, acresceu ainda um novo: a maioria da população jovem não residente em Sines que foi contactada, demonstrou vontade de passar a residir na cidade e, em especial, na sua área urbana antiga²⁷, caso tivessem oportunidade e/ou se existissem incentivos económicos²⁸. Porém, este último grupo destacou também a necessidade de se reabilitar o edificado desta área urbana.

Relativamente aos elementos técnicos analisados, importa referir que foram considerados com dois fins distintos. O primeiro, diz respeito à caracterização do território urbano e às relações neste estabelecidas pelos seus utentes, destacando-se o uso de plantas e perfis para a análise de morfologias; os elementos de caracterização topográfica, geográfica e sociológica disponibilizados pela Câmara Municipal de Sines e, por fim, os Estudos de Caracterização também disponibilizados por esta.

O segundo objectivo, é a integração da área urbana antiga sineense no planeamento de toda a cidade. Assim, para a definição da proposta estratégica, consideraram-se os instrumentos administrativos e os planos desenvolvidos pelo município, nomeadamente, o PDM, os PU, os PPRU (actualmente em elaboração); os PP e o diagnóstico preliminar do Plano de Pormenor de Salvaguarda da Zona Histórica.

²⁷ A Câmara Municipal de Sines publicou, no Youtube, um vídeo que consiste no contacto directo e informal com utentes, residentes ou não, e comerciantes da área urbana antiga da cidade (www.youtube.com/watch?v=OPngMBmXGio&list=PLD0D63678953FC4CF). Também a informação aí disponibilizada é concordante com a apresentada neste capítulo.

²⁸ À data do contacto com os utentes da área urbana antiga sineense, os incentivos económicos à habitação nesta área eram já uma realidade, nomeadamente através da isenção de taxas e impostos municipais. Assim, conclui-se que o reforço da divulgação desta informação seria útil.



Figura 1: Diagrama da rede viária de Sines (consultar Folha I).

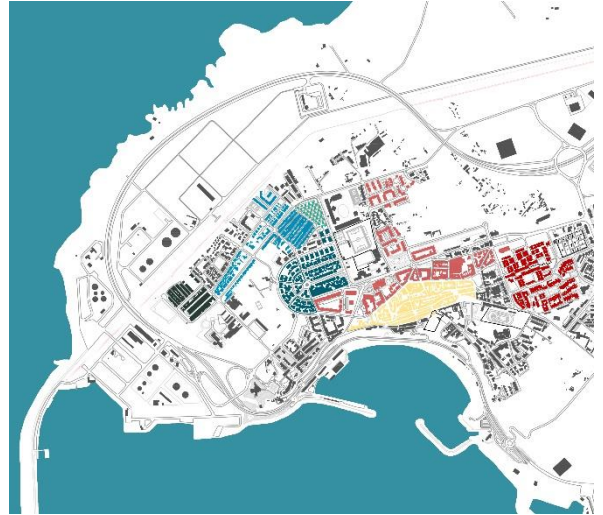


Figura 2: Diagrama de morfologia urbana, sectores homogéneos (consultar Folha I).



Imagem 7: Imagem satélite do Largo do Rossio e do Largo 5 de Outubro.

A paisagem sineense é dominada por componentes industriais. A aproximação à cidade (*Folha I, Diagrama Hierarquia Rede Viária*) é marcada por grandes infraestruturas – as vias rápidas, o oleoduto da Petrogal e a rede eléctrica – e pelos hipermercados que se destacam do fundo de carácter industrial que circunda Sines. Destes elementos, destaca-se o oleoduto, que limita o norte da cidade e se estende ao longo de cento e quarenta e sete quilómetros de comprimento e de quatro de largura. Uma vez que, por motivos de segurança, o oleoduto possui faixas de protecção com 4 metros de largura e se encontra vedado, este constitui um obstáculo quer para peões quer para o tráfego automóvel.

A cidade surge, pouco uniforme, em contraste com o mar. A irregularidade de Sines traduz-se quer pelas cérceas do edificado quer pela malha urbana, que é composta por diversas morfologias, com funções e escalas discrepantes que, embora estejam interligadas, não estão articuladas (*Folha I, Diagrama Morfologias Urbanas*). Isto é, a cidade assemelha-se mais a um aglomerado de fragmentos urbanos do que a uma mancha urbana contínua. A contribuir para a fragmentação da cidade, há ainda os bairros de auto-construção e os pequenos edifícios de apoio à agricultura que foram surgindo em Sines, alheios a qualquer tipo de planeamento e que, por isso, resultam no agravamento do desequilíbrio morfológico da cidade.

A esta problemática acresce a necessidade de se requalificarem os espaços públicos da cidade. Esta é, de resto, uma necessidade apontada quer pela população sineense quer pelos representantes do município. Ainda que a cidade esteja munida de vários espaços públicos, a maioria está desqualificada: carecem de qualidade formal, encontram-se descaracterizados, é frequente que a sua função seja substituída por outras como, por exemplo, o de estacionamento, e, por fim, os espaços verdes têm manutenção insuficiente e/ou estão abandonados (*Folha II, Imagem 6*). O antigo parque de campismo de Sines é o exemplo mais expressivo deste último problema, quer pela

²⁹ Consultar *Folhas I e II* da vertente prática da dissertação.



Imagem 8: Imagem satélite do Parque de Campismo de Sines (actualmente desactivado).



Imagem 9: Imagem satélite da zona da Escola Secundária de Sines.



Imagem 10: Imagem satélite do Castelo de Sines.



Imagem 11: Imagem satélite da baía de Sines.

sua dimensão, que é significativa, quer por ser um equipamento capaz de gerar mais-valias que não está a ser explorado (*Folha II, Imagem 3*).

Entre os vários fragmentos urbanos que constituem a malha urbana sineense, destaca-se a sua área urbana antiga, que se encontra segregada da restante cidade e em crise. Atestam-no o seu despovoamento, a perda de serviços e de comércio, a degradação do edificado, o declínio social e económico e a sua incapacidade de competir por oportunidades com a restante urbe. Isto é, a área urbana antiga da cidade necessita de ser integrada no desenvolvimento urbano de forma a que se consiga a sua reabilitação.

A fragmentação da malha urbana de Sines é, ainda, agravada pelas características topográficas do seu território. A relação da cidade com o mar não se dá de forma directa, bem pelo contrário. A maioria da área urbana de Sines desenvolve-se a uma cota bastante superior, precedida por uma falésia de quase trinta metros até à Avenida Marginal, que serve a frente marítima da cidade (*Folha II, Imagens 2, 7 e 8*). Significa isto que Sines se desenvolveu em “dois andares”, conforme dizem os locais, o que concorre para a sua desarticulação, especialmente dado o escasso número e/ou a qualidade das ligações entre ambos.

A frente marítima da cidade é dominada pelas infraestruturas portuárias. Dada a falta de acessos com qualidade, de equipamentos e de serviços ao longo da Avenida Marginal, a afluência a esta área da cidade só se faz sentir na época balnear. Assim, durante o resto do ano, e de forma quase exclusiva, são a indústria pesqueira e o porto de Sines que conferem utilização à frente marítima da cidade. Isto é, ainda que a proximidade do mar valorize a cidade e signifique que há o potencial de se poderem explorar economicamente actividades relacionadas com este, o que se verifica é que, actualmente, o porto é o único modo de exploração. É certo que este representa um dos possíveis modos de exploração da vocação marítima de Sines, porém não é o único. Aliás, a exploração portuária de Sines tem resultado no conflito com outros interesses como, por exemplo, a exploração turística da cidade. É necessário avaliar a vocação marítima de Sines ponderadamente e estabelecer uma estratégia de exploração que

equilibre melhor os interesses da cidade e da sua população com os da sua indústria e do seu porto.

A exploração equilibrada das vertentes portuária e industrial de Sines devem, ainda, ser articuladas com o desenvolvimento da restante cidade. Actualmente, a parcela territorial associada às actividades portuárias e industriais é muito significativa e, mais do que desarticulada, está separada da restante urbe. A aproximação e compatibilização das actividades industriais actuais de Sines com as industriais culturais e de recreio pode ajudar a colmatar esta falha, além de significarem um potencial impulso para os sectores económico e turístico.

A expansão turística da cidade, que é, de resto, um objectivo do município, e o aumento da rentabilidade da sua indústria suscitam a discussão da mobilidade em Sines. O sistema de transportes colectivo é insuficiente, quer se considerem os transportes públicos, quer os transportes de mercadorias. Os transportes públicos viram-se privados do sistema ferroviário, após o fecho da estação de Sines em 1990, e não encontram resposta suficiente nos autocarros que chegam ou partem da cidade, dada a sua parca quantidade. A falta de oferta de transportes públicos é especialmente surpreendente tendo em conta que Sines é uma cidade com movimentos pendulares tão significativos, consequência natural do facto de uma parte significativa da sua população activa residir nas localidades próximas de Santiago do Cacém e Vila Nova de Santo André.

É, portanto, necessário articular a malha urbana da cidade e os seus vários sistemas. Sines é uma cidade fragmentada e desarticulada, o que resulta na segregação de muitos dos seus espaços ou mesmo de zonas inteiras como, por exemplo e consoante será seguidamente desenvolvido, a sua área urbana antiga. Em suma, conclui-se que Sines é uma cidade cuja malha urbana é desconexa, marcada pela existência de impasses, por descontinuidades no seu sistema de espaços públicos e pela descaracterização e falta de qualidade formal destes. A cidade carece de uma estratégia global que promova uma visão integrada, capaz de gerar dinâmicas e relações entre pontos urbanos chave e que devolva um centro a Sines.

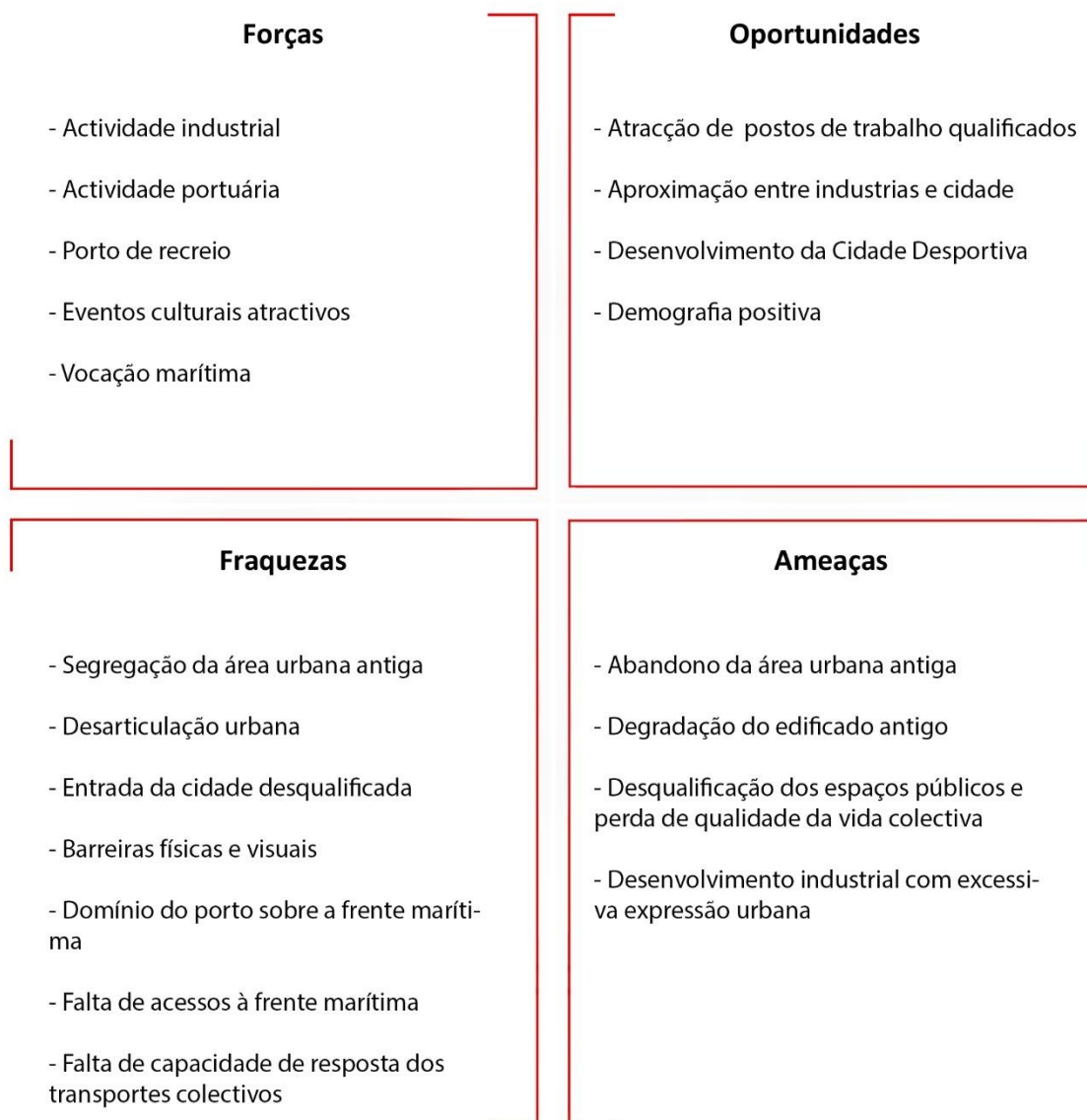


Figura 3: Quadro SWOT de Sines.

Síntese de Diagnóstico

A informação resultante da análise descrita nos dois capítulos prévios foi condensada e organizada com recurso a desenhos técnicos, fotografias, maquetes de estudo, estatísticas e a quadros de análise SWOT³⁰ (forças, fraquezas, oportunidades e ameaças). Entre estes, apresenta-se neste capítulo a análise SWOT (figura 3) que sintetiza a análise crítica do lugar e a caracterização e diagnóstico do território.

Pretende-se, com esta análise, facilitar a leitura objectiva dos pontos fortes e dos pontos fracos identificados, de forma a tornar possível uma leitura objectiva dos aspectos que o plano estratégico para Sines visa potenciar ou combater, de forma a que se alcance a reabilitação da sua área antiga, a sua integração urbana e, desta forma, o reforço da coesão urbana.

³⁰ A sigla SWOT é inglesa e resulta das palavras *strengths*, *weaknesses*, *opportunities* e *threats*, cuja tradução é forças, fraquezas, oportunidades e ameaças.

Estratégia Global: O Centro em Sines³¹

A presente estratégia de reabilitação surge como o culminar da investigação sobre reabilitação urbana, sintetizada na Parte I, e da análise crítica do território apresentada nos primeiros capítulos da Parte II. O contexto urbano a que diz respeito é o da realidade sineense e o seu objectivo é a reabilitação da área urbana antiga de Sines. É, justamente, da integração da área urbana antiga sineense na restante cidade, enquanto elemento articulador central, que deverá resultar a sua reabilitação e a coesão urbana cuja falta se faz sentir na cidade. Assim, esta estratégia de intervenção denomina-se Estratégia Global: O Centro em Sines.

A área urbana antiga de Sines localiza-se no centro da malha urbana mais densa da cidade, que se foi expandindo a partir desta, segundo um modelo policêntrico, ao longo de um processo que não se deu de forma integrada e que resultou na sua segregação. Assim, apesar da centralidade espacial da área urbana antiga sineense, a sua centralidade funcional não se faz verificar, sendo os problemas que mais a afectam a sua segregação, a falta de dinâmicas, sinergias e de relações devidamente articuladas entre esta área e a sua periferia. Isto é, os problemas da área urbana antiga de Sines são exógenos. Apesar de a sua origem se localizar na periferia desta área, as suas consequências manifestam-se, também, dentro dos seus limites, nomeadamente através do seu despovoamento, da perda de serviços e da degradação do seu património edificado.

Assim, a Estratégia Global é constituída por objectivos estratégicos de dois domínios diferentes. O primeiro, procura controlar os problemas na sua origem, pelo que visa a periferia da área urbana antiga. O segundo, diz respeito à reversão das suas consequências, pelo que se limita à área urbana antiga.

³¹ Consultar Folha III da vertente prática da dissertação.

Os objectivos do primeiro domínio são:

- estabelecer um conjunto articulado de forças-motrizes que tirem partido do potencial associado às características intrínsecas de Sines;
- combater as fragilidades do território sineense, identificadas na análise de diagnóstico SWOT;
- reforçar a coesão urbana;
- criar e/ou reforçar dinâmicas e sinergias em toda a cidade;
- integrar a área urbana antiga na restante cidade e nas políticas de desenvolvimento urbano, estabelecendo-a como o centro da cidade.

No segundo domínio, e relativamente à área urbana antiga, os objectivos estratégicos são:

- articular as morfologias urbanas que fazem a transição da área urbana antiga para a sua periferia imediata;
- criar e/ou reforçar sinergias e relações com pontos-chave da cidade;
- reabilitar o património edificado;
- recuperar habitantes;
- recuperar utentes;
- recuperar serviços.

Para a concretização dos objectivos estratégicos acima enumerados, definiram-se dez eixos de intervenção estratégicos:

- Articular as estruturas urbanas desconexas: a malha urbana sineense caracteriza-se pela soma de fragmentos desarticulados entre si, sendo a transição entre cada um deles marcada pela discrepância entre os seus desenhos e volumetrias. Assim, o primeiro objectivo estratégico passa pela articulação da malha urbana da cidade.
- Valorizar a paisagem urbana: a maioria dos espaços públicos e parte significativa do património edificado da cidade necessita de ser requalificado e/ou reabilitado e os perfis das suas vias valorizados. Assim, considerando o conceito de paisagem

urbana e o perfil da cidade como vector activo no desenvolvimento urbano, da requalificação e reabilitação dos espaços públicos, do edificado e do perfil urbano, resultará a valorização da paisagem urbana.

- Melhorar as conexões e a mobilidade interurbana: os movimentos pendulares da população, o posicionamento geo-estratégico de Sines na região alentejana e o impacto económico do seu complexo industrial e portuário, justificam um maior investimento no sector dos transportes públicos e nas conexões viárias principais da cidade.
- Desenvolver o sector turístico: Sines encerra um vasto potencial turístico associado à sua história, à sua valência balnear, aos seus eventos culturais³², aos pontos de interesse arqueológico próximos e ao território da região. No entanto, a cidade carece de uma estrutura mais capaz de tirar partido deste potencial, nomeadamente ao nível do alojamento local.
- Explorar a vocação marítima sineense: actualmente, a vocação marítima de Sines é explorada quase unicamente pelo porto. A frente marítima da cidade traduz de forma inequívoca esta realidade, dado o domínio do porto sobre toda a paisagem; a pouca diversidade de oferta programática e de usos, verificando-se novamente a prevalência das funções e usos portuários; e, por fim, a falta de equipamentos associados a serviços e de apoio ao uso balnear e ao porto de recreio. A estes factores, acrescem as conexões entre a Av. Vasco da Gama e a restante cidade, que são parcas na qualidade e na quantidade, contribuindo assim para que o uso desta zona pela população sineense se dê exclusivamente durante a época balnear.

³² Entre os vários eventos culturais de que Sines é palco, destaca-se o Festival Músicas do Mundo, criado e organizado pela Câmara Municipal desde 1999. Na sua edição de 2015, o observador.pt estima que mais de 90.000 visitantes tenham assistido ao festival, ao longo dos 9 dias em que ocorre (observador.pt/2015/07/26/festival-musicas-do-mundo-despede-dia-esgotado/).

- Reconciliar a indústria com a cidade: a indústria sineense domina a paisagem periurbana da cidade com os seus diversos elementos de carácter industrial situados a norte da cidade. Destes, destacam-se o oleoduto da Petrogal pelo seu impacto visual e pelo facto de constituir uma barreira física; os silos das indústrias petroquímicas; e os armazéns industriais actualmente em abandono e com potencial para serem adaptados a novos usos.
- Reconstruir e valorizar a entrada norte da cidade: esta necessidade verifica-se em dois momentos diferentes. Primeiro, pela aproximação a Sines que é marcada pela paisagem de carácter excessivamente industrial. Seguidamente, porque a chegada à cidade é feita pela Av. General Humberto Delgado, a norte da qual existem vários terrenos baldios e cujo perfil se caracteriza pela desarticulação entre volumetrias do edificado e pelas alterações abruptas entre morfologias.
- Densificar a multifuncionalidade da área urbana antiga da cidade: a área urbana antiga sineense perdeu a maioria do seu comércio e dos seus serviços, dos quais é especialmente significativo o fecho da estação dos CTT, em 2008. Actualmente, as funções da área resumem-se ao pouco comércio que se conseguiu manter nesta zona e à habitação de uma população cada vez menor no número.
- Reabilitar a rede de interacções da área urbana antiga e criar sinergias e dinâmicas que promovam a sua utilização: a localização central da área urbana antiga de Sines em relação à restante cidade confere-lhe o potencial de “vertebrar” o sistema de espaços públicos da cidade. Assim, da criação de dinâmicas em pontos-chave da cidade e da requalificação dos seus eixos estruturantes, resulta uma maior probabilidade de se garantirem utentes para a área urbana antiga da cidade.
- Valorizar o património urbano: dos eixos estratégicos de intervenção acima enunciados, decorre o reforço da coesão urbana, a valorização das relações que os utentes da cidade estabelecem entre si e com esta e, por fim, a valorização do

património edificado da cidade. Assim, e em suma, decorre destes a valorização do património urbano sineense.

Dada a extensão e a complexidade da estratégia elaborada, procurou garantir-se a operacionalização dos eixos de intervenção estratégicos através de vários sectores de intervenção. Aliás, uma vez que a estratégia visa a totalidade da cidade e que não é exequível considerar de uma só vez uma realidade tão extensa, a operacionalização dos eixos de intervenção teria sempre de ser dividida ou por objectivos ou por áreas de intervenção. Dado que a área urbana antiga de Sines é espacialmente central em relação à restante cidade e que, também por isso, tem o potencial de articular os vários polos de interesse que esta encerra, a opção tomada é a da divisão por áreas de intervenção.

Importa dizer, sobre esta divisão, que a Estratégia Global é concebida de forma holística, vale como mais do que a soma das suas partes. Os sectores de intervenção correlacionam-se e articulam-se quer com toda a cidade, quer entre si. Destes, resultam consequências directas para as áreas que visam, para a restante urbe e para os restantes sectores de intervenção. A associação de cada sector a uma área urbana representa o foco nesta e não uma delimitação física no sentido estrito.

Assim, para a reabilitação da área urbana antiga de Sines, a Estratégia Global prevê intervenções nas seguintes áreas:

- Limite norte da cidade (*Folha IV, Coroa Envolvente: Paisagem Integrada*): para a delimitação deste sector, considerou-se o impacto desta área na leitura global da paisagem sineense; a presença do oleoduto da Petrogal e o que este constitui enquanto barreira visual e física; e, por fim, o Plano de Pormenor da Câmara Municipal de Sines que visa a instalação da cidade desportiva nesta zona.
- Avenida General Humberto Delgado e a norte desta (*Folha V, Avenida Produtiva*): por constituir a principal entrada na cidade e por esta área ter sido definida como uma das principais zonas de expansão urbanas de Sines, conforme estabelecem o Plano de Urbanização e o PPZENCs, delineados pela Câmara Municipal, prevendo a criação de uma área considerável destinada à habitação colectiva.

- Quarteirão da Escola Secundária de Sines (*Folha VI, Centro de Mobilidade*): por se localizar no cruzamento de dois eixos estruturantes da malha urbana sineense e pela forte desarticulação entre este quarteirão e os que o delimitam a oeste e a este.
- Parque de Campismo de Sines (*Folha VII, Parque Turístico-Cultural*): por estar actualmente desactivado; por formar a maior área verde de toda a cidade e pelo seu potencial enquanto alternativa válida para o alojamento local de turistas.
- Área referente ao Forte do Revelim (*Folha VIII, Polo de Investigação das Ciências Marítimas*): pelo conjunto dos seus edifícios, cujo interesse reside quer na localização, quer no seu valor histórico e arquitectónico. Destes, destaca-se a Igreja da Nossa Senhora das Salas e o seu largo; os Armazéns da Ribeira; o Forte do Revelim; e, por fim, a Casa Emmerico Nunes. Ao conjunto dos edifícios desta área, acresce ainda a facilidade de acesso à área urbana antiga de Sines e à Avenida General Humberto Delgado e a sua proximidade do Parque de Campismo de Sines.
- Frente marítima (*Folha IX, Frente Marítima*): pelo que constitui de potencial para Sines enquanto cidade balnear; pelo desequilíbrio entre a presença do porto e os restantes equipamentos; e, por fim, pela falta de acessos de qualidade entre a Avenida Marginal e a cota superior a que se desenvolve a cidade.
- Conjunto dos espaços públicos (*Folha X, Plataforma Articuladora*): pela sua importância para a vida pública e para a coesão urbana e por se encontrarem desqualificados e descaracterizados, como é o caso, por exemplo, da Praça da República (Rossio) e do Largo 5 de Outubro.

De forma a garantir a coerência da Estratégia Global e que o seu valor reside na proposta como um todo e não na soma das suas partes, cada uma das propostas para os sectores acima apresentados foi concebida de acordo com a mesma metodologia que guiou a definição das bases da Estratégia Global. Isto é, para cada sector foi realizada

uma análise SWOT; delineados objectivos estratégicos e definidos eixos de intervenção estratégicos que guiam as propostas de intervenção, de acordo com os mesmos princípios de actuação da Estratégia Global e segundo uma lógica de aproximação do geral para o particular. É sobre cada um dos sete sectores de intervenção e do seu contributo para o objectivo principal da Estratégia Global que versam os próximos capítulos.

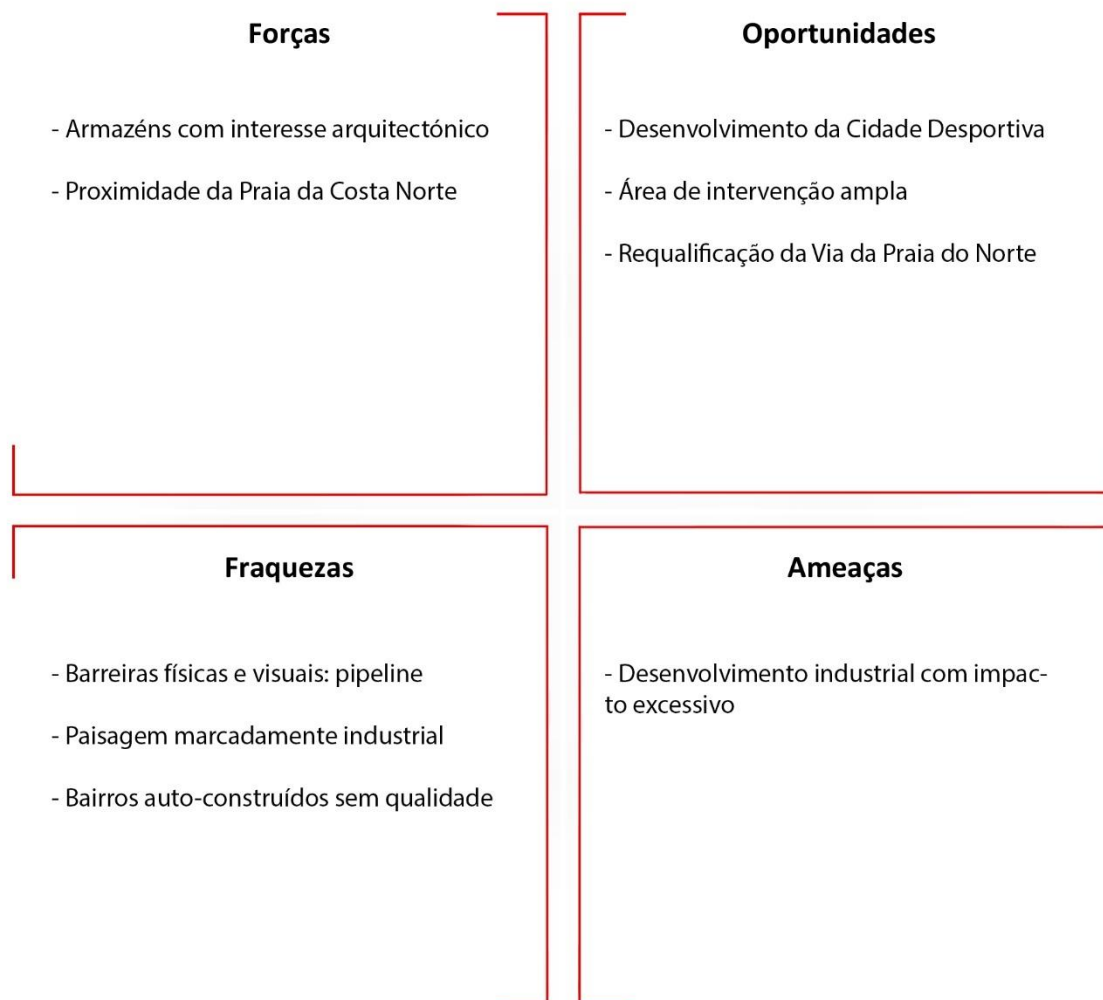


Figura 4: Quadro SWOT do sector Coroa Envolvente: Paisagem Integrada.

Eixos de intervenção estratégicos concretizados pelo presente sector³³:

- Reconciliação da indústria com a cidade;
- Melhoria das conexões e da mobilidade intra e interurbana;
- Articulação de estruturas urbanas desconexas;
- Valorização da paisagem urbana;
- Exploração da vocação marítima sineense;

³³ Para facilitar a leitura de cada um dos sectores de intervenção, o desenvolvimento destes pontos surge no final do capítulo.

Coroa Envolvente: Paisagem Integrada³⁴

O limite norte de Sines é dominado por elementos de carácter industrial que surgem arbitrariamente ao longo da periferia da cidade. Destes, destacam-se os silos das indústrias petroquímicas e a central termoelétrica da EDP, a noroeste, e o oleoduto da Petrogal em todo o limite norte da cidade, que constitui uma barreira visual e um obstáculo físico à passagem ao longo dos seus cento e quarenta e sete quilómetros de comprimento. Dado o impacto desta área na leitura global da paisagem sineense e na entrada principal da cidade, o objectivo principal da proposta de intervenção para este sector é a sua requalificação e a articulação entre a paisagem industrial e a paisagem urbana.

A proposta para este sector visa ainda tirar partido do potencial desta área e dos aspectos positivos expostos na análise SWOT (figura 4). Sobre o potencial desta área, importa referir:

- o norte da península em que Sines se situa, por terminar numa costa longa e limpa com potencial associado aos desportos marítimos, dada a sua configuração geográfica que proporciona uma ondulação forte.
- O pequeno farol existente a noroeste da cidade que, apesar de se encontrar dominado pelo carácter industrial sineense, tem interesse arquitectónico e potencial turístico.
- O Pavilhão Multiusos de Sines que, ainda que actualmente se encontre isolado da cidade, está inserido na área para a qual a Câmara Municipal prevê a construção da cidade desportiva, de acordo com o PP da Cidade Desportiva.

Os aspectos positivos identificados na área de intervenção deste sector são:

- A vasta área verde que existe a norte do oleoduto, e em torno deste, constituída por uma flora rica e diversa.

³⁴ Consultar Folha III da vertente prática da dissertação.

- O conjunto das três lagoas existentes no território compreendido entre a Praia da Costa Norte e Santo André, das quais se destaca a Lagoa de Santo André e Sancha, quer pela sua dimensão, quer por estar inserida numa área de grande interesse para a observação de animais selvagens.

No sentido da concretização do objectivo principal do presente sector de intervenção e de forma a tirar partido dos pontos positivos e do potencial identificado na análise previamente apresentada, definiram-se os seguintes cinco objectivos específicos:

- Diminuir a noção de obstáculo implícita na actual configuração do oleoduto e o seu impacto paisagístico;
- Articular a área urbana de Sines com o território a norte desta;
- Dinamizar a área correspondente à periferia norte da cidade e criar sinergias entre esta e a área urbana sineense;
- Equilibrar os elementos industriais, urbanos e naturais da área em consideração;
- Valorizar a entrada principal da cidade.

Relativamente ao primeiro objectivo específico, importa referir que a possibilidade de se soterrar o oleoduto da Petrogal não é exequível. Isto porque, além dos custos da operação serem excessivamente altos, a necessária manutenção do oleoduto ficaria comprometida. Assim, para diminuir o seu impacto paisagístico, a proposta de intervenção prevê a substituição da rede que o isola actualmente, por vegetação propícia à criação de barreiras, quer pela sua densidade, quer pelo seu porte. De forma a ultrapassar a barreira física que o oleoduto constitui, propõe-se a criação de passagens sobre este, estando esta proposta associada ao segundo objectivo específico desta proposta.

A articulação da área urbana de Sines com o território visado neste sector é conseguida por meio da criação de uma rede de percursos pedonais e de ciclovias. A rede de percursos foi organizada segundo três eixos principais. O primeiro, desenvolve-se paralelamente ao oleoduto e a sul deste, resultando na ligação entre o noroeste e o nordeste da cidade. O segundo e o terceiro eixo são ambos perpendiculares ao oleoduto e incluem uma passagem pedonal e para ciclovias sobre este. O primeiro eixo, parte do

prolongamento da Av. General Humberto Delgado 1, pelo que atravessa o centro da cidade desportiva proposta pela Câmara de Sines. O segundo eixo, resulta da extensão da Rua da Alegria e é especialmente importante pela sua associação a um eixo estruturante da malha urbana sineense. Este eixo termina apenas na costa norte da península de Sines e culmina na implantação de um *Surfer's Lounge*³⁵. Além dos eixos estruturantes, a proposta assenta ainda na construção de uma rede de percursos verdes de menor escala, que liga directamente este sector a outros três: o Parque Turístico-Cultural, o Centro de Mobilidade e a Avenida Produtiva. A proposta prevê ainda outros eixos que unem pontos-chave do território, alguns inacessíveis até então como, por exemplo, a Praia da Costa Norte e o Farol de Sines. Além destes, propõe-se ainda a melhoria de eixos importantes para a estrutura urbana de Sines e que moldaram a forma e o plano da intervenção promovida neste sector.

A dinamização da área referente à periferia norte da cidade e a criação de sinergias entre esta área e a área urbanizada de Sines é conseguida de três formas distintas. Primeiro, pela cidade desportiva prevista pela Câmara de Sines para esta zona e que a presente proposta de intervenção reestrutura e adapta ao conjunto das propostas previstas para cada sector. A cidade desportiva prevê a implantação de um pequeno estádio (“transferido” da área do Centro de Mobilidade para este sector); um campo de ténis; um parque de skate; e uma série de serviços que servem como suporte a eventos desportivos que atraiam um grande número de pessoas. Ao conjunto destes equipamentos, acresce o já existente Pavilhão Multiusos de Sines. Depois pela reabilitação de armazéns industriais actualmente abandonados, configurados de forma a serem multifuncionais para que possam servir programas distintos. A implementação e dinamização destes programas deverá partir de projectos cuja iniciativa se incumbe à população sineense em conjunto com a Câmara Municipal de Sines. Por fim, pelo desenvolvimento de programas agrícolas na zona. A intervenção propõe a criação de parcelas agrícolas privadas, ao longo do percurso principal que acompanha o oleoduto, que deverão ser atribuídas à população sineense que as queira explorar.

³⁵ O vocabulário relativo à prática do Surf é predominantemente marcado por estrangeirismos, sobretudo de origem Inglesa. Assim, *Surfer's Lounge* não é passível de ser traduzido, apenas explicado: trata-se de um espaço de apoio à prática desportiva do surf, com programas que vão desde o aluguer e armazenamento de material até à habitação colectiva temporária para praticantes.

Posteriormente, estes poderão expor e comercializar os produtos que resultem da produção agrícola em bancadas existentes ao longo do percurso principal. O projecto para este sector propõe ainda, sob a forma de sub-projecto e como já se aludiu brevemente, a construção de um *Surfer's Lounge*: um equipamento cujo programa está associado à prática de desportos marítimos. Pela sua implementação e desenho, este equipamento cria uma barreira contra a ondulação mais forte, o que torna a costa norte numa alternativa possível para a prática balnear. Assim, além do *Surfer's Lounge* propõe-se ainda instalações sanitárias, balneários e vestuários e um espaço de restauração.

O equilíbrio dos elementos industriais, urbanos e naturais da área em consideração resulta de três acções diferentes. Primeiro, da diminuição do impacto visual do oleoduto e pelas possibilidades de passagem sobre este contempladas na proposta. Seguidamente, da recuperação dos armazéns industriais abandonados e da implementação de novos programas nestes. Dada a proximidade destes armazéns a eixos estruturantes da malha urbana sineense, resulta deste processo a articulação entre usos urbanos e elementos de carácter industrial. Por fim, pela associação da cidade desportiva à rede de percursos verdes. A cidade desportiva, pela sua escala, diminui o impacto dos elementos de carácter industrial desta área e a associação entre esta e uma rede de percursos verdes, torna mais subtil a transição entre a paisagem urbana e a paisagem natural do território a norte do oleoduto.

A valorização da entrada principal da cidade é conseqüente do conjunto das propostas para zona nordeste da periferia de Sines. Primeiro, pela construção da cidade desportiva numa área actualmente baldia. Depois, pela diminuição do impacto visual do oleoduto. Seguidamente, pelo conjunto de percursos verdes, cuja percepção é possível ainda antes da chegada à cidade e que contribui para a transição gradual entre paisagem natural e paisagem urbana.

Assim, o conjunto das intervenções propostas para este sector contribui, por sua vez, para a concretização de cinco eixos de intervenção estratégicos da Estratégia Global:

- Reconciliação da indústria com a cidade: por meio da valorização de um ambiente coeso, que une o oleoduto a uma paisagem natural convidativa, associada a espaços de lazer, com a diminuição simultânea do impacto negativo de um dos elementos industriais mais marcantes para a cidade.
- Melhoraria das conexões e da mobilidade intra e interurbana: através da extensão de eixos urbanos importantes e da construção de novas conexões entre pontos-chave da cidade, alguns actualmente inacessíveis.
- Articulação de estruturas urbanas desconexas: a articulação é garantida pela inclusão de eixos estruturantes da cidade no desenho da proposta para este sector, pela inclusão do Pavilhão Multiusos de Sines no conjunto da cidade desportiva e da rede pedonal e de ciclovias que, por sua vez, se associa a eixos estratégicos da cidade.
- Valorização da paisagem urbana: alcançada pela diminuição do impacto negativo da indústria na cidade, pela complementação da rede urbana actual e, principalmente, pela reabilitação da entrada principal da cidade.
- Exploração da vocação marítima sineense: através da construção do *Surfer's Lounge* que, além de estar associada à instalação de três programas distintos, cria uma barreira contra a ondulação mais forte, tornando a costa norte da península de Sines mais propícia ao lazer. A implantação desta proposta garante, ainda, uma alternativa à praia sul da cidade que, estando actualmente dominada pelo seu porto, se torna menos convidativa para a prática balnear.

A articulação directa entre a área urbana antiga de Sines e o sector abordado neste capítulo, conforme proposto, associada à diversidade de programas e, assim, da oferta promovida pela intervenção proposta para este sector resulta, em última análise, na criação de várias dinâmicas e sinergias que se deverão propagar até à área urbana antiga de Sines.

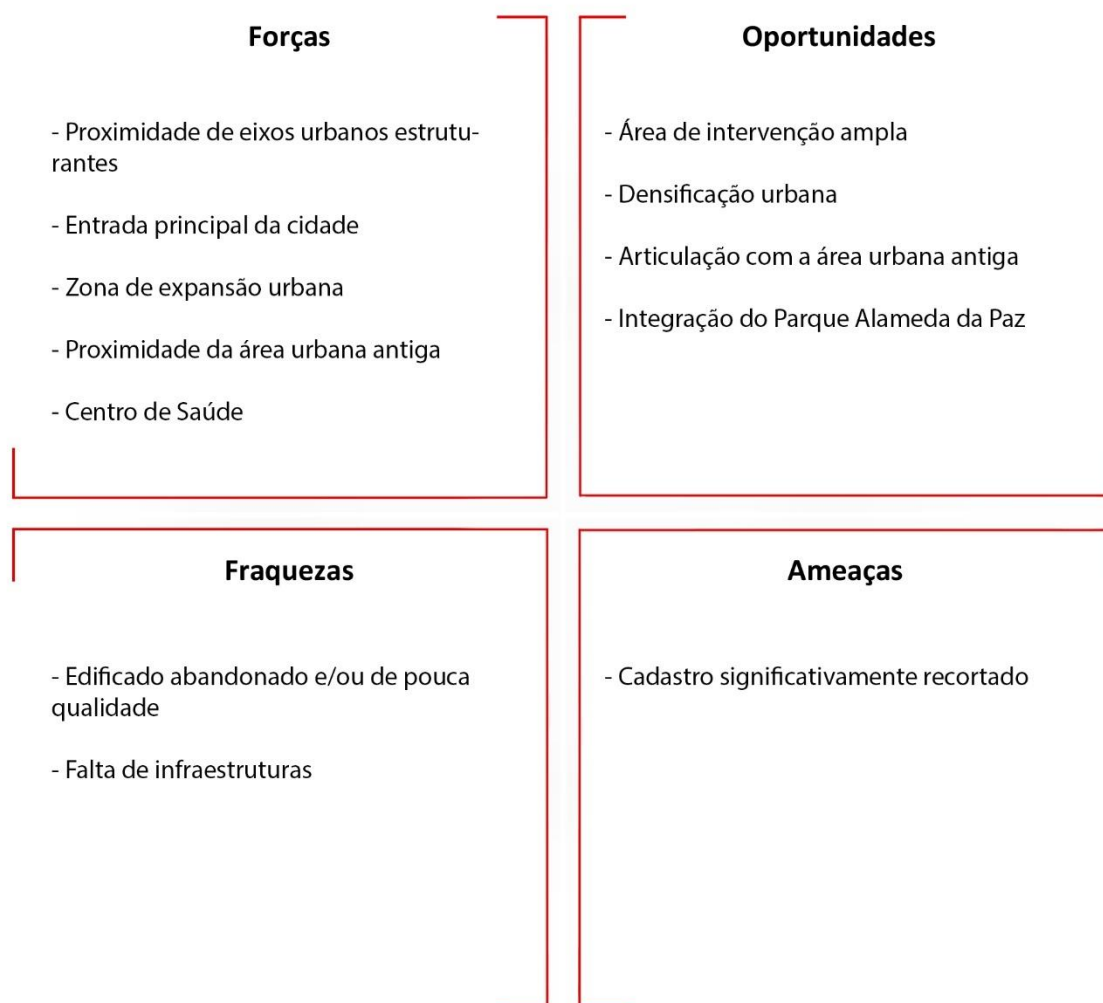


Figura 5: Quadro SWOT do sector Avenida Produtiva.

Eixos de intervenção estratégicos concretizados pelo presente sector³⁶:

- Articulação de estruturas urbanas desconexas;
- Valorização da paisagem urbana;
- Desenvolver o sector turístico;
- Reconstruir e valorizar a entrada da cidade;
- Reabilitar a rede de interações da área urbana antiga e criar sinergias e dinâmicas que promovam a sua utilização;
- Valorização do património urbano.

³⁶ Para facilitar a leitura de cada um dos sectores de intervenção, o desenvolvimento destes pontos surge no final do capítulo.

A área referente ao sector da Avenida Produtiva tem na Av. General Humberto Delgado e nos terrenos baldios a norte desta os seus elementos constituintes principais. A Avenida representa um eixo estruturante da cidade, por ser através desta que se dá a entrada principal na cidade; por se situar entre a área urbana antiga de Sines e as áreas de urbanização mais recente da zona norte; e, por fim, por servir a maioria das áreas urbanas no sentido este-oeste. No entanto, a Avenida caracteriza-se pela desqualificação dos seus espaços públicos e pela desorganização do seu edificado, quer no que aos seus programas diz respeito, quer relativamente à sua volumetria, o que resulta, também, na desvalorização dos seus perfis.

O conjunto dos terrenos a norte da Avenida caracterizam-se por se encontrarem em desuso, sem qualquer tratamento paisagístico ou urbano e pelas pequenas habitações unifamiliares que se encontram, pontualmente, nesta área. A maioria destas habitações encontra-se em estado de ruína ou em mau estado de conservação. Em 2011, a Câmara Municipal de Sines estabeleceu para esta área o PPZENCS, que a define como zona prioritária de expansão e que prevê a construção de habitações com capacidade de alojamento para 2800 habitantes. O plano prevê ainda o Grande Parque Alameda da Paz ao longo da Av. General Humberto Delgado, actualmente em construção, e o novo Centro de Saúde que foi construído na zona das Barradas. Para a Estratégia Global, esta área ganha, também, especial relevância por se relacionar directamente com outros dois sectores de intervenção (Centro de Mobilidade a oeste e a Coroa Envolvente: Paisagem Integrada a norte) e pela proximidade da cidade desportiva.

Assim, o objectivo principal da proposta de intervenção para este sector é requalificar a Av. General Humberto Delgado enquanto eixo estruturante da cidade e estabelecê-la como eixo articulador entre a área urbana antiga de Sines e a nova

³⁷ Consultar Folha V da vertente prática da dissertação.

urbanização a norte. A proposta visa ainda explorar o potencial e os aspectos positivos que marcam esta área. Relativamente ao seu potencial, destaca-se:

- A proximidade da cidade desportiva, cuja construção está prevista e planeada pela Câmara Municipal de Sines, que constitui um elemento gerador de interesse para a população.
- O novo Grande Parque Alameda da Paz, actualmente em construção e que propicia novos usos e um aumento de afluência a esta área.
- A Av. General Humberto Delgado que, por ser um eixo estruturante da cidade e o acesso principal para a chegada a Sines, é especialmente propícia à passagem de utentes, pelo que a sua dinamização se assume como natural.
- As sinergias resultantes da nova urbanização, dado que esta tem a capacidade de servir 2800 habitantes (mais de 15% da população actual de Sines).

Associados aos aspectos com potencial da área a que diz respeito o sector da Avenida Produtiva, surgem os aspectos positivos:

- A principal entrada de Sines localiza-se nesta área, resultando numa maior exposição e afluência de utentes, o que potencia a sua dinamização.
- A Av. General Humberto Delgado, por constituir um eixo estruturante da malha urbana sineense, resultando assim, à semelhança do ponto anterior, na exposição e maior afluência de utentes a esta área, pelo que a sua dinamização se torna não só mais fácil, como até natural.
- A localização da área em consideração, por se encontrar directamente associada a dois outros sectores da Estratégia Global; à cidade desportiva; e, por fim, ao Grande Parque Alameda da Paz.
- O restaurante e a escola de música, instalados no edifício da antiga estação de caminhos de ferro, por motivarem o uso e a deslocação a esta zona.
- A grande quantidade de espaço não edificado, por proporcionar maior liberdade no momento do planeamento e por facilitar a articulação com as áreas urbanas com as quais se relaciona directamente.

Para a concretização do objectivo principal que orienta toda a proposta de intervenção relativa ao sector da Avenida Produtiva, definiram-se cinco objectivos

específicos que visam, ainda, controlar os problemas e explorar o potencial e os aspectos positivos identificados nesta área urbana e sintetizados na análise SWOT (figura 5). São eles:

- Estabelecer a Av. General Humberto Delgado como elemento articulador entre a nova urbanização e a área urbana antiga de Sines;
- Criar sinergias, requalificar e dinamizar a Av. General Humberto Delgado, estabelecendo-a como principal eixo da cidade;
- Articular a nova urbanização com a sua envolvente e com os sectores da Estratégia Global localizados na sua periferia;
- Integrar o Grande Parque Alameda da Paz no conjunto da nova urbanização e da Av. General Humberto Delgado.
- Requalificar a entrada da cidade;

No sentido da concretização do primeiro objectivo específico, é proposto o redesenho da Av. General Humberto Delgado, que passa a formar um grande eixo linear. Associado ao novo eixo, a proposta para este sector prevê a implantação de novos edifícios com quatro pisos, cuja função é, simultaneamente, rematar e articular a malha urbana da nova urbanização e da área urbana antiga de Sines e conferir escala à Avenida. Os edifícios destinam-se ao comércio no primeiro piso e à habitação colectiva nos restantes.

A requalificação da Av. General Humberto Delgado e a sua dinamização são garantidas pelo mesmo elemento que denomina o presente sector, a Avenida Produtiva. A proposta introduzida por esta resulta do redesenho do Grande Parque Alameda da Paz e da introdução de novos programas. Isto é, a Avenida Produtiva caracteriza-se por ser um longo espaço verde, que se desenvolve paralelamente à Av. General Humberto Delgado, no qual surgem, pontual e articuladamente, edifícios de pequena escala interligados por um percurso pedonal principal que, por sua vez, está associado a espaços abertos. O uso destes edifícios destina-se a oficinas para a comunidade relacionadas com a prática ou produção artística como, por exemplo, a metalúrgica, a carpintaria, a escultura, a pintura, a dança e outras artes performativas. A organização deste projecto é incumbida à Câmara Municipal de Sines e a sua implementação e

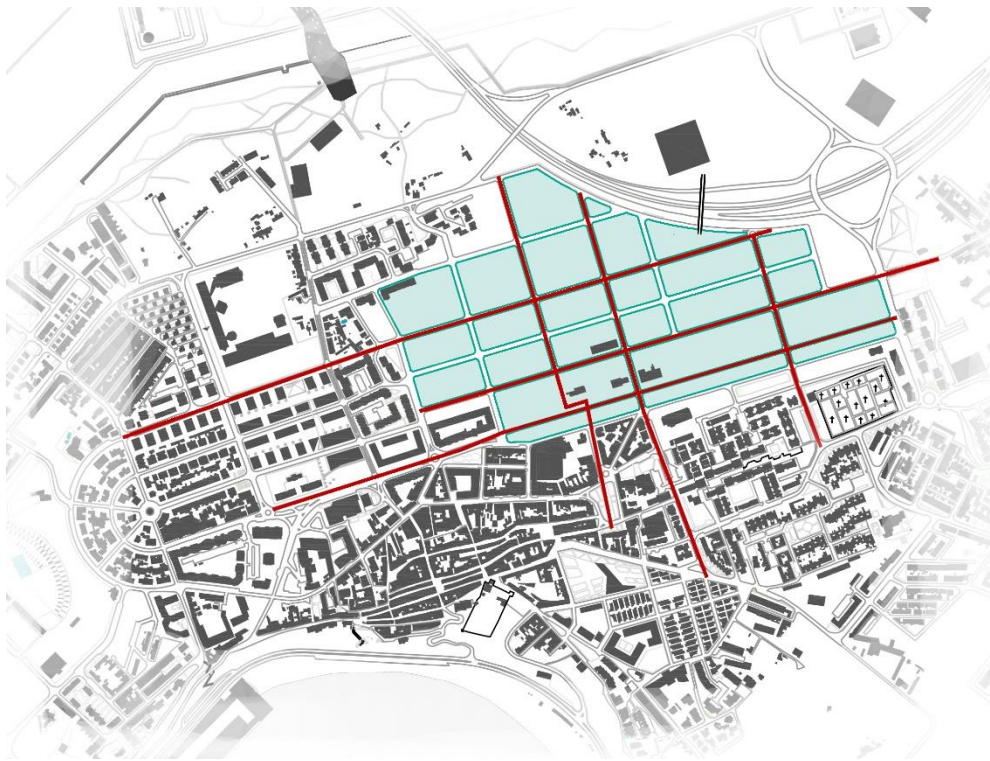


Figura 6: Diagrama eixos estruturantes (consultar Folha V).

dinamização deverá partir da população sineense, de comerciantes, de visitantes ou das associações e colectividades que existem na área urbana antiga da cidade. No limite este da Avenida Produtiva surge, por fim, um edifício de maior escala, com sete pisos, que se destina a serviços, públicos ou privados, de relevo para a cidade. A sua dimensão visa a criação de um ponto de referência na cidade que, em associação com uma praça, marque a entrada em Sines. A Avenida Produtiva é, portanto, um espaço de intercâmbio por excelência, de todos e para todos.

Relativamente ao terceiro objectivo específico, importa referir que a proposta da nova urbanização é validada quer pelos planos da Câmara Municipal de Sines (PDM e PPZENCs), quer pelo aumento da população sineense, que entre 2011 e 2015 passou de 14.238 para 18.298 habitantes. Porém, o desenho da nova urbanização conforme é proposto pelo PPZENCs não facilita a articulação desta área com toda a sua envolvente e ainda menos com as propostas da Estratégia Global. Assim, a proposta deste sector de intervenção procedeu ao seu redesenho. A nova urbanização passa a ser organizada segundo uma malha urbana ortogonal, cujos eixos geradores partem desde a área urbana antiga de Sines, abraçando o Bairro Primeiro de Maio de forma a também garantir a sua integração na cidade (*Folha V, Diagrama Eixos Estruturantes*). Isto é, o redesenho desta área procura, também, garantir continuidades e a permeabilização da malha urbana. A partir dos novos eixos, é desenhada a malha ortogonal e os seus quarteirões, cujas dimensões se enquadram nas da envolvente, quer pela volumetria do edificado, quer pelo desenho de cada quarteirão, tendo estes sido concebidos individualmente, ainda que considerando sempre a globalidade da proposta. Assim, cada quarteirão inclui, no seu interior, um espaço verde próprio e uma zona de recreio infantil, segundo uma lógica público-privada inspirada no plano de Cerdà. A interligar o interior dos quarteirões existem vários eixos pedonais verdes, que visam a promoção do bem-estar público e da fluidez confortável dos utentes desta nova área urbana. Importa também referir a densa cinta de árvores prevista pela proposta para o norte da urbanização, de forma a criar uma barreira visual e acústica entre Sines e o viaduto da A26-1.

A concretização dos últimos dois objectivos específicos a que se propõe a intervenção deste sector, é garantida pelo conjunto das propostas acima apresentadas.

Isto é, a integração do Grande Parque Alameda da Paz na nova urbanização e na Av. General Humberto Delgado resulta do seu redesenho, de forma a que se articule com a nova urbanização e com a Avenida, e dos novos usos propostos para este espaço, que também motivam a sua renomeação, passando (este elemento) a denominar-se Avenida Produtiva.

A requalificação da entrada da cidade é conseguida de quatro formas distintas. Primeiro, pelo redesenho da Av. General Humberto Delgado, que assume agora uma escala apropriada ao momento de chegada a Sines. Seguidamente, pelo impacto paisagístico causado pelo espaço verde da Avenida Produtiva. Depois, porque à chegada da cidade se tem a percepção da nova urbanização, ao invés dos terrenos baldios e das habitações unifamiliares em ruína ou em mau estado de conservação. Por fim, pelo edifício de maior escala situado no limite este da Avenida Produtiva, que pela sua dimensão marca a entrada da cidade.

A Avenida Produtiva contribui, por fim, para a concretização dos seguintes seis eixos de intervenção estratégicos da Estratégia Global:

- Articulação de estruturas urbanas desconexas: pelo redesenho da nova urbanização, que passa a articular-se com a sua envolvente e pelo redesenho e requalificação da Av. General Humberto Delgado, processo do qual resulta a articulação entre a área urbana antiga de Sines e a nova urbanização.
- Valorização da paisagem urbana: garantida pelo equilíbrio entre o espaço verde que caracteriza a Avenida Produtiva, os espaços verdes da nova urbanização e o edificado desta. O redesenho do perfil da Av. General Humberto Delgado também concorre para a concretização deste eixo de intervenção estratégico.
- Desenvolver o sector turístico: pela aposta nas actividades culturais desenvolvidas no âmbito da Avenida Produtiva e pelo potencial atractivo que este projecto cultural representa para comunidades artísticas.

- Reconstruir e valorizar a entrada da cidade: através do redesenho da Av. General Humberto Delgado, processo do qual resulta um eixo estruturante com escala apropriada ao momento de entrada na cidade; da implantação de um elemento de referência na entrada na cidade (o edifício no limite este da Avenida Produtiva); do impacto paisagístico dos espaços verdes propostos; e, por fim, pela nova urbanização, implantada numa zona anteriormente constituída por terrenos baldios.
- Reabilitar a rede de interações da área urbana antiga e criar sinergias e dinâmicas que promovam a sua utilização: pela articulação da área urbana antiga com a nova urbanização por intermédio da requalificação da Av. General Humberto Delgado; e pelo programa associado à Avenida Produtiva, pelo seu potencial dinamizador, pela proximidade da área urbana antiga e pela preferência dada a associações ou colectividades desta área urbana para o desenvolvimento de actividades nas oficinas comunitárias.
- Valorização do património urbano: através da articulação da área urbana antiga com a nova urbanização e do reforço da coesão urbana, resultado do conjunto das intervenções, nomeadamente, pela requalificação da Av. General Humberto Delgado enquanto eixo estruturante da cidade.

O conjunto das intervenções propostas neste sector contribuem para a integração da área urbana antiga de Sines na cidade. Primeiro, pela sua articulação com a nova urbanização através do eixo estruturante que é a Av. General Humberto Delgado, depois pela natureza e diversidade dos programas propostos para a Avenida produtiva que, associados à proximidade desta à área urbana antiga, resultam na criação de várias sinergias e dinâmicas que a afectam, reforçando assim a rede de relações urbanas desta.



Figura 7: Quadro SWOT do sector Centro de Mobilidade.

Eixos de intervenção estratégicos concretizados pelo presente sector³⁸:

- Articulação de estruturas urbanas desconexas;
- Melhorar as conexões e a mobilidade interurbana;
- Desenvolver o sector turístico;
- Reabilitar a rede de interações da área urbana antiga e criar sinergias e dinâmicas que promovam a sua utilização;
- Valorização do património urbano;
- Valorização da paisagem urbana;
- Densificar a multifuncionalidade da área urbana antiga da cidade.

³⁸ Para facilitar a leitura de cada um dos sectores de intervenção, o desenvolvimento destes pontos surge no final do capítulo.

O quarteirão da Escola Secundária e da Escola Primária de Sines ganha especial importância para a Estratégia Global por se localizar na intersecção de dois eixos estruturantes da cidade, a Av. General Humberto Delgado e a Rua da Alegria, que une a frente marítima de Sines ao seu limite norte e, assim, ao sector de intervenção Coroa Envolvente: Paisagem Integrada. A intersecção destes eixos marca, ainda, a transição entre a área urbana antiga e a malha urbana mais recente e entre os quarteirões de carácter residencial e os de maior escala, com edifícios de usos diversos. No entanto, apesar do posicionamento estratégico desta área, não há nenhum elemento que materialize o seu potencial e são as suas características negativas que se destacam, sobretudo a desarticulação entre os seus quarteirões e a barreira (visual e física) que constitui o muro da Escola Secundária de Sines (*Folha VI, Diagrama Análise Local*). Além disso, a Rua da Alegria que no passado se caracterizava pela presença de comércio local, perdeu a vasta maioria deste ao longo do processo de desertificação da área urbana antiga da cidade.

A desarticulação da malha urbana sineense tem nesta área um dos seus exemplos mais evidentes. O conjunto residencial a oeste da área de intervenção é organizado por um desenho urbano claro, que se inicia com um semicírculo do qual partem três eixos estruturantes. Porém, logo após o primeiro quarteirão, estes eixos “esbarram” no muro que delimita o perímetro da Escola Secundária de Sines (*Folha VI, Diagrama Análise Local*). A desarticulação traduz-se ainda na diferença de volumetrias dos edifícios dos quarteirões a oeste e a este da área de intervenção, sem que haja um elemento que faça a transição entre uns e outros de forma gradual.

Assim, a proposta de intervenção para este sector tem como objectivo principal qualificar a intersecção dos dois eixos principais de Sines, estabelecendo-a como elemento articulador entre a área urbana antiga e a sua periferia norte. Considerando esta ambição, a localização deste sector entre os dois principais eixos viários da cidade

³⁹ Consultar *Folha VI* da vertente prática da dissertação.

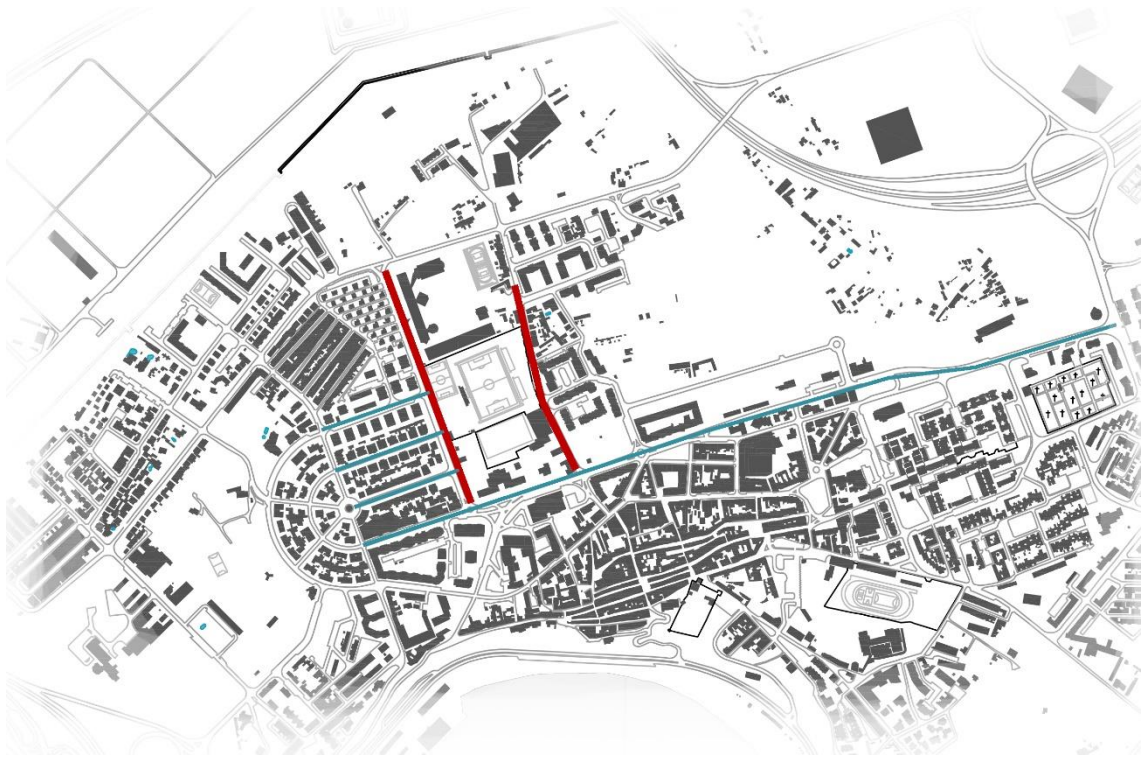


Figura 8: Diagrama análise local (consultar Folha VI).

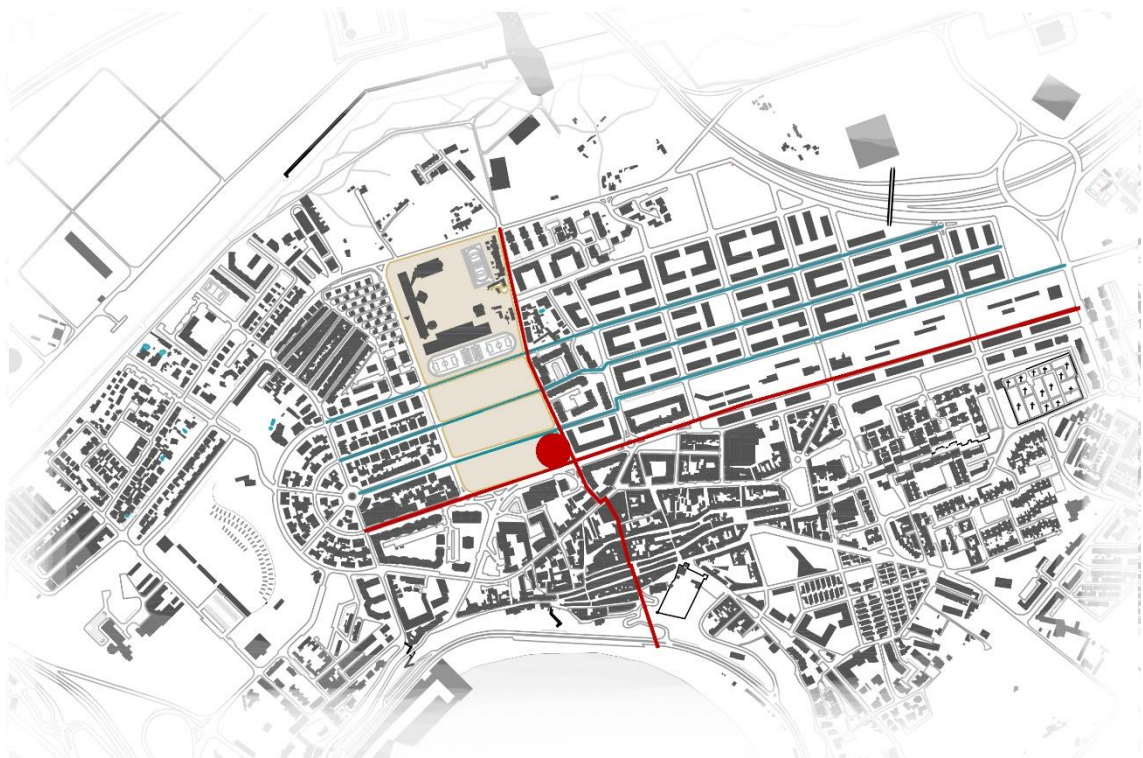


Figura 9: Diagrama eixos estruturantes (consultar Folha VI).

e a vontade expressa pela Câmara Municipal de Sines de se construir um Centro de Mobilidade capaz de servir os movimentos pendulares da população sineense e de melhorar as conexões interurbanas, decidiu-se a sua implantação nesta área (*Folha VI, Diagrama Eixos Estruturantes*). Com vista no objectivo principal, a proposta procura explorar o potencial e os aspectos positivos da área a que corresponde este sector, nomeadamente:

- A posição estratégica entre dois eixos principais para a estrutura urbana de Sines;
- A Rua da Alegria, por significar uma conexão directa entre o limite norte da cidade e a sua frente marítima, atravessando a área urbana antiga de Sines;
- A Escola Secundária de Sines, equipamento fundamental, por se traduzir na forte presença da população mais jovem da cidade;
- O Mercado de Sines, pela sua capacidade de atrair utentes para esta área;
- A proximidade do Centro de Artes, pelo que representa enquanto equipamento cultural com potencial para dinamizar a cidade.

Além dos aspectos positivos desta área urbana, destaca-se ainda o potencial desta zona, que se traduz nos seguintes pontos:

- A proximidade da Avenida Produtiva, dada a sua capacidade de dinamizar esta zona e de criar sinergias que afectem positivamente o sector aqui abordado;
- A morfologia urbana do conjunto de quarteirões a oeste, por definirem três eixos com o potencial de estruturarem uma intervenção;
- A Av. General Humberto Delgado e a Rua da Alegria, por potenciarem a afluência de utentes.

Foram, então, definidos cinco objectivos específicos que visam a concretização do objectivo principal enquanto, simultaneamente, tiram partido do potencial e dos aspectos positivos identificados nesta área. Os objectivos específicos são:

- Estabelecer o cruzamento da Av. General Humberto Delgado e da Rua da Alegria como um ponto de referência para a cidade;
- Articular os quarteirões da sua envolvente imediata;

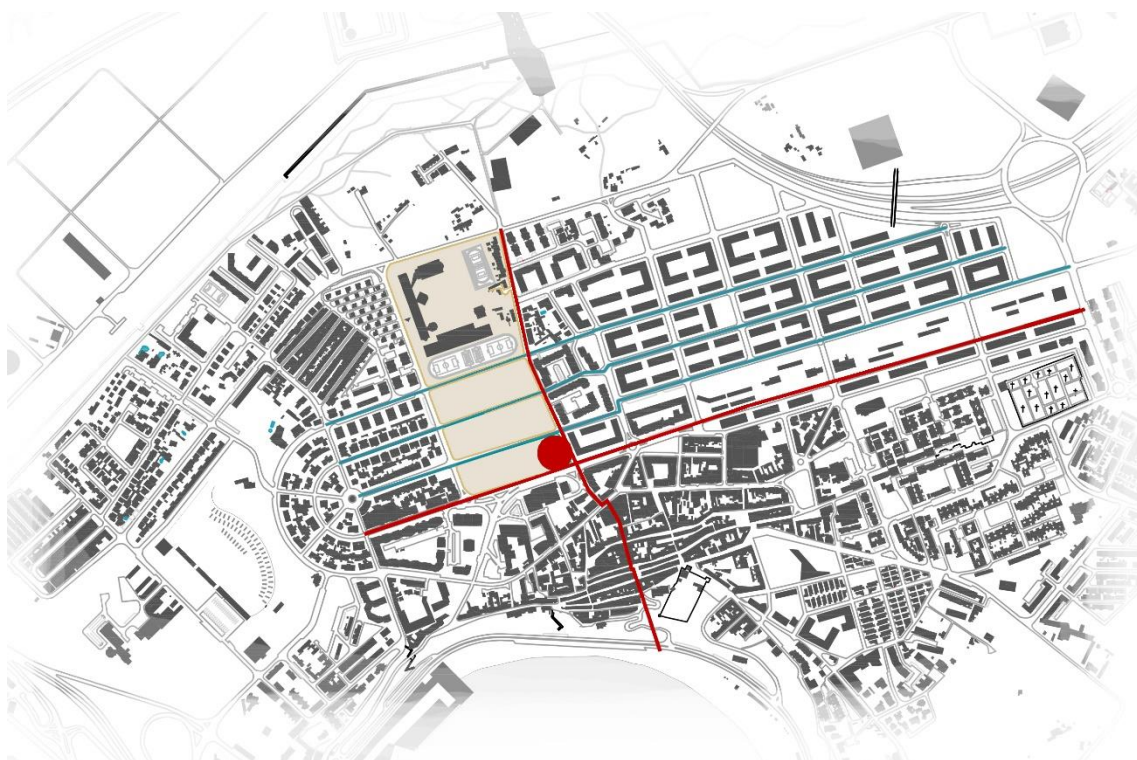


Figura 10: Diagrama eixos estruturantes (consultar Folha VI)

- Requalificar a Rua da Alegria em toda a sua extensão, recuperando o comércio que a caracterizava;
- Articular e reforçar a rede de relações da área urbana antiga de Sines com a área urbana a norte desta;
- Valorizar os equipamentos públicos presentes na área.

Relativamente aos dois primeiros objectivos, importa referir que a sua concretização se processa em simultâneo. Para a articulação dos quarteirões da envolvente, a intervenção propõe o redesenho do espaço relativo à Escola Secundária de Sines. Primeiro, pela passagem dos seus campos desportivos para mais perto desta, evitando, deste modo, que os alunos tenham de sair do terreno da escola para lhes poderem aceder e libertando espaço entre os quarteirões oeste e este. Depois, pela transferência do campo de futebol para a cidade desportiva, desenvolvida no âmbito do sector da Coroa Envolvente: Paisagem Integrada. Por fim, dado que entre a Rua José Martins Ferreira e a Av. General Humberto Delgado existem apenas três habitações, propõe-se a sua demolição, possibilitando-se aos proprietários a aquisição de espaços de habitação equivalentes em qualquer uma das urbanizações propostas pela Estratégia Global.

Deste modo, torna-se possível estender os três eixos formados pelos quarteirões a oeste desta área, conectando-os com os eixos da urbanização proposta no sector da Avenida Produtiva (*Folha VI, Diagrama Eixos Estruturantes*). Assim, o muro perde o seu propósito, pelo que pode ser demolido, deixando assim de existir a barreira física e visual que este constitui. No mesmo sentido, propõe-se a sua substituição por gradeamento ao longo do novo perímetro da Escola Secundária de Sines. É esta a nova malha urbana que passa a organizar o espaço a sul da Escola, criando quarteirões com dimensões semelhantes à zona residencial a oeste. A intervenção proposta prevê a implantação de edifícios habitacionais de três pisos para o interior do quarteirão, com volumetrias que proporcionam uma transição gradual entre as áreas a este e a oeste da área de intervenção.

Dado que esta área é frequentada por bastantes jovens e no sentido de a dinamizar, os quarteirões são concebidos de forma a criarem espaço público no seu

interior, a que se associam três programas de excepção. O primeiro, é um pequeno anfiteatro natural ao ar livre; o segundo, é uma estrutura multifuncional capaz de servir de palco para o anfiteatro natural; o terceiro, e último, é um edifício de menores dimensões que os restantes, só com um piso, associado a um programa de aluguer de bicicletas, que se justifica, também, pela proximidade do Centro de Mobilidade, servindo os visitantes e habitantes de Sines com uma alternativa de transporte.

Do redesenho desta área, motivado pelo objectivo de se articularem os quarteirões da envolvente, resulta o novo espaço imediatamente a noroeste da intersecção da Rua da Alegria e da Av. General Humberto Delgado. No sentido de se estabelecer o cruzamento destes dois eixos estruturantes como um espaço de referência para a cidade, implantou-se nesta área uma praça com escala apropriada à sua envolvente e o Centro de Mobilidade, que fica assim directamente ligado aos dois eixos viários principais da cidade. A localização do Centro de Mobilidade neste ponto justifica-se, também, pela proximidade do sector do Parque Verde, que contempla um programa de alojamento local. Da associação e proximidade destes dois programas, resultam benefícios para os visitantes da cidade.

A requalificação da Rua da Alegria é garantida de quatro modos distintos. Primeiro, através de políticas de incentivo à instalação de comércio local, nomeadamente, pela isenção de taxas municipais ao comércio que se instale na sua parte situada na área urbana antiga de Sines. Depois, pela reabilitação de edifícios destinados ao comércio em pontos estratégicos da área urbana antiga, expectando que desta e da primeira acção resulte um efeito de contágio ao longo de toda a Rua da Alegria. Seguidamente, pela requalificação deste eixo, através do redesenho dos seus passeios e vias na sua parte norte, tornando-os propícios ao uso pedonal. Por fim, pela dinamização da zona norte, consequência da intervenção proposta por este sector, e pela sinergia resultante da sua ligação ao sector Coroa Envolvente: Paisagem Integrada, capaz de gerar uma maior afluência ao longo de toda a Rua da Alegria. A concorrer para este objectivo, há ainda os edifícios habitacionais propostos para os dois quarteirões a sul da Escola Secundária de Sines, que nos pisos térreos que contactem directamente com a Rua da Alegria contemplam espaços

destinados ao comércio. Deste modo, contribuem para a definição e reafirmação desta via enquanto eixo associado ao comércio local.

A articulação da área urbana antiga com a área urbana a norte desta e o reforço da sua rede de relações é concretizada, em primeiro lugar, pela requalificação da Rua da Alegria enquanto eixo estruturante da cidade e de forte componente comercial. Em segundo, pela implantação do Centro de Mobilidade e da sua praça que, em associação com a Escola Secundária, com o Mercado e com o Centro de Artes de Sines, dinamizam a fronteira entre a área urbana antiga e a área mais recente a norte desta, segundo uma organização que cria um fio condutor entre ambas as áreas. Deste último conjunto de acções resulta, também, a valorização dos equipamentos públicos presentes na área de intervenção do presente sector e, assim, a concretização do último objectivo específico.

O sector do Centro de Mobilidade, pelo conjunto de forças motrizes em que se inscreve, contribui assim para a concretização de sete eixos de intervenção estratégicos da Estratégia Global:

- Articulação de estruturas urbanas desconexas: concretizada pela articulação entre os quarteirões a este e oeste da área de intervenção e pela demolição do muro da Escola Secundária de Sines, pelo que este constituía enquanto barreira física.
- Melhorar as conexões e a mobilidade interurbana: através da implantação do Centro de Mobilidade e do seu programa, conforme a vontade expressa pela Câmara Municipal de Sines.
- Desenvolver o sector turístico: como consequência natural da melhoria das conexões e da mobilidade interurbana, concretizadas pelo programa do Centro de Mobilidade.

- Reabilitar a rede de interacções da área urbana antiga e criar sinergias e dinâmicas que promovam a sua utilização: primeiro, por meio da requalificação da Rua da Alegria enquanto eixo estruturante da cidade e pelo incentivo ao regresso do comércio ao longo de toda esta rua; depois, pelo posicionamento estratégico do espaço de referência resultante da associação da praça do Centro de Mobilidade à intersecção dos dois eixos principais da cidade; e, por fim, pela criação de um fio condutor que une vários equipamentos públicos dinamizadores que se encontram na fronteira entre a área urbana antiga de Sines e a área urbana mais recente a norte desta.
- Valorização do património urbano: através da valorização dos edifícios públicos existentes na área considerada pelo sector de intervenção, da reabilitação de edifícios destinados ao comércio na secção da Rua da Alegria que se localiza na área urbana antiga e, por fim, através da recuperação da imagem colectiva relativa à Rua da Alegria enquanto eixo caracterizado pelo comércio local.
- Valorização da paisagem urbana: garantida pela requalificação do perfil norte da Avenida General Humberto Delgado, através dos novos edifícios habitacionais que proporcionam a transição gradual entre as escalas do edificado das áreas a este e a oeste da área de intervenção e pela demolição dos muros da Escola Secundária de Sines.
- Densificar a multifuncionalidade da área urbana antiga da cidade: por via da recuperação do comércio local para a secção da Rua da Alegria que se situa nesta área de Sines e pela criação dum percurso ao longo de vários equipamentos públicos que incluem o Centro de Artes, criando assim dinâmicas que potenciam este equipamento cultural da área urbana antiga.

A articulação da área urbana antiga de Sines com a área urbana a norte desta, consoante o exposto neste capítulo, a densificação da sua multifuncionalidade, a requalificação de um dos seus eixos estruturantes e a sua re-associação ao comércio

local resultam na criação de dinâmicas que valorizam a área urbana antiga da cidade, propiciam o seu uso e, conseqüentemente, a sua reabilitação e integração na restante cidade.



Figura 11: Quadro SWOT do sector Parque Turístico-Cultural.

Eixos de intervenção estratégicos concretizados pelo presente sector⁴⁰:

- Valorizar a paisagem urbana;
- Melhorar as conexões e a mobilidade interurbana;
- Desenvolver o sector turístico;
- Reabilitar a rede de interações da área urbana antiga e criar sinergias e dinâmicas que promovam a sua utilização;
- Valorizar o património urbano.

⁴⁰ Para facilitar a leitura de cada um dos sectores de intervenção, o desenvolvimento destes pontos surge no final do capítulo.

Parque Turístico-Cultural⁴¹

O sector Parque Turístico-Cultural tem como área de intervenção o antigo Parque de Campismo de Sines, actualmente desactivado, e a sua envolvente. A área de inserção do antigo parque caracteriza-se pelo contacto com áreas residenciais a norte, este e sudeste e com uma área pouco urbanizada associada a indústrias ligeiras a oeste. Actualmente, dado que o parque de campismo constituía um dos poucos pontos de interesse desta zona e que se encontra desactivado, a área a sudoeste deste caracteriza-se por servir apenas como passagem. O terreno do parque está, portanto, abandonado, bem como os equipamentos que, no passado, o serviam. Relativamente à área de intervenção deste sector, importa ainda referir que está ligada a uma das infraestruturas viárias mais importantes da cidade, a Av. Costa do Norte que, por sua vez, serve de acesso à via-rápida A26-1. Isto é, a área do antigo Parque de Campismo tem infraestruturas que servem uma entrada alternativa em Sines, a poente.

Assim, o objectivo principal da proposta de intervenção para este sector é reabilitar e requalificar o Parque de Campismo, estabelecendo-o como elemento articulador entre a área urbana antiga de Sines e a restante cidade. A proposta para esta área visa, ainda, tirar proveito dos seguintes aspectos positivos:

- A proximidade entre o sector aqui apresentado e o sector relativo ao Centro de Mobilidade;
- A proximidade entre o Parque Turístico-Cultural e a área urbana antiga de Sines e a articulação directa entre estas, por via da Rua Júdice Fialho;
- A vasta área de intervenção praticamente sem construções, à excepção dos edifícios do antigo Parque de Campismo, pela liberdade que proporciona no momento de projectar.

A par dos factores positivos identificados na área de intervenção, identificaram-se ainda os seguintes aspectos cujo potencial a proposta visa explorar:

⁴¹ Consultar *Folha VII* da vertente prática da dissertação.



Figura 12: Diagrama hierarquia da rede viária (consultar Folha VII).

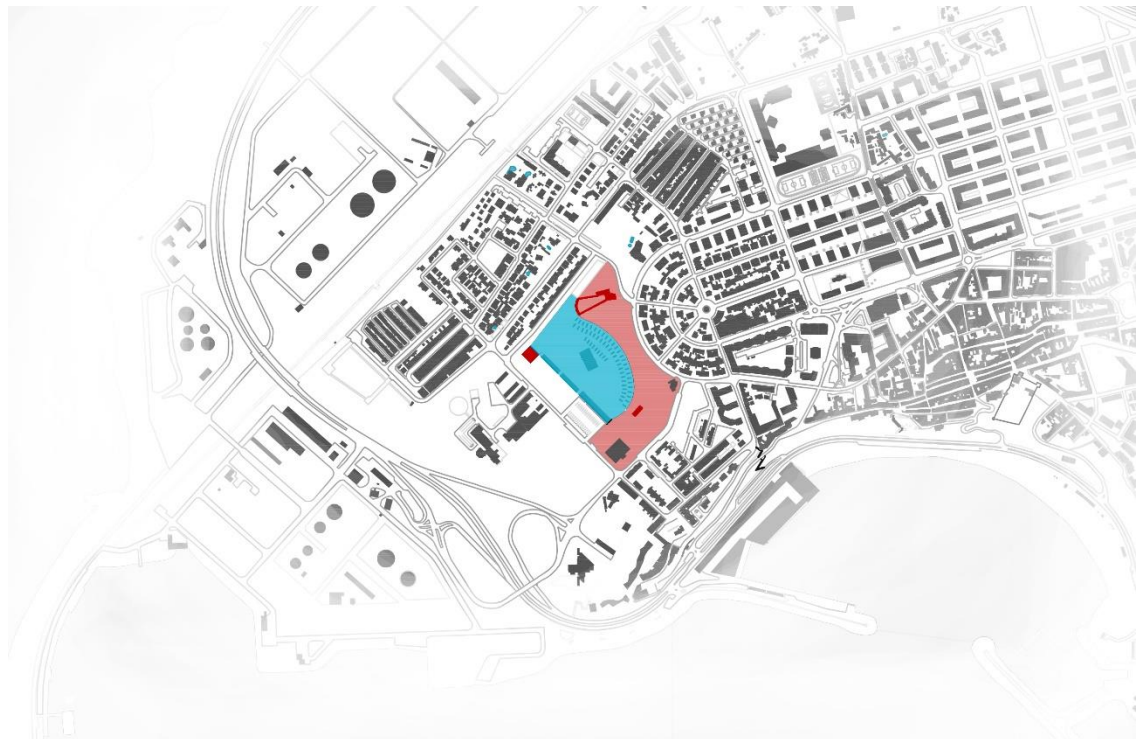


Figura 13: Diagrama áreas públicas (consultar Folha VII).

- A existência de infraestruturas e edifícios que, uma vez reabilitados, podem servir os programas a instalar na área de intervenção;
- A ligação ao segundo eixo principal de chegada a Sines, a Av. Da Costa Norte, que possibilita a afirmação desta área enquanto entrada alternativa da cidade.

Para a concretização do objectivo principal, definiram-se os seguintes três objectivos específicos:

- Reabilitar e requalificar o antigo Parque de Campismo, conferindo-lhe identidade formal e estabelecendo-o como um local de permanência;
- Criar sinergias e dinamizar o antigo Parque de Campismo através de programas que reforcem a sua articulação com a cidade;
- Desenvolver o segundo eixo principal de acesso a Sines, estabelecendo esta área como uma entrada na cidade.

O desenvolvimento do segundo eixo principal de acesso a Sines é conseguido por meio de uma nova ligação que permite a passagem directa do tráfego entre a Rua Júdice Fialho e a Av. General Humberto Delgado. Deste modo, a chegada à cidade através da Av. Costa do Norte deixa de depender da passagem por áreas residenciais e por eixos viários de hierarquia menor. Assim, a nova ligação, a vertente de alojamento local do Parque Turístico-Cultural e o Centro de Mobilidade estabelecem esta conexão como uma entrada alternativa para a chegada à cidade (*Folha VII, Diagrama Hierarquia da Rede Viária*). A nova ligação é especialmente pertinente no contexto dos transportes turísticos e interurbanos, dada a proximidade do parque de campismo e uma vez que os utentes destes serviços são potenciais interessados no seu uso como solução para alojamento local.

A reabilitação e requalificação do parque de campismo assenta na conciliação de duas zonas distintas. A primeira, serve o programa de campismo. A segunda, destina-se ao Parque da Cidade, ao qual se associam programas de índole cultural (*Folha VII, Diagrama Áreas Públicas*). Assim, o primeiro gesto desta intervenção traduz-se pela criação de duas zonas distintas, com características próprias, cuja divisão deve ser garantida por um elemento arquitectónico de carácter escultórico que permita



Figura 14: Diagrama processo conceptual (consultar Folha VII).

que as duas zonas se relacionem e que garanta um impacto paisagístico reduzido. Isto é, o que se pretende é marcar a distinção entre as duas zonas e não a implantação de uma barreira física que impeça a transição entre uma e outra (*Folha VII, Diagrama Processo Conceptual*). Os novos programas que se associaram ao Parque de Campismo são o teatro ao ar livre, um espaço destinado a realização de workshops e exposições e, por fim, um parque de merendas (*Folha VII, Planta*). Relativamente ao espaço destinado à realização de workshops e exposições, importa dizer que a dinamização deste espaço fica incumbida à população sineense e as associações e colectividades da cidade, podendo a gestão do espaço ser da responsabilidade do Parque de Campismo. O programa promovido neste espaço tem, ainda, o potencial de poder funcionar em articulação com os programas desenvolvidos ao longo do sector da Avenida Produtiva. Exemplo disso são os espaços destinados a exposições e workshops, que podem receber projectos desenvolvidos nas oficinas da Avenida Produtiva e vice-versa.

No sentido de se tirar partido dos edifícios pré-existentes, propõe-se que a entrada no parque de campismo se mantenha no mesmo edifício do antigo parque, depois deste ser reabilitado, e a associação de um parque de estacionamento. Para a delimitação da área de campismo e para suprir uma necessidade programática, torna-se necessário um novo edifício a par da entrada principal, que funcione com programas de apoio (balneário e zona de cozinha). O programa do parque de campismo termina com os bungalows, que se distribuem ao longo da barreira divisória, e com a nova piscina, cuja forma deriva da apropriação do parque de skate que se encontrava negligenciado. Ainda na zona do parque de campismo, é proposta a reabilitação o edifício a norte dos balneários, destinando-se o seu uso ao programa das exposições e workshops. A zona do parque é dinamizada pelo teatro ao ar livre a norte e pelo parque de merendas a sul, ao qual se associou um edifício reabilitado, destinado a servir como cozinha de apoio.

Como consequência da sua reabilitação e do novo conceito turístico-cultural que proporciona a sua dinamização, o Parque Turístico-Cultural tem a capacidade de se assumir como um local com identidade formal e de permanência, não só para os visitantes de Sines que procurem nele a solução para o alojamento local mas também para os sineenses. Não é demais referir que a vertente turística da cidade tem crescido



Figura 15: Diagrama articulação urbana (consultar Folha VII).

significativamente ao longo dos anos, sobretudo através dos seus eventos culturais, dos quais se destaca o Festival Músicas do Mundo que atrai milhares de visitantes há mais de uma década durante os seus nove dias de duração. Isto é, o programa relativo ao alojamento local era, por si só, motivo suficiente para a reabilitação do Parque.

A articulação do Parque Turístico-Cultural com a cidade através dos seus programas funcionais é conseguida de três modos distintos. Primeiro, pelos seus novos programas culturais, capazes de criar sinergias e atrair a população sineense, reforçando e criando redes de relações socioculturais. Depois, pela zona do Parque Verde que, ao invés de ser uma área encerrada, surge agora como um grande espaço verde público, aberto à cidade e directamente relacionado com a sua envolvente (*Folha VII, Diagrama Articulação Urbana*). Por fim, pela proximidade e pela relação de programas que estabelece com o Centro de Mobilidade, constituindo uma alternativa viável de alojamento local para os visitantes de Sines.

A proposta estratégica relativa ao sector do Parque Turístico-Cultural garante a concretização de cinco eixos de intervenção estratégicos da Estratégia Global:

- Valorizar a paisagem urbana: pela reabilitação do antigo Parque de Campismo de Sines e pela criação de um Parque Verde nesta área, cuja dimensão é significativa.
- Melhorar as conexões e a mobilidade interurbana: através do desenvolvimento do segundo eixo principal de acesso à cidade, munindo Sines de uma porta de entrada alternativa para o tráfego viário.
- Desenvolver o sector turístico: por via da reabilitação e reactivação Parque de Campismo, pelo que este representa enquanto alternativa viável para o alojamento local.

- Reabilitar a rede de interacções da área urbana antiga e criar sinergias e dinâmicas que promovam a sua utilização: do conjunto dos programas culturais e recreativos previstos pela proposta do presente sector, associados ao Parque Verde, resulta a dinamização de toda a área urbana envolvente. Assim, dada a proximidade entre o sector e a área urbana antiga de Sines e uma vez que estes se articulam directamente, através da Rua Júdice Fialho, é conseguido o reforço da sua rede de interacções urbanas. O programa do alojamento local aliado à proximidade entre as duas áreas resulta, também, numa maior afluência de visitantes que se deverá propagar até à área urbana antiga sineense.
- Valorizar o património urbano: como consequência da reabilitação do Parque de Campismo, cujo terreno representa uma porção significativa da área urbana de Sines e pela reabilitação dos edifícios que o serviam.

A proximidade entre este sector de intervenção e a área urbana antiga da cidade, aliada aos programas culturais e recreativos e à articulação directa entre ambas, por via da Rua Júdice Fialho, resulta na criação de sinergias de que ambas as áreas beneficiam, no reforço da coesão urbana e na valorização da rede de relações da área urbana antiga sineense. Ao conjunto das forças-motrizes introduzidas pelo sector do Parque Turístico-Cultural acresce, ainda, a maior afluência que deverá resultar do programa de alojamento local. Assim, propiciam-se mais e novos usos da área urbana antiga de Sines, associados aos visitantes da cidade.

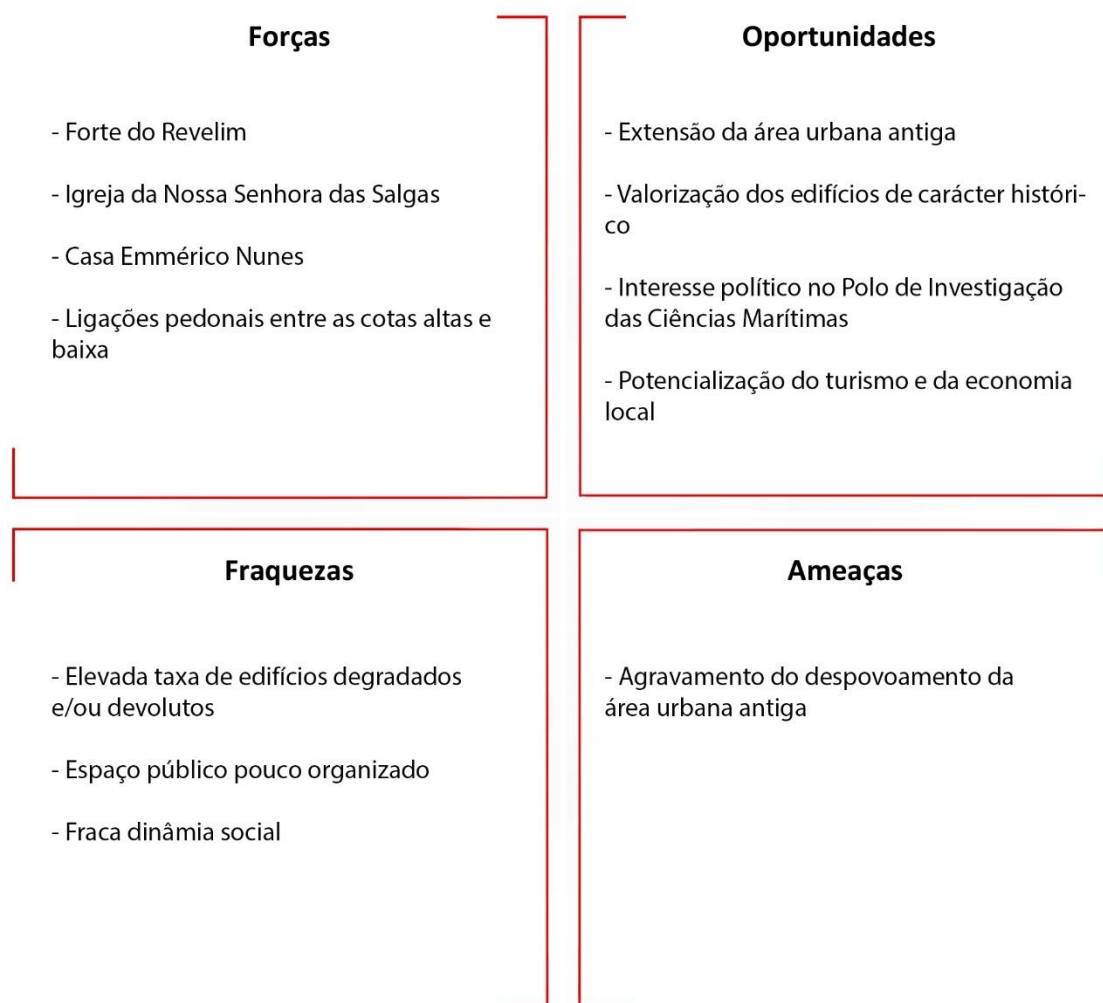


Figura 16: Quadro SWOT do sector Polo de Investigação das Ciências Marítimas.

Eixos de intervenção estratégicos concretizados pelo presente sector⁴²:

- Valorizar o património urbano;
- Valorizar a paisagem urbana;
- Explorar a vocação marítima sineense;
- Desenvolver o sector turístico;
- Densificar a multifuncionalidade da área urbana antiga da cidade;
- Reabilitar a rede de interacções da área urbana antiga e criar sinergias e dinâmicas que promovam a sua utilização.

⁴² Para facilitar a leitura de cada um dos sectores de intervenção, o desenvolvimento destes pontos surge no final do capítulo.

Polo de Investigação das Ciências Marítimas⁴³

A área de intervenção considerada pelo sector Polo de Investigação das Ciências Marítimas caracteriza-se, por um lado, pelo seu despovoamento e degradação, pela descaracterização dos seus espaços verdes e públicos. Por outro, pela sua forte conotação histórica, associada à vocação marítima sineense. Atestam-no os seus edifícios de interesse histórico e arquitectónico, dos quais se destacam a Capela da Nossa Senhora das Salas e o seu largo, os Armazéns da Ribeira, e, por fim, o Forte do Revelim. A estes, acrescem ainda os Armazéns da Ribeira e a Rampa da Calheta que, em associação com a Capela da Nossa Senhora das Salas, padroeira dos pescadores e da cidade, recordam o carácter piscatório de Sines. A zona do Revelim é, portanto, valiosa para a cultura da cidade e para a memória colectiva sineense. Além dos edifícios relacionados com a vocação marítima da cidade, esta área de intervenção inclui ainda a Casa Emmerico Nunes, figura de vulto do movimento Modernista Português (*Folha VIII, Edifícios com Valor Histórico*). Porém, apesar do seu valor histórico e arquitectónico, os edifícios acima referidos encontram-se ou abandonados ou fechados ao público.

Assim, o objectivo principal da proposta de intervenção para este sector é a requalificação da área do Revelim, apoiada no seu valor para a cultura local e propondo-a como a extensão natural da área urbana antiga de Sines. A proposta visa ainda tirar partido dos seguintes pontos positivos identificados na zona:

- A proximidade da frente marítima;
- As ligações pedonais entre as cotas alta e baixa da cidade;
- O conjunto dos edifícios associados à cultura piscatória sineense;
- O valor arquitectónico e histórico do Forte do Revelim, da Capela da Nossa Senhora das Salas e da Casa Emmerico Nunes.

Relativamente ao potencial da zona do Revelim, identificaram-se os seguintes aspectos a explorar:

⁴³ Consultar *Folha VIII* da vertente prática da dissertação.



Edifícios com Valor Histórico

- | | | | | | |
|---|------------------|---|---------------------|---|---------------------|
| 1 | Forte do Revelim | 2 | Armazéns da Ribeira | 3 | Casa Emmérico Nunes |
| 4 | Armazém | 5 | Igreja das Salgas | | |

Figura 17: Planta identificativa dos edifícios com valor histórico (consultar Folha VIII).



Figura 18: Diagrama edificado antigo (consultar Folha VIII)

- Proximidade do sector Parque Turístico-Cultural;
- O valor desta área para a cultura local e para a memória colectiva sineense.

No sentido da concretização do objectivo principal a que se propõe o presente sector de intervenção e de forma a tirar partido dos seus aspectos positivos e do seu potencial, em simultâneo com o controlo dos seus problemas, estabeleceram-se os seguintes quatro objectivos específicos:

- Reabilitar os edifícios de interesse e demolir os que se encontrem em elevado estado de degradação;
- Dinamizar a área através de equipamentos e serviços públicos capazes de atrair utentes;
- Explorar o carácter histórico e cultural desta área, estabelecendo-a como o prolongamento natural da área urbana antiga da cidade (*Folha VIII, Diagrama Edificado Antigo*);
- Requalificar os espaços públicos.

Considerando o carácter histórico e cultural desta área e a sua forte associação à vocação marítima sineense, a proposta de intervenção tem, como primeiro e principal gesto, a implantação do Polo de Investigação das Ciências Marítimas nesta área. Aliás, esta é uma opção já estudada pela Câmara Municipal de Sines, que ponderava a implantação de um Observatório do Mar nesta área. A implantação do Polo de Investigação é, portanto, um projecto que se impunha, por dar continuidade à história local, renovando-a e materializando-a num equipamento de uso público e que é, também, simbólico.

O Polo de Investigação multiplica-se por vários edifícios e programas distintos, que funcionam em conjunto, formando um todo. São eles:

- O Núcleo Museológico e Observatório do Mar: a instalar num edifício de maior escala. O seu desenho deve estabelecer uma relação com o Forte do Revelim, a articulação com as pré-existências e a inserção subtil na topografia.

- O Centro de Estudos Marítimos: a construir nos Armazéns da Ribeira sem que, no entanto, estes sejam destruídos. Aliás, devem antes ser integrados no projecto, ficando o seu uso associado ao Centro de Estudos Marítimos.
- Centro Académico de Ciências Marítimas: a instalar na Casa Emmerico Nunes, após a sua reabilitação, e ficando a sua dinamização incumbida à Câmara Municipal de Sines em parceria com entidades educativas que queiram desenvolver actividades pedagógicas ou de investigação como, por exemplo, o Laboratório de Ciências do Mar da Universidade de Évora.
- Residências: a construir a oeste da Casa Emmerico Nunes, num edifício destinado ao alojamento da comunidade científica que se instale temporariamente em Sines no âmbito das actividades desenvolvidas pelo Polo de Investigação. O programa das residências estudantis será ainda instalado em habitações a reabilitar em pontos estratégicos da área urbana antiga de Sines.

Assim, o conjunto da intervenção do Polo de Investigação garante a concretização dos dois primeiros objectivos específicos. Primeiro, pela reabilitação da Casa Emmerico Nunes e dos Armazéns da Ribeira, que passam a conter novos programas que resultam no seu uso contemporâneo. A proposta para este sector prevê, ainda, a reabilitação do armazém que faz frente ao largo da Capela da Nossa Senhora das Salas, conferindo-lhe um programa relativo à restauração. A reabilitação deste edifício é motivada quer pelo seu interesse arquitectónico, quer pela sua função urbana, uma vez que delimita o espaço do largo da Capela e que lhe confere escala. A dinamização da área do Revelim é alcançada, em primeiro lugar, por via dos programas culturais públicos do Polo de Investigação, pelo seu potencial de gerar interesse e de atrair utentes. Seguidamente, pela comunidade científica que lhe está associada e pela sua Residência, que garante que o aumento de utentes nesta zona não é apenas de carácter provisório, nem está limitado aos horários dos programas públicos.

A concretização do terceiro objectivo específico, decorre dos dois primeiros e do Polo de Investigação. Isto é, a exploração do carácter histórico e cultural da área dá-se de dois modos distintos. Primeiro, pela reabilitação do edificado de interesse, dos quais se destacam os Armazéns da Ribeira e o Armazém do Largo da Capela, por estarem ligados ao carácter piscatório sineense. Depois, pela implantação de um programa novo

que, no entanto, está directamente relacionado com a vocação marítima de Sines e, assim, com a história do local em que se insere.

A requalificação dos espaços públicos resulta do conjunto dos novos edifícios propostos e das relações por estes estabelecidos com os edifícios pré-existentes. Destas relações, resulta uma alteração significativa da escala e do desenho do espaço público do Revelim. Como consequência, também os percursos pedonais desta área foram redesenhados, de forma a que se ajustem à nova realidade local. Por fim, a proposta prevê ainda a nova habitação colectiva que remata a Rua do Porto Industrial 13 e que, deste modo, configura formalmente a área do Revelim.

As intervenções propostas para o presente sector contribuem, em última análise, para a concretização de seis eixos de intervenção estratégicos da Estratégia Global. A referir:

- Valorizar o património urbano: por meio da reabilitação do património edificado com interesse histórico, pela requalificação e reabilitação de espaços e edifícios de referência para a memória colectiva sineense e pela valorização da cultura piscatória da cidade.
- Valorizar a paisagem urbana: através da reabilitação e requalificação da área do Revelim e do seu edificado, dado que o conjunto se encontrava degradado e abandonado.
- Explorar a vocação marítima sineense: pelo programa e comunidade do Polo de Investigação de Ciências Marítimas, que alia a investigação científica a esta vocação que caracteriza Sines.
- Desenvolver o sector turístico: através do desenvolvimento de programas públicos de interesse cultural como o Núcleo Museológico e pela valorização da história local. Para este efeito, é relevante a proximidade do sector Parque Turístico-Cultural.

- Densificar a multifuncionalidade da área urbana antiga da cidade: por meio da implantação de programas científicos e académicos na zona do Revelim, uma vez que esta é parte integrante da área urbana antiga da cidade.
- Reabilitar a rede de interacções da área urbana antiga e criar sinergias e dinâmicas que promovam a sua utilização: o conjunto dos programas do Polo de Investigação de Ciências do Mar resultam em novas dinâmicas e sinergias que, além de afectarem directamente a área do Revelim, se deverão propagar até à área urbana antiga mais a este, nomeadamente, através da introdução da nova comunidade científica.

A implantação do conjunto de programas do Pólo de Investigação de Ciências Marítimas é, por si só, capaz de gerar dinâmicas e atrair utentes para a área do Revelim e, assim, para a área urbana antiga oeste da cidade. A este factor, acrescem outros dois. Primeiro, a proximidade do Parque Turístico-Cultural que articula este sector com o Centro de Mobilidade. Em segundo, a nova comunidade científica, que constitui a possibilidade de novos usos e dinâmicas para toda a cidade e, em especial, para a área urbana antiga, dada a sua proximidade. No mesmo sentido, também a instalação de parte da comunidade estudantil em habitações a reabilitar na área urbana antiga da cidade propiciam o reforço da rede de relações urbanas, com especial foco nesta área e na zona do Revelim.

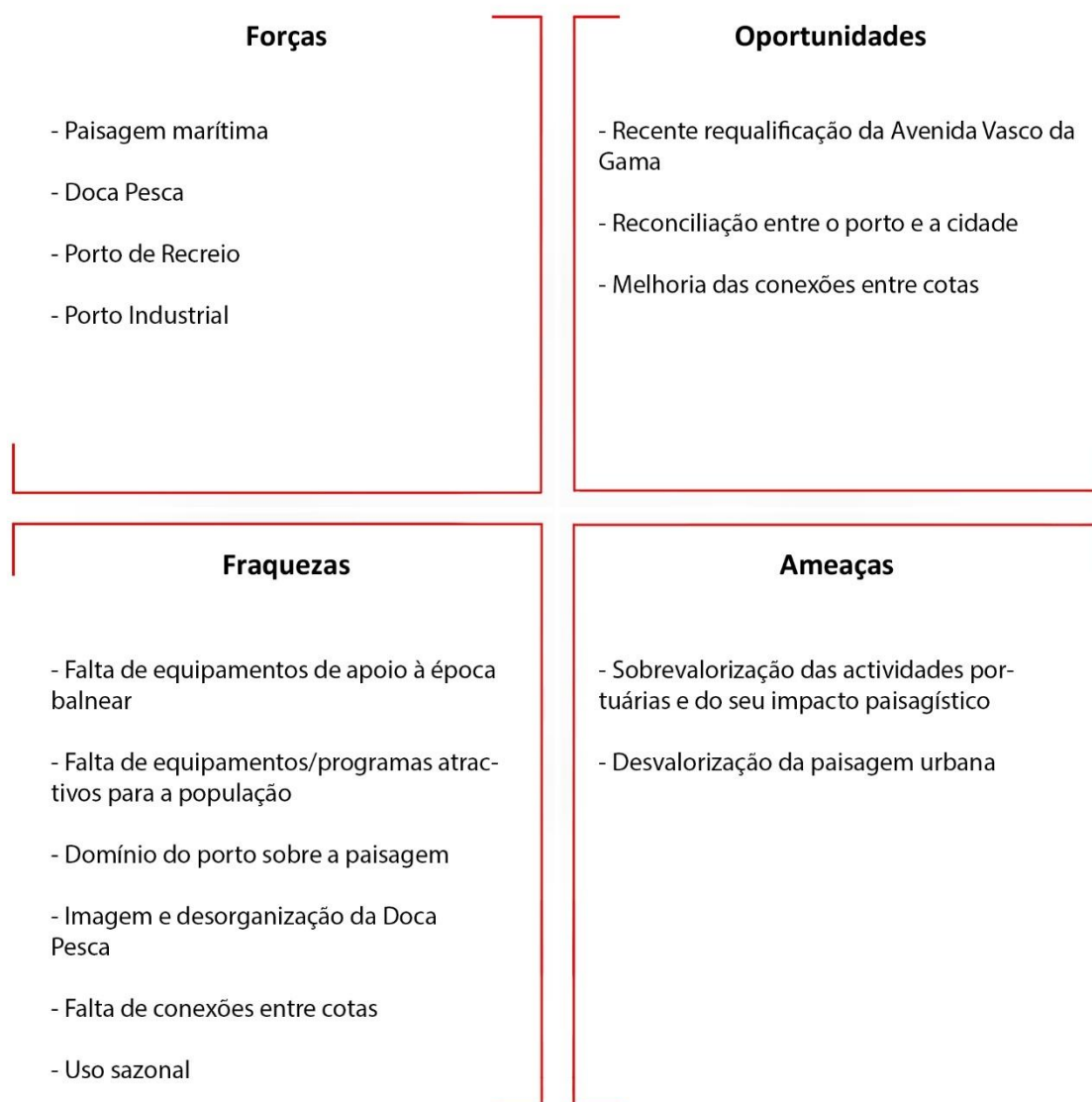


Figura 19: Quadro SWOT do sector Frente Marítima.

Eixos de intervenção estratégicos concretizados pelo presente sector⁴⁴:

- Articular as estruturas urbanas desconexas;
- Explorar a vocação marítima sineense;
- Desenvolver o sector turístico;
- Reabilitar a rede de interações da área urbana antiga e criar sinergias e dinâmicas que promovam a sua utilização.

⁴⁴ Para facilitar a leitura de cada um dos sectores de intervenção, o desenvolvimento destes pontos surge no final do capítulo.

A frente marítima da cidade tem no porto de Sines, na doca de pesca e no porto de recreio os seus elementos principais. À excepção da época balnear, o uso desta área é quase exclusivamente feito pelos trabalhadores dos primeiros dois equipamentos. Para este facto, concorrem quer a diferença de cotas significativa entre a marginal e o patamar superior da cidade, quer as parcas ligações entre ambas. Com o objectivo de colmatar esta falha, a Câmara Municipal de Sines construiu, recentemente, um elevador que liga as duas cotas (a partir da Av. Vasco da Gama e do Largo do Posto GNR). No entanto, são necessárias outras alternativas viáveis que funcionem em conjunto com este equipamento, especialmente pela impossibilidade de se estabelecer um fluxo de utentes constante através deste. A deslocação à Av. Vasco da Gama por meio de transporte pessoal também é uma alternativa limitada, visto que esta dispõe de poucos lugares de estacionamento.

Relativamente à doca de pesca de Sines, destaca-se o facto de estar sobrelotada e a desorganização do conjunto dos seus edifícios, quer do ponto de vista do desenho, quer do ponto de vista funcional (*Folha IX, Edificado Existente: Cheios/Vazios*). O porto de recreio, à semelhança da doca pesca, encontra-se também sobrelotada e carece de equipamentos com programas que a complementem.

No sentido contrário, destacam-se os seguintes aspectos positivos da frente marítima de Sines:

- A relação directa com o mar;
- A configuração geográfica da baía de Sines, que torna a praia Vasco da Gama uma praia balnear por excelência, uma vez que se encontra protegida a norte;
- O porto de recreio, que constitui um modo alternativo de chegada a Sines.

⁴⁵ Consultar *Folha IX* da vertente prática da dissertação.



Figura 20: Planta cheios/vazios do edificado existente (consultar Folha IX).

Associados aos pontos positivos da frente marítima sineense, surgem os seguintes aspectos que conferem potencial a esta área:

- A Praia Vasco da Gama, pela sua capacidade de atrair utentes para esta área durante a época balnear;
- O porto de recreio, que por se encontrar sobrelotado tem, também, o potencial de ser expandido;

Assim, o objectivo principal proposto para este sector de intervenção é explorar a vocação marítima de Sines, requalificando a marginal e articulando-a com a restante cidade. Importa, ainda, referir que a marginal foi objecto de requalificação recentemente. No entanto, continua a ser necessário o seu desenvolvimento para que seja mais capaz de responder às necessidades da cidade. Para a concretização do objectivo principal, de forma a controlar os problemas desta área e a tirar proveito do seus aspectos positivos e potencial, definiram-se os seguintes objectivos específicos:

- Qualificar a Av. Vasco da Gama, munindo-a com novos equipamentos de apoio à prática balnear e ao porto de recreio;
- Expandir e valorizar o porto de recreio;
- Requalificar a doca de pesca e diversificar os seus usos;
- Articular a marginal sineense com a restante cidade.

A concretização do primeiro objectivo específico é conseguida através da implementação de pequenos equipamentos de apoio aos usos dominantes da marginal sineense. Na área a sudeste da Praia Vasco da Gama, propõe-se a implantação de um equipamento de apoio à prática balnear, composto por balneários, vestiários e por um fraldário. Para a Av. Vasco da Gama, perto do centro da praia, definiu-se uma área destinada aos vendedores ambulantes que caracterizam as zonas balneares portuguesas, com diferentes áreas para roulottes, barracas temporárias e carrinhos de venda de menores dimensões.

Para a concretização do segundo objectivo específico, para a área próxima do porto de recreio, propõe-se igualmente um edifício composto por balneários, vestiários e fraldário. Porém, desta feita, este destina-se aos utentes do porto de recreio de Sines.

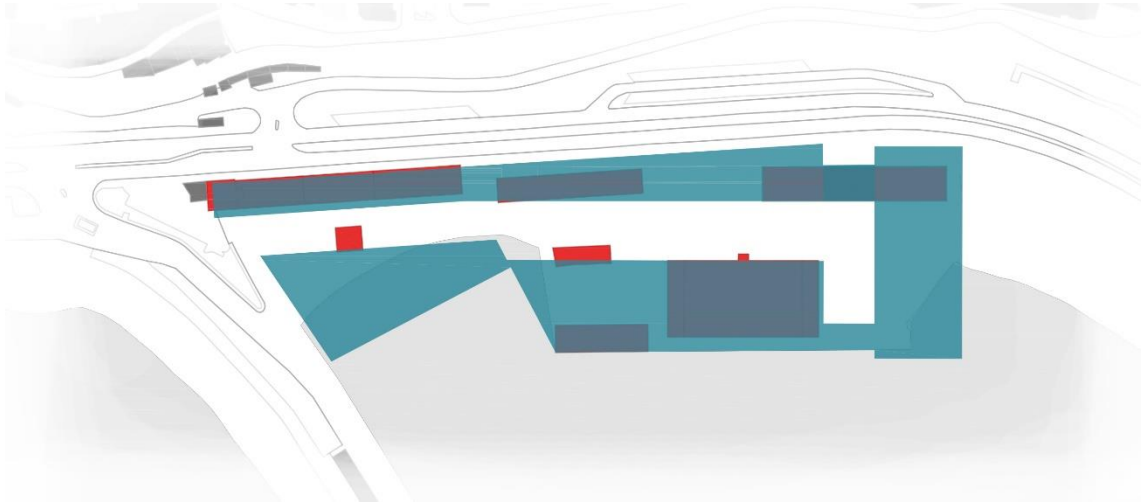


Figura 21: Diagrama Doca Pesca (consultar Folha IX).



Figura 22: Diagrama articulação urbana (consultar Folha IX).

A estes programas, acresce ainda uma cozinha de apoio para os mesmos utilizadores. Além do equipamento de apoio, que visa a valorização do porto de recreio, propõe-se ainda a expansão desta última. De resto, este é um gesto natural, dado que actualmente esta se encontra sobrelotada.

Relativamente à doca de pesca, propõe-se a sua reorganização, e consequente redesenho, partindo da integração dos usos já existentes (*Folha IX, Diagrama Doca Pesca*). Esta opção justifica-se, em primeiro lugar, pela actual desorganização e dispersão dos equipamentos que servem a doca de pesca e pelo seu impacto negativo na paisagem da marginal sineense. Seguidamente, pela possibilidade de se melhorarem os espaços em que se desenrolam os programas já existentes. Por fim, pela possibilidade de se associarem novos programas à doca de pesca como o estaleiro de embarcações, a restauração e o comércio. É este, portanto, o programa a que o desenho do novo edifício da doca de pesca precisa de dar resposta.

A articulação entre a marginal e a restante cidade é promovida de duas formas distintas. Primeiro, pela instalação de um conjunto de escadas rolantes que unem o largo da GNR à Av. Marginal, tendo este ponto sido escolhido por já existirem infraestruturas que amenizam a diferença de cotas e que tornam esta ligação possível. Seguidamente, pela criação de um serviço charter ao longo da Av. Vasco da Gama e da Rua da Alegria (*Folha IX, Diagrama Articulação Urbana*).

Assim, o sector da Frente Marítima concorre para a operacionalização dos seguintes quatro eixos de intervenção estratégicos da Estratégia Global:

- Articular as estruturas urbanas desconexas: pela articulação física criada entre a Av. Vasco da Gama e a área urbana antiga de Sines e pelo serviço charter que constitui um modo de articulação não-físico.
- Explorar a vocação marítima sineense: através da qualificação da Av. Vasco da Gama, da expansão e valorização do porto de recreio e, por fim, pelo novo edifício destinado à doca de pesca e aos novos usos por este introduzidos.

- Desenvolver o sector turístico: o desenvolvimento do sector turístico resulta da valorização e expansão do porto de recreio, cujo impacto ganha especial expressão uma vez que este é o único porto de recreio entre Sesimbra e Lagos.
- Reabilitar a rede de interacções da área urbana antiga e criar sinergias e dinâmicas que promovam a sua utilização: por via da articulação entre a Av. Vasco da Gama e a área urbana antiga de Sines, feita quer pelo serviço charter quer pela instalação das escadas rolantes entre a Avenida e o largo do posto GNR.

O conjunto das propostas para o sector da Frente Marítima deverá resultar, ainda, no aumento da afluência à marginal sineense. Esta expectativa baseia-se em três motivos. Primeiro, pelos novos usos introduzidos pela nova doca de pesca. Segundo, pela expansão do porto de recreio que possibilita e potencia o aumento de visitantes a Sines por via marítima. Por fim, pela maior facilidade de acesso à Av. Vasco da Gama, garantida pelas escadas rolantes e pelo serviço de charter que, por garantir no seu percurso a Rua da Alegria, é facilmente acessível quer por via da Av. General Humberto Delgado quer por todos os utentes da área urbana antiga da cidade. Assim, a proposta introduzida pelo sector apresentado no presente capítulo traduz-se em última análise, no reforço da rede de relações urbanas da cidade, com especial incidência na área urbana antiga de Sines.

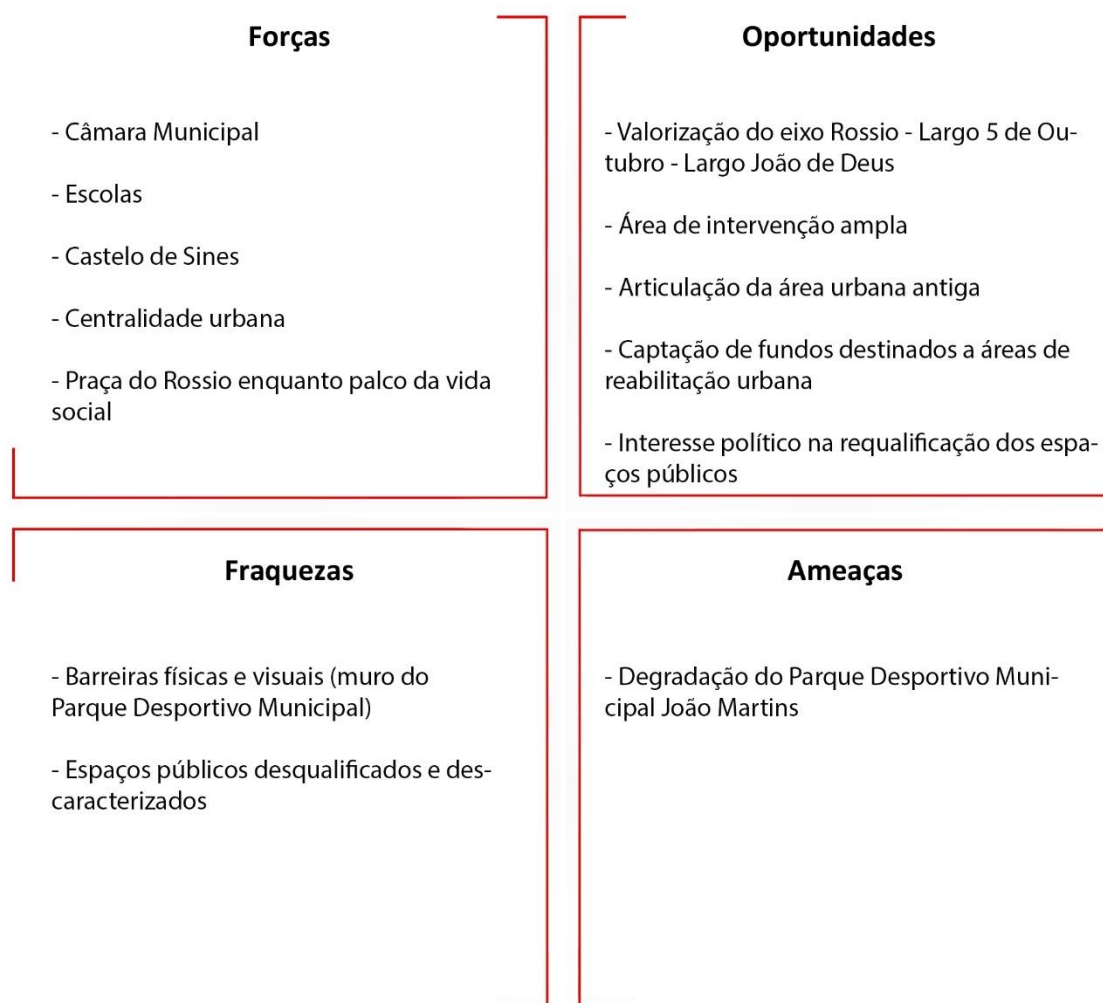


Figura 23: Quadro SWOT do sector Plataforma Articuladora.

Eixos de intervenção estratégicos concretizados pelo presente sector⁴⁶:

- Articular as estruturas urbanas desconexas;
- Valorizar a paisagem urbana;
- Densificar a multifuncionalidade da área urbana antiga da cidade;
- Reabilitar a rede de interações da área urbana antiga e criar sinergias e dinâmicas que promovam a sua utilização;
- Valorizar o património urbano.

⁴⁶ Para facilitar a leitura de cada um dos sectores de intervenção, o desenvolvimento destes pontos surge no final do capítulo.

A área considerada pelo sector Plataforma Articuladora diz respeito ao conjunto dos espaços públicos principais da área urbana antiga de Sines, nomeadamente, a Praça da República (Rossio), o Largo 5 de Outubro, o Largo João de Deus e o Parque Desportivo Municipal João Martins, que está praticamente desactivado. A relação deste último com a envolvente é dominada pelo muro que acompanha o seu perímetro e os edifícios do seu quarteirão estão desqualificados ou abandonados, com excepção de uma escola que aqui se encontra. O conjunto da Praça e dos Largos da área urbana antiga caracterizam-se por se encontrarem desqualificados, descaracterizados e sem identidade formal clara. No caso do Largo 5 de Outubro, por exemplo, o seu uso foi adulterado, passando a funcionar como estacionamento.

Relativamente à área de intervenção deste sector, identificaram-se os seguintes pontos positivos:

- A presença da Câmara Municipal de Sines e de duas escolas de níveis de ensino diferente, que contribuem para a dinamização deste espaço;
- O Castelo de Sines, que constitui uma das maiores atracções turísticas da cidade, dado que é um dos seus dois monumentos;
- A sua centralidade em relação à restante cidade.

O potencial identificado referente a esta área de intervenção traduz-se nos seguintes aspectos:

- O eixo que articula o Rossio, o Largo 5 de Outubro e o Largo João de Deus, pela articulação já existente que promove a criação de sinergias;
- A vasta e ampla área deste sector, que confere maior liberdade à intervenção;

⁴⁷ Consultar *Folha X* da vertente prática da dissertação.



Figura 24: Diagrama eixos estruturantes (consultar Folha X).



Figura 25: Diagrama articulação urbana (consultar Folha X).

- O alargamento dos limites da ÁRU, que passaram a incluir o Infantário “Conchinha”, a Câmara Municipal, o Largo 5 de Outubro, o Rossio e o Parque Desportivo Municipal João Martins, o que permite a candidatura a mais fundos destinados à reabilitação urbana.

Assim, o principal objectivo a que se propõe o sector da Praça Articuladora é a requalificação dos principais espaços públicos da área urbana antiga da cidade, articulando-os segundo um eixo de referência para a vida pública sineense. Para a concretização do objectivo principal, definiram-se quatro objectivos específicos:

- Demolir o Parque Desportivo Municipal e redesenhar a malha urbana desta área de forma articulada com a envolvente;
- Estabelecer o Largo 5 de Outubro como o espaço público de referência da cidade, dinamizando-o em articulação com a área urbana antiga da cidade;
- Requalificar o sistema de espaços públicos da área urbana antiga;
- Definir um eixo condutor que relacione directamente os espaços a requalificar;

A demolição do Parque Desportivo e dos edifícios desqualificados ou abandonados liberta, quase na totalidade, a área referente ao Largo 5 de Outubro e ao quarteirão a este deste. Assim, a intervenção proposta é o redesenho da malha urbana a partir da extensão dos principais eixos estruturantes da malha urbana sineense. As dimensões e o desenho dos quarteirões resultantes são, portanto, coerentes com as características dos quarteirões da sua envolvente. Para o interior destes, a proposta prevê a implantação de edifícios destinados à habitação, sendo o seu desenho e volumetrias influenciado pelo edificado da envolvente (*Folha X, Diagrama Eixos Estruturantes*). A proposta contempla ainda um espaço destinado ao estacionamento, um pequeno espaço verde que se associa à escola primária existente no limite sul da proposta e a construção de novos edifícios para as Escolas. Garante-se, deste modo, a concretização do primeiro objectivo específico (*Folha X, Diagrama Articulação Urbana*). Importa ainda referir que, de acordo com o mesmo princípio que guia a intervenção proposta para outros sectores, os programas desportivos desactivados com esta operação passam a estar instalados na cidade desportiva, no sector Coroa Envolvente: Paisagem Integrada.



Programas Principais

- | | | |
|--------------------|----------------------|---------------------------|
| 1 Castelo de Sines | 2 Sede Festival M.M. | 3 Estação CTT |
| 4 Câmara Municipal | 5 Escolas | 6 Plataforma Articuladora |

Figura 26: Planta identificativa dos programas principais (consultar Folha X).



Figura 27: Diagrama articulação urbana (consultar Folha X).

No limite norte da área de intervenção, é proposta a construção da Nova Praça da Cidade, que ambiciona criar o principal espaço público de Sines. A sua dinamização é proposta por via do edifício Plataforma Articuladora, que deve o seu nome à articulação institucional, conforme é exposto seguidamente, de cotas e de espaços que estabelece entre o novo Largo 5 de Outubro e o espaço verde a este. A dinamização do Largo 5 de Outubro é concretizada de quatro formas diferentes. Primeiro, pela associação de comércio e serviços ao quarteirão habitacional localizado directamente a sul. Seguidamente, pela realocação da Estação dos CTT que, deste modo, regressa à área urbana antiga da cidade, conforme o desejo demonstrado pela população desta zona. Depois, pela Câmara Municipal e pela Sede do Festival Músicas do Mundo (*Folha X, Programas Principais*). Por fim, e especialmente, pelos programas instalados na Plataforma Articuladora, que visam a participação da população sineense e a articulação dos programas propostos para os sectores Avenida Produtiva, Polo de Investigação das Ciências Marítimas e Parque Turístico-Cultural. Isto é, propõem-se para a Plataforma Articuladora uma representação dos vários espaços participativos dos sectores de intervenção referidos e espaços de exposição e oficinas que funcionam complementarmente às existentes nos outros sectores. A estes, acresce ainda o gabinete do planeamento participativo, que visa a implementação desta metodologia no planeamento urbano da cidade e que está munido de salas destinadas ao desenvolvimento de projectos geridos segundo esta metodologia.

A requalificação do Largo João de Deus e da Praça da República é concretizada, em primeiro lugar, pelo redesenho dos seus espaços verdes e pela reorganização dos seus eixos pedonais. Seguidamente, pela substituição dos pavimentos, propondo que se utilize o mesmo tipo nos espaços públicos da área urbana antiga. A rua que une a Praça da República à nova Praça da Cidade é transformada em eixo pedonal. A nova malha urbana, os pavimentos uniformes e a ligação pedonal entre o Rossio e a Nova Praça criam um eixo condutor e uma lógica de passeio que se estende, através da Rua Gago Coutinho, até ao Largo João de Deus, concretizando-se assim o último objectivo específico deste sector (*Folha X, Diagrama Articulação Urbana*).

A Plataforma Articuladora contribui, por fim, para a concretização de cinco eixos de intervenção estratégicos da Estratégia Global:

- Articular as estruturas urbanas desconexas: através do redesenho da malha urbana da principal área de intervenção, cuja forma parte da extensão dos eixos da sua envolvente.
- Valorizar a paisagem urbana: como consequência da requalificação dos espaços públicos da cidade, da nova Praça da Cidade que se assume como um centro urbano e pela demolição dos muros do Parque Desportivo Municipal.
- Densificar a multifuncionalidade da área urbana antiga da cidade: através da introdução dos programas propostos para a Praça Articuladora, que não encontram paralelo na área urbana antiga e pela realocação da estação dos CTT nesta área.
- Reabilitar a rede de interacções da área urbana antiga e criar sinergias e dinâmicas que promovam a sua utilização: quer por via dos novos programas instalados na nova Praça da Cidade, capazes de atrair utentes e de gerar sinergias e dinâmicas, quer pela definição de um eixo que articula os espaços públicos principais desta área.
- Valorizar o património urbano: através da reabilitação dos espaços públicos principais, pelo que constituem enquanto espaço físico urbano e pela sua importância para a vida social e para a memória colectiva sineense.

Da reabilitação da rede de interacções da área urbana antiga da cidade e dos seus espaços públicos principais, articulando-os através de um eixo, resulta o reforço da coesão urbana. Assim, este sector contribui, em larga medida, para a integração da área urbana antiga na restante cidade. Aliás, é justamente a proposta introduzida por este sector, que afirma a nova Praça da Cidade como o novo centro da cidade, que concretiza a ambição da Estratégia Global de recolocar o Centro em Sines.

Conclusão

A crise das áreas urbanas antigas suscita a discussão da gestão e das práticas tradicionais do planeamento urbano. A incapacidade de controlar a sua crise, apesar dos inúmeros investimentos feitos no sentido de a reverter, evidencia a necessidade de se procurarem novas metodologias mais eficientes. Relativamente à sua gestão e planeamento actuais, o que se verifica é que são maioritariamente guiados por políticas fragmentárias que não asseguram a coesão urbana. Significa isto que a visão predominante relativamente às áreas urbanas antigas continua a ser a de que estas formam áreas distintas da restante cidade, com valor *per se*. Esta noção relaciona-se, em larga medida, com o património histórico que constituem como um todo e com património arquitectónico que está maioritariamente contido nestas áreas urbanas. Isto porque, gradualmente, foi-se desenvolvendo a ideia de que a única forma de proteger o património contido por estas áreas é através da sua salvaguarda no sentido estrito.

Assim, o debate da reabilitação das áreas urbanas antigas resulta na discussão da boa gestão do património (arquitectónico, histórico e urbano). São amplamente conhecidas as doutrinas que marcaram esta discussão, das quais se destacam as da autoria de Ruskin e Viollet-le-Duc. Isto é, a discussão da gestão patrimonial continua associada aos dois binómios: conservação e, assim, a sua salvaguarda no sentido estrito ou uso contemporâneo e, assim, a sua reabilitação. O tempo tem demonstrado que é, efectivamente, o uso contemporâneo do património que permite a sua reabilitação.

As áreas urbanas antigas têm, também, sido palco de várias intervenções que, apesar de almejarem a sua reabilitação, se traduzem essencialmente na reabilitação do seu património edificado. Em suma, tem sido mais frequente o combate às consequências da crise das áreas urbanas antigas nos seus quadros físicos do que o controlo da origem dos seus problemas. É certo que a reabilitação do edificado é útil e importante. Porém, é necessário o equilíbrio entre as intervenções do domínio físico com a promoção de políticas que visem o controlo dos problemas destas áreas, cuja natureza é essencialmente económica e social. Além disso, quando se considera a dimensão urbana do património, é justo afirmar-se que é a vida urbana que justifica a

existência da urbe, conferindo-lhe assim sentido. Em suma, como afirmou Nuno Portas no seu célebre aforismo, “de pouco serve salvar as pedras se perdermos as pessoas” (Portas, 2005:160).

Se os problemas das áreas urbanas antigas se devem à sua segregação, tendo, portanto, origem na sua periferia, são necessários princípios de actuação e metodologias de acção que se apoiem no planeamento integrado das áreas urbanas a reabilitar. É, justamente, da integração destas áreas na visão de desenvolvimento que deverá resultar a sua reabilitação e, conseqüentemente, o reforço da coesão urbana.

Assim, na Parte II da presente dissertação, ensaiou-se o planeamento estratégico como meio de articulação disciplinar entre a salvaguarda patrimonial e a reabilitação urbana, através da estratégia de integração urbana: “Estratégia Global: O Centro em Sines”.

Concluindo, sobre a Estratégia Global, importa referir que não se defende, na presente dissertação, que é o único meio possível para a reabilitação da área urbana antiga de Sines. Pelo contrário, o que se defende é que, em primeiro lugar, qualquer estratégia de reabilitação que siga os princípios de actuação e as metodologias anunciadas na Parte I resultaria na reabilitação da área urbana antiga sineense. Em segundo, defende-se que a Estratégia Global: O Centro em Sines segue estes mesmos princípios e metodologias e pode, por esse motivo, concretizar o objectivo a que se propõe.

Planos Urbanísticos

Anteplano de Pormenor de Salvaguarda da Zona Histórica de Sines, 2009, Walter Rossa (coordenação).

Estratégia de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Sines, 2011, Câmara Municipal de Sines.

Estratégia de Reabilitação Urbana de Coimbra, 2012, Parque EXPO.

Estudos de Caracterização – Área de Reabilitação Urbana de Coimbra, 2012, Parque EXPO.

Plano Director Municipal de Sines, 2014, Manuel da Costa Lobo & Antunes Ferreira.

Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, 2015, Augusto Mateus & Associados.

Plano de Pormenor da Cidade Desportiva de Sines, 2012, Diâmetro, Lda.

Plano de Pormenor da Zona de Expansão Norte da Cidade de Sines, 2011, Fernando Nunes da Silva (coordenação).

Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo, 2010.

Plano de Urbanização da Cidade de Sines, 2008, Fernando Nunes da Silva (coordenação).

Plano de Urbanização da Zona Industrial e Logística de Sines, 2008, Manuel da Costa Lobo (coordenação).

Planta de Zoneamento de Sines, 2008, Manuel da Costa Lobo (coordenação).

Relatório da Revisão do Plano Director Municipal de Sines – Caracterização e Diagnóstico, 2009, Manuel da Costa Lobo (coordenação).

Documentos Legais

Artigo 165º da Constituição da República Portuguesa – Reserva competências legislativas.

Aviso n.º 9414/2011, DR n.º 78 II Série (20/04/2011), pp. 17969-74 – Estabelece a Estratégia de Reabilitação Urbana e a Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Sines.

Constituição da República Portuguesa.

Decreto Legislativo Regional n.º 29/2004/ A, DR n.º 199 I Série A (24/08/2004), pp. 5684-96 – Estabelece o regime jurídico relativo à inventariação, classificação, protecção e valorização dos bens culturais móveis e imóveis.

Decreto-Lei n.º 270/71, DG n.º 143 I Série (19/06/1971), pp. 912-18 – Cria o Gabinete do Plano de Desenvolvimento da Área de Sines, destinado a promover o desenvolvimento urbano-industrial da respectiva zona.

Decreto-Lei n.º 487/80, DG n.º 241 I Série (17/10/1980), pp. 3437-3444 – Reestrutura o Gabinete da Área de Sines.

Decreto-Lei n.º 154/87, DR n.º 74 I Série (30/03/1987), p. 1272 – Revoga o artigo 40º do Decreto-Lei 270/71, cessando as competências administrativas do Gabinete da Área de Sines.

Decreto-Lei n.º 118/89, DR n.º 87 I Série (14/04/1989), pp. 1622-23 – Afecta ao Instituto do Emprego e Formação Profissional bens e pessoal do Gabinete da Área de Sines.

Decreto-Lei n.º 228/89, DR n.º 162 I Série (17/07/1989), pp. 2825-26 – Extingue o Gabinete da Área de Sines.

Decreto-Lei n.º 105/96, DR n.º 176 I Série A (31/07/1996), pp. 2191-3 – cria o Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas (REHABITA).

Decreto-Lei n.º 106/96, DR n.º 176 I Série A (31/07/1996), pp. 2193-6 – Cria o Regime Especial de Comparticipação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal (RECRIPH).

Decreto-Lei n.º 48/98, DR n.º 184 I Série A (11/08/1998), pp. 3869-75 – Estabelece as bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo.

Decreto-Lei n.º 380/99, DR n.º 222 I Série A (22/09/1999), pp. 6590-6622 – Estabelece o RJIGT.

Decreto-Lei n.º 107/2001, DR n.º 209 I Série A (08/09/2001), pp. 5808-29 - Estabelece as bases da política do regime de protecção e valorização do património cultural.

Decreto-Lei n.º 301/2003, DR n.º 284 I Série A (10/12/2003), pp. 8339-76 – Proceda à segunda alteração ao RJIGT estabelecido com o Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de Setembro.

Decreto-Lei n.º 104/2004, DR n.º 107 I Série A (07/05/2004), pp. 2920-29 – Aprova um regime excepcional de reabilitação urbana para as zonas históricas e Áreas Críticas de Recuperação e Reconversão Urbanística.

Decreto-Lei n.º 135/2004, DR n.º 130 I Série A (03/06/2004), pp. 3490-8 – Cria o Programa de Financiamento para Acesso à Habitação (PROHABITA), que regula a concessão de financiamento para resolução de situações de grave carência habitacional.

Decreto-Lei n.º 58/2007, DR n.º 170 I Série (04/09/2007), pp. 6126-81 – Aprova o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território.

Decreto-Lei n.º 307/2009, DR n.º 206 I Série (23/10/2009), pp. 7956-75 – Cria o regime jurídico da reabilitação urbana em área de reabilitação urbana.

Decreto-Lei n.º 32/2012, DR n.º 157 I Série (14/08/2012), pp. 4452-4462 – Proceda à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de Outubro, que estabelece o regime jurídico da reabilitação urbana, e à 54ª alteração ao Código Civil, aprovando medidas destinadas a agilizar e a dinamizar a reabilitação urbana.

Portaria n.º 419/90, DR n.º 132 I Série (08/06/1990), pp. 2485-92 – Homologa e publica em anexos os protocolos celebrados e já assinados entre o Gabinete da Área de Sines e o Município de Sines, relativos à extinção daquele Gabinete.

Portaria n.º 133/92, DR n.º 52 I Série B (02/03/1992), pp. 1144-49 – Homologa os protocolos celebrados e já assinados entre o Gabinete da Área de Sines e o Município de Sines.

Portaria n.º 317-B/2000, DR n.º 126 I Série B (31/05/2000), pp. 2534-(7)-(16) – Cria o Sistema de Incentivos a Projectos de Urbanismo Comercial (URBCOM).

Resolução do Conselho de Ministros, DR n.º 32 II Série (07/02/1986), p. 1257 – Procede à reafecção de funções, de pessoal e de valores patrimoniais pelos organismos da administração, central e autárquica, mais vocacionadas para o efeito, àquela data.

Bibliografia

Aguiar, J. (1998). *A Experiência de Reabilitação Urbana do GTL de Guimarães: Estratégia, Método e Algumas Questões Disciplinares*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães.

Bandarin, F. & van Oers, R. (ed.). (2015). *Reconnecting the City. The Historic Urban Landscape Approach and the Future of Urban Heritage*. Oxford UK: Wiley-Blackwell.

Bandarin, F. & van Oers, R. (2012) *The Historic Urban Landscape: Managing Heritage in an Urban Century*. Oxford UK: Wiley-Blackwell.

Baptista, A. & Martinho, M. (1997). *Programas URBAN e Reabilitação Urbana*. Lisboa: Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional.

Carvalho, R. (2016). *A Cidade Social: Impasse. Desenvolvimento. Fragmento*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa.

CEDOUA / FACULDADE DE DIREITO DE COIMBRA. (2010). *O Novo Regime de Reabilitação Urbana*. Coimbra: Almedina.

Choay, F. (1992). *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70, 2000.

Choay, F. (2011). *As Questões do Património. Antologia para um Combate*. Lisboa: Edições 70.

Coelho, C. (coord.). (2014). *O Tempo e a Forma*. Lisboa: Argumentum.

Diamond, J. et al. (2010). *Urban Regeneration Management. International Perspectives*. Nova Iorque: Routledge.

Domingues, A. (2006). "Metamorfozes do Centro: Dinâmicas de Transformação da Condição Central", *Planeamento. Revista do Urbanismo e Ordenamento do Território*. Aveiro: APPLA, 3, pp. 19-25.

Gabineta Área de Sines. (1971). *Estudo para Localização de uma Área Concentrada de Indústrias de Base*. Lisboa: Imprensa Nacional.

- Gabinete Área de Sines. (1973). *Plano Geral da Área de Sines*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Geddes, P. (1915). *Cities In Evolution: an Introduction to the Town Planning Movement and to the Study of Civics*. Londres: Williams & Norgate.
- Giovannoni, G. (1931). *L'urbanisme Face Aux Rilles Anciennes*. Paris: Éditions du Seuil, 1998.
- Gonçalves, A. (2006). *Questões de Pormenor no Planeamento da Salvaguarda*. Acedido a 25, Março 2016, disponível em hdl.handle.net/10316.2/8686.
- Gonçalves, A. (2012). *Património Urban(ístic)o e Planeamento da Salvaguarda*. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade de Coimbra.
- Hobsbawm, E. (1983). *Mass-producing traditions: Europe, 1870-1914*.
- Jacobs, J. (1961). *The Death and Life of Great American Cities*. Nova Iorque: Vintage Books.
- Lynch, K. (1960). *The Image of the City*. Cambridge, Londres: The M.I.T. Press, 1990.
- Martins, J. (1981). *Beja – Centro Histórico – Plano de Salvaguarda e Recuperação*. Lisboa: Federação das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural.
- Pickard, R. (ed.) (2001). *Management of Historic Centres. Conservation of the European Built Heritage Series*. Londres: Spon Press.
- Portas, N. (1969). *A Cidade como Arquitectura*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.
- Portas, N. (1981). *Velhos Centros Vida Nova*” in Pedro Bandeira (org.) (2005) – *Nuno Portas. Os Tempos das Formas*. Vol. I. Guimarães: DAAUM.
- Portas, N. et al. (2003). *Políticas Urbanas, Tendências, Estratégias e Oportunidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Portas, N. (2005). *Os Tempos das Formas: vol. I: A Cidade Feita e Refeita*. Guimarães: Departamento Autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho.

Quintais, A. (1933). *Agentes na Construção de Cidade: do Homem ao Tempo*. Oliveira de Azeméis: Edições Ferreira de Castro.

Riegl, A. (1903). *O Culto Moderno dos Monumentos e Outros Ensaio Estéticos*. Lisboa: Edições 70.

Rossa, W. (2002). *A Urbe e o Traço*. Coimbra: Almedina.

Rossa, W. (2013). “*Património Urbanístico: (re)fazer cidade parcela a parcela*” in walter Rossa (2015) – *Fomos Condenados à Cidade. Uma década de estudos sobre património urbanístico*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Ruskin, J. (1849). *The Seven Lamps of Architecture*. New York: John Wiley & Sons.

Salgado, M. (2015). *Call this democracy? Education and empowerment through participatory city budgeting*. *Journal of Urban Regeneration and Renewal*, vol. 8 (2), pp. 199-209.

Sitte, C. (1889). *City Planning According to Artistic Principles*. Nova Iorque: Random House, 1965.

Viollet-le-Duc, E. (1875). *Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XIe au XVIe siècle. Vol. VIII*. Paris: V. A. Morel et C.º, Libraires – Éditeurs.

Terán, F. (2009). *El Pasado Activo. Del Uso Interesado de la Historia para el Entendimiento y la Construcción de la Ciudad*. Madrid: Akal.

Távora, F. (1962). *Da Organização do Espaço*. (2ª). Porto: Edições do Curso de Arquitectura da E.S.B.A.P..

UNESCO. (2011). *Recommendation on the Historic Urban Landscape*. Acedido a 3, Janeiro 2016, disponível em unesdoc.unesco.org/images/0021/002150/215084e.pdf.

Fonte das Imagens

Imagem 1: parisalacarte.files.wordpress.com/2010/07/pagliacci-orange1.jpg

Imagem2: m.i.uol.com.br/album/andrea-bocelli-coliseu_f_005.jpg

Imagem3: upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/46/Ponte_D._Luis_-_Porto.JPG

Imagem 4:

www.iol.pt/multimedia/oratvi/multimedia/imagem/id/56435e640cf2a1351299a3d0/800

Imagem 5: p3.publico.pt/sites/default/files/guimaraes_1.jpg

Imagem 6: wikimedia.org/wikipedia/commons/f/f7/Pra%C3%A7a_da_Oliveira_01.jpg

Imagem 7: Google Earth Pro

Imagem 8: Google Earth Pro

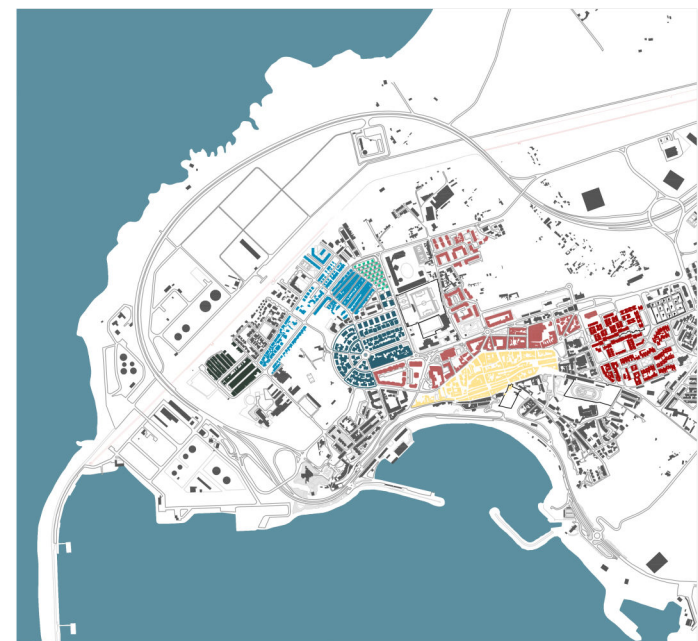
Imagem 9: Google Earth Pro

Imagem 10: Google Earth Pro

Imagem 11: Google Earth Pro



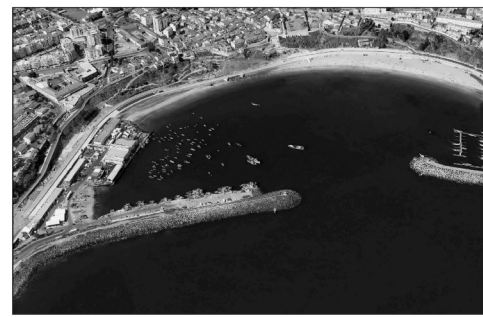
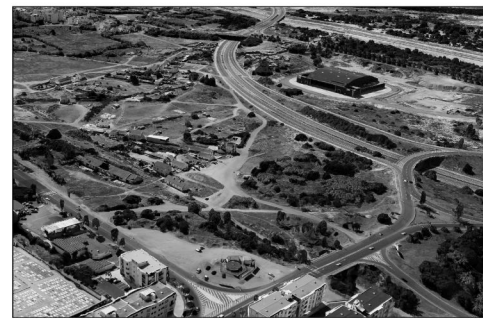
Hierarquia Rede Viária 1 : 10 000 — — Primária | Local Principal | Local Secundária



Morfologia Urbana Sectores Homogéneos 1 : 10 000



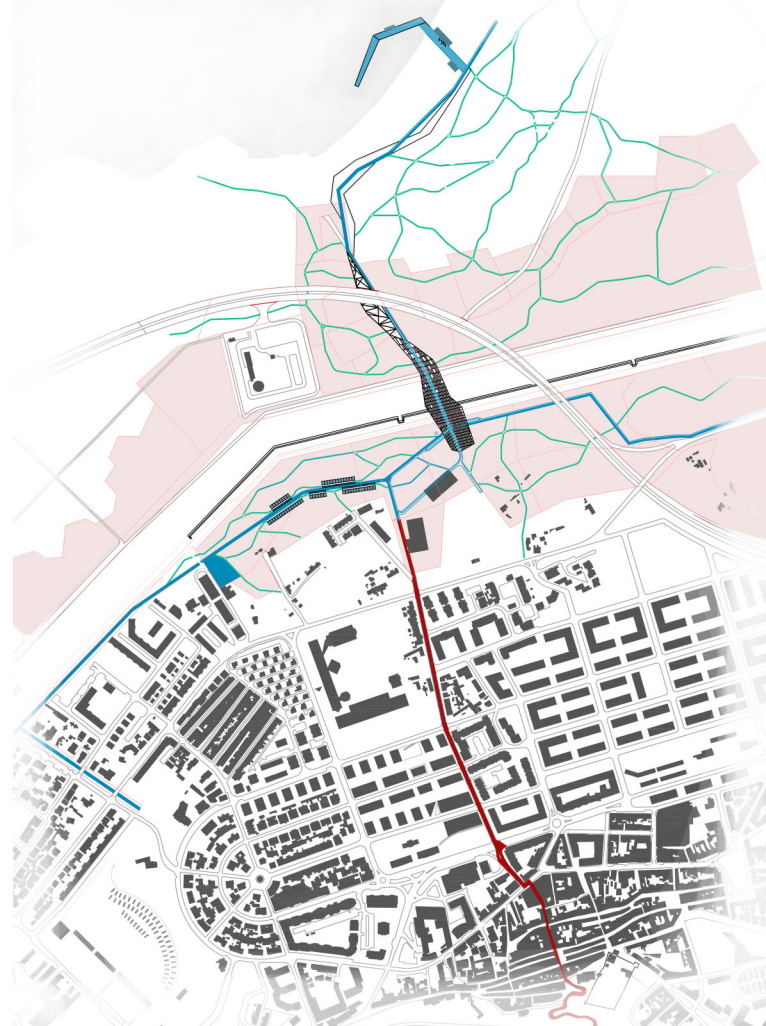
Planta de Sines 1 : 5 000



Imagens 1 - 4

Planta de Sines 1 : 5 000

Imagens 5 - 6

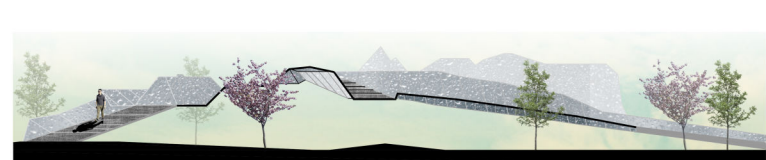


Planta Síntese 1 : 5 000

- Eixo Estruturante
- Ciclovía
- Lotes Agrícolas
- Percursos Pedonais



Perfil AA' 1 : 500



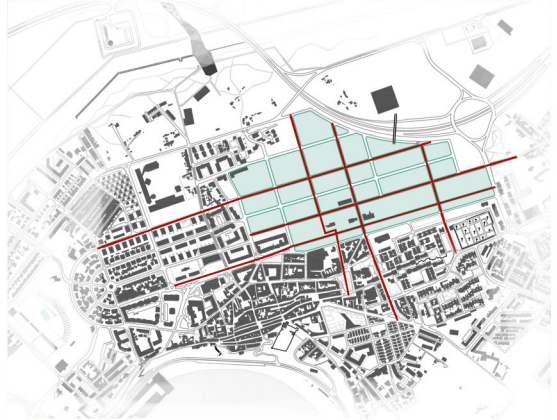
Perfil BB' 1 : 500



Planta 1 : 2 000

- 1 Ponte Pedonal
- 2 Surfer's Lounge
- 3 Pontos de Venda Agrícola
- Percursos Pedonais
- Lotes Agrícolas
- Ciclovía





Eixos Estruturantes 1 : 10 000
 — Eixos Estruturantes
 — Quarteirão Resultante



Articulação Urbana 1 : 10 000
 — Eixos Articuladores
 — Edifícios Propostos



Planta 1 : 2 000
 — Habitação Colectiva
 — Parque Infantil
 — Espaços Verdes
 1 Edifício Serviços
 2 Edifícios de Produção



Perfil AA' 1 : 1 000



Perfil BB' 1 : 1 000

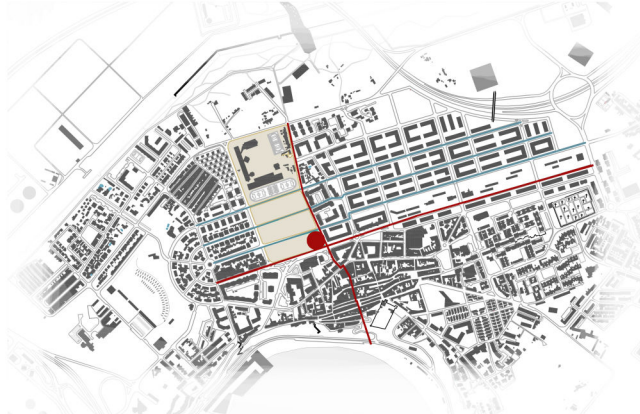


Perfil CC' 1 : 1 000



Análise Local 1 : 10 000

- Muros Recinto Escolar
- Eixos Principais



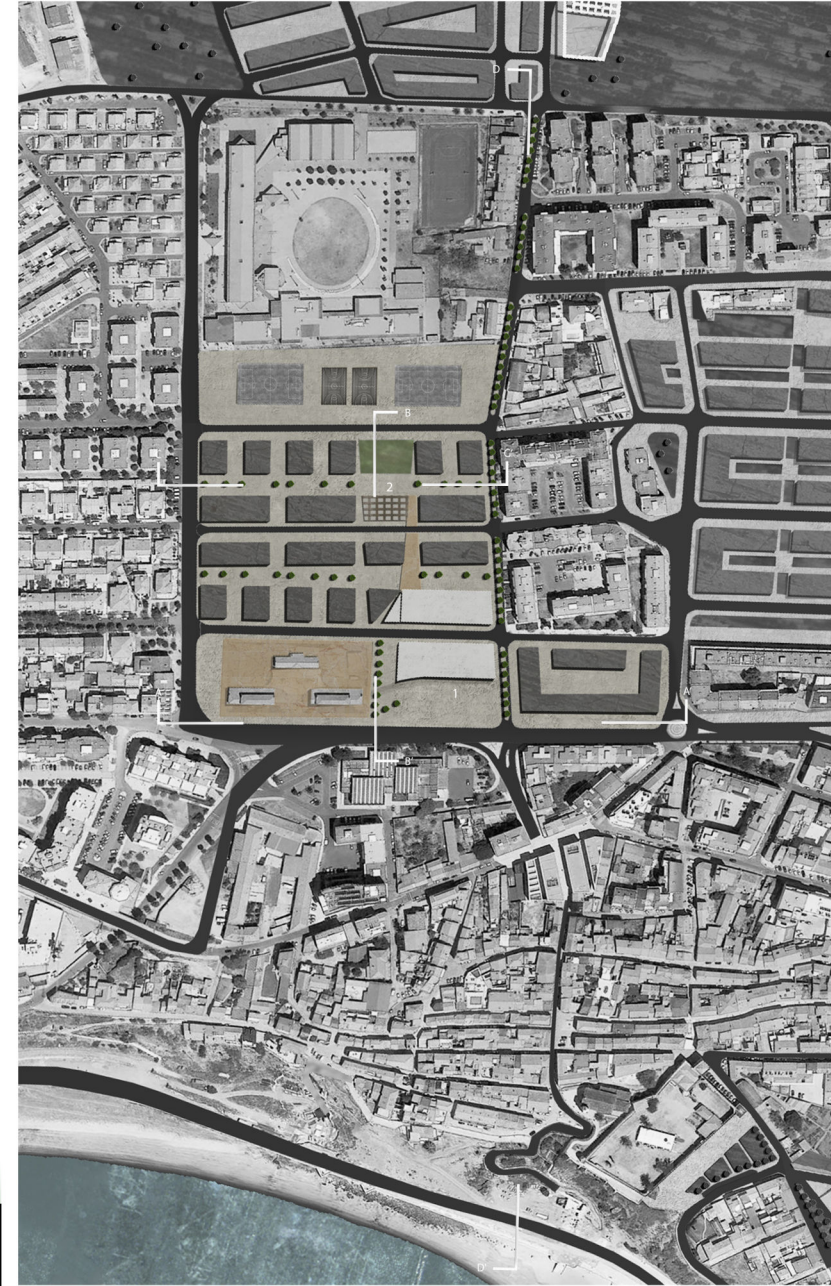
Eixos Estruturantes 1 : 10 000

- Principais Eixos Urbanos
- Eixos Estruturantes
- Quarteirão Resultante



Articulação Urbana 1 : 5 000

- Eixos Articuladores
- Edifícios Propostos

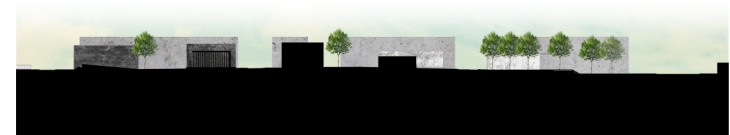


Planta 1 : 2 000

- Habitação Colectiva
- Anfiteatro Natural
- 1 Centro de Mobilidade
- 2 Estrutura Multifuncional



Perfil AA' 1 : 1 000



Perfil BB' 1 : 1 000



Perfil CC' 1 : 1 000



Perfil DD' 1 : 1 000



Processo Conceptual 1 : 10 000

Edifícios Propostos — Conceção da Barreira
Edifícios Reabilitados



Articulação Urbana 1 : 10 000

Eixos Articuladores



Áreas Públicas 1 : 10 000

Acesso Condicionado — Acesso Livre

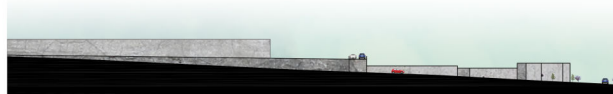


Hierarquia da Rede Viária 1 : 10 000

Primária | Local Principal | Local Secundária



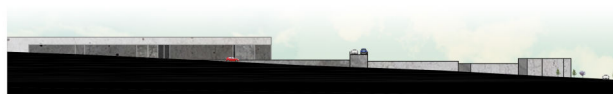
Perfil AA' 1 : 1 000



Perfil EE' Pós-Alteração 1 : 1 000



Perfil BB' 1 : 1 000



Perfil EE' Pré-Alteração 1 : 1 000



Perfil CC' 1 : 1 000

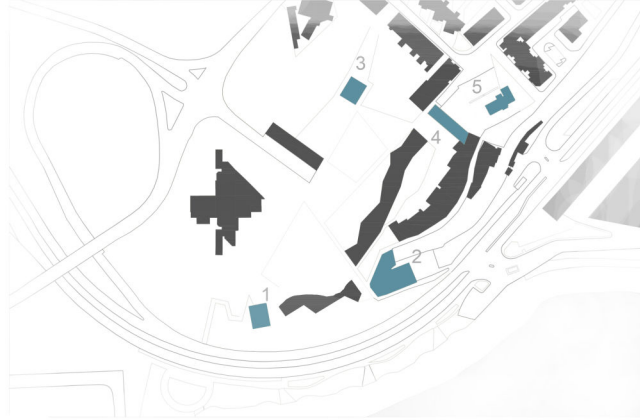


Perfil DD' 1 : 1 000



Planta 1 : 2 000

- 1 Espaço Workshops e Exposições
- 2 Teatro ao Ar Livre
- 3 Cozinha de Apoio
- 4 Edifício de Apoio ao Teatro



Edifícios com Valor Histórico 1 : 2 000

- 1 Forte do Revelim 2 Armazéns da Ribeira 3 Casa Emmérico Nunes
- 4 Armazém 5 Igreja das Salgas



Edifício Antigo 1 : 5 000 Edifício Antigo



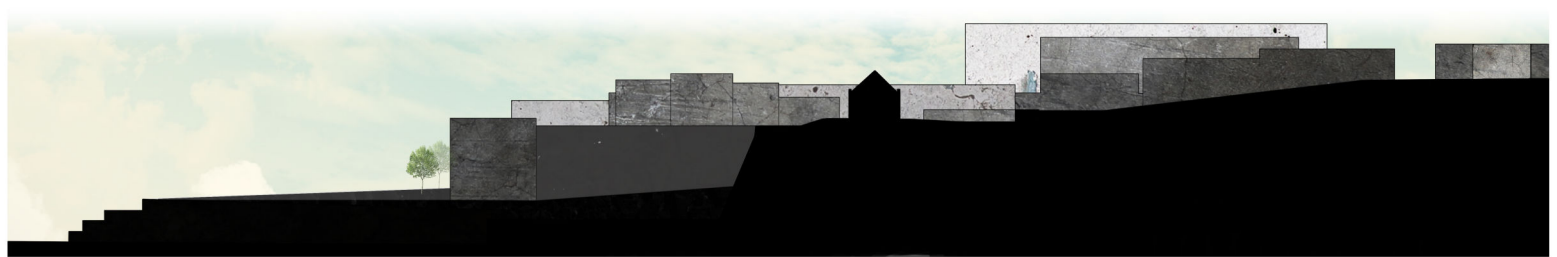
Articulação Urbana 1 : 5 000 Eixos Articuladores



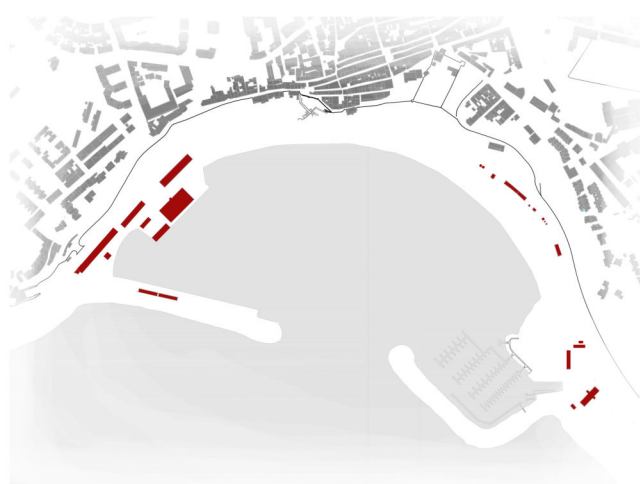
Planta 1 : 2 000



Perfil AA' 1 : 2 000



Perfil BB' 1 : 1 000



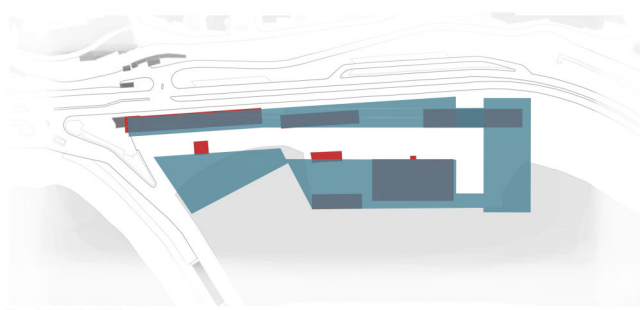
Edifício Existente Cheios / Vazios 1 : 5 000

- Edifícios Frente Marítima



Articulação Urbana 1 : 10 000

- Eixos Articuladores
- Edifícios Propostos



Doca Pesca 1 : 2 000

- Volume Proposto
- Edifícios Pré-Existentes



Planta 1 : 2 000

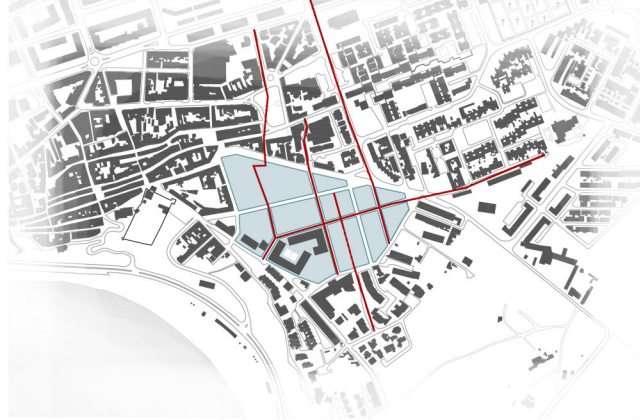
- Edifícios Propostos
- Elevador e Escadas Rolantes



Perfil AA' 1 : 1 000



Perfil BB' 1 : 1 000



Eixos Estruturantes 1 : 5 000
 — Eixos Estruturantes
 — Quarteirões Resultantes



Articulação Urbana 1 : 10 000
 — Eixos Articuladores



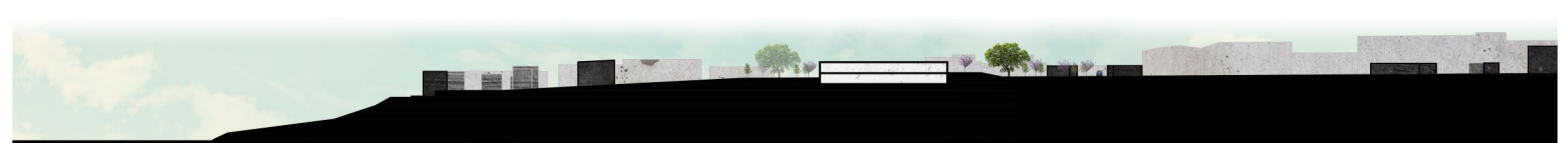
Programas Principais 1 : 2 000
 1 Castelo de Sines 2 Sede Festival M.M. 3 Estação CTT
 4 Câmara Municipal 5 Escolas 6 Plataforma Articuladora



Planta 1 : 2 000
 — Edifícios Propostos 1 Plataforma Articuladora
 — Espaços Verdes



Perfil AA' 1 : 1 000



Perfil BB' 1 : 1 000



Perfil CC' 1 : 1 000

Objetivos Reabilitação patrimonial Qualificação urbana Criação de espaços públicos Requalificação da infraestrutura	Medidas Planos de reabilitação patrimonial Requalificação urbana Criação de espaços públicos Requalificação da infraestrutura	Oportunidades Requalificação urbana Criação de espaços públicos Requalificação da infraestrutura	Impactos Requalificação urbana Criação de espaços públicos Requalificação da infraestrutura
--	--	--	---

Requalificação patrimonial	Requalificação urbana
Requalificação da infraestrutura	Requalificação urbana
Requalificação urbana	Requalificação da infraestrutura
Requalificação da infraestrutura	Requalificação urbana

Sinopse

Seres reúne um conjunto de intervenções urbanas que se revelam na falta de articulação das estruturas urbanas que compõem o seu tecido e na falta de diálogo do conjunto com o mar e com o território. O conceito idealiza que se crie um novo desenvolvimento e o redireção da sua vocação, integrando o seu centro. A estratégia proposta é multifacetada, apoiando-se em diferentes linhas de atuação e em diferentes níveis de transformação do espaço físico, desde que com a sua própria implementação: o Centro Essencial; o Parque Urbano Integrado; a Avenida Produtiva; o Centro de Mobilidade; o Parque Turístico Cultural; o Polo de Investigação em Ciências Marítimas; a Praça Artística e a Praça Habitacional.

O Centro EM Sines

Planeamento estratégico da Reabilitação e da Salvaguarda

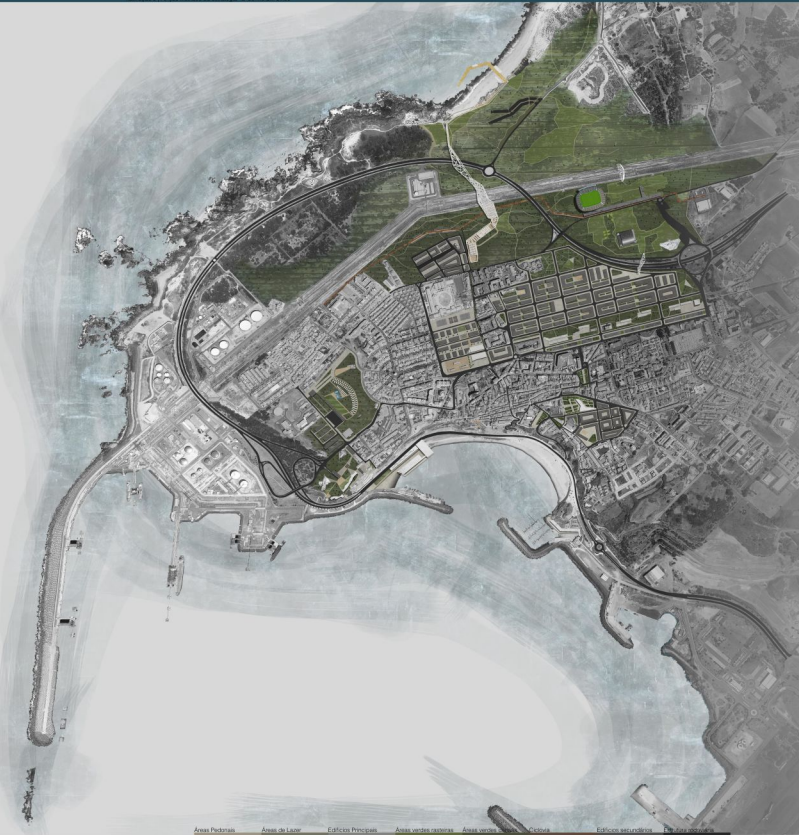


Centro Essencial: Parque Urbano Integrado. Contribui para a qualidade urbana e para a criação de um novo tecido urbano, permitindo a requalificação da infraestrutura e o melhoramento ambiental da área. O desenvolvimento da cidade desloca-se para o interior, integrando a zona central, promovendo a criação de espaços públicos e culturais. A proposta prevê, ainda, a requalificação da infraestrutura existente, de uma maneira para a criação de novos espaços e um mercado.



Centro de Mobilidade: Visa a implementação de transportes públicos rodoviários de serviço local, regional e nacional, integrando serviços de mobilidade suave. Adicionalmente, o conceito de intervenção proposta para esta zona urbana permite a requalificação e a melhoria da área garantindo a sua permeabilidade e a criação de espaços públicos e culturais. A proposta prevê, ainda, a requalificação da infraestrutura existente, de uma maneira para a criação de novos espaços e um mercado.

Avenida Produtiva: Requalifica e cria uma nova identidade à Avenida General Humberto Delgado, criando um ambiente produtivo com a inserção de espaços verdes. Criando e articulando entre o tecido existente e a criação de uma nova urbanização do lado Norte, numa área para a qual existe um plano de parcerias que permite avaliar a possibilidade de urbanização e preparar importantes investimentos relativos ao grande objetivo da estratégia global: a ligação com o porto e a requalificação do tecido urbano.



Polo de Investigação das Ciências Marítimas: Complexo funcional localizado na zona envolvente do forte de São João, constituído por programas funcionais: o Centro de Cultura do Mar e o Instituto de Estudos do Mar, com o Centro de Estudos e Museu Marítimo, Centro de Formação Avançada e o Polo Oceanográfico. O programa é concebido para a educação e desenvolvimento das comunidades e para a investigação, sendo o instrumento central e nuclear do desenvolvimento e enriquecimento de diversas áreas. O complexo visa o desenvolvimento integrado de atividades educativas e de I+D+i, bem como do desenvolvimento do turismo e da cultura.



Praça Habitacional: Cultura, qualidade e a criação de espaços públicos e culturais, em um centro dinâmico e integrado a um parque público contíguo com o Bairro Marítimo. Neste sector a ideia gerada é a criação de um novo tecido urbano, ligado à Avenida Produtiva e a partir do centro da cidade, na envolvente do forte de São João, permitindo a criação de novos espaços e um mercado.



Praça Artística: Uma nova praça como criação da cidade que procura contribuir para a criação e integração do centro histórico na cidade, através da articulação de espaços públicos e a criação de espaços culturais e de lazer. O programa prevê a requalificação e a melhoria da área garantindo a sua permeabilidade e a criação de espaços públicos e culturais. A proposta prevê, ainda, a requalificação da infraestrutura existente, de uma maneira para a criação de novos espaços e um mercado.

Parque Turístico Cultural: Qualidade e a criação de espaços públicos e culturais, em um centro dinâmico e integrado a um parque público contíguo com o Bairro Marítimo. Neste sector a ideia gerada é a criação de um novo tecido urbano, ligado à Avenida Produtiva e a partir do centro da cidade, na envolvente do forte de São João, permitindo a criação de novos espaços e um mercado.